

FACULDADES EST

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM TEOLOGIA

ANDERSON DE SOUZA FARIAS

**OS REFLEXOS DAS EXIGÊNCIAS AO PASTORADO NAS ASSEMBLEIAS DE
DEUS NO BRASIL A PARTIR DA ANÁLISE EXEGÉTICA DE 1 TM 3.1-7**

São Leopoldo

2024

ANDERSON DE SOUZA FARIAS

**OS REFLEXOS DAS EXIGÊNCIAS AO PASTORADO NAS ASSEMBLEIAS DE
DEUS NO BRASIL A PARTIR DA ANÁLISE EXEGÉTICA DE 1 TM 3.1-7**

Dissertação de Mestrado
Para a obtenção do grau de Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração: Religião e Educação
Linha de atuação: Leitura e Ensino da Bíblia

Orientador: Prof. Dr. Flávio Schmitt

São Leopoldo

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F224r Farias, Anderson de Souza

Os reflexos das exigências ao pastorado nas Assembleias de Deus no Brasil a partir da análise exegética de 1 TM 3.1-7 / Anderson de Souza Farias; orientador Flávio Schmitt. – São Leopoldo: EST/PPG, 2024.

122 p. : il. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST.
Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia.
São Leopoldo, 2024.

1. Bíblia – Timóteo – Crítica, interpretação, etc.
2. Bíblia - Epístolas pastorais - Análise. 3. Assembleia de Deus - Brasil. I. Schmitt, Flávio, orientador. II. Título.

ANDERSON DE SOUZA FARIAS

**OS REFLEXOS DAS EXIGÊNCIAS AO PASTORADO NAS ASSEMBLEIAS DE
DEUS NO BRASIL A PARTIR DA ANÁLISE EXEGÉTICA DE 1 TM 3.1-7**

Dissertação de Mestrado
Para a obtenção do grau de Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração: Religião e Educação
Linha de atuação: Leitura e Ensino da Bíblia

Data de Aprovação: 04 de julho de 2024

PROF. DR. Flávio Schmitt (PRESIDENTE)
Assinado Digitalmente

PROF. DR.^a Carolina Bezerra (EST)
Assinado digitalmente

PROF. DR. José Adriano Filho (FUV)
Docente visitante

Assinado
digitalmente por:
Flávio Schmitt
Data: 11/07/2024
08:54:20 -03:00



Assinado
digitalmente por:
Carolina Bezerra de
Souza
Data: 11/07/2024
08:59:09 -03:00



AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e por ter concedido esta oportunidade de aprendizado e contribuição acadêmica.

À minha amada esposa Brenda Farias pela imensa compreensão e suporte em todos os momentos ao longo desta jornada acadêmica. Muitas vezes precisou renunciar a momentos em família para que eu continuasse os estudos e pesquisa. Amo muito você.

Ao meu filho Arthur Farias, que possui apenas alguns meses de vida. Quando tiver mais idade saberá que apenas a ciência de sua existência serviu de propulsor para que eu pudesse fazer o meu melhor com este trabalho.

À minha amada Igreja Assembleia de Deus Tradicional, onde congrego desde minha infância, e ao suporte de todos os pastores e lideranças eclesiais.

Ao meu orientador Prof. Dr. Flávio Schmitt, pela paciência e excelente orientação neste percurso. Que nossos caminhos possam continuar se encontrando na vida acadêmica por muitos anos à frente.

À minha querida família: Mônica, Sebastião e Adson pelas constantes palavras de motivação e orações nestes anos. Espero continuar sempre proporcionando momentos de orgulho a vocês, minha base firme em todas as circunstâncias da vida.

À faculdade Boas Novas (FBN) por todo suporte estrutural e intelectual.

RESUMO

Este estudo investiga as exigências para a ordenação de candidatos ao pastorado nas Assembleias de Deus no Brasil, baseando-se na perícopes de 1 Timóteo 3.1-7. Utilizando-se do método histórico-crítico, será desenvolvida uma análise exegética detalhada do texto grego, buscando-se compreender seu significado bem como suas implicações para a sociedade. Em seguida, serão analisados os documentos oficiais disponíveis pelas convenções filiadas à CGADB com o intuito de analisar a influência que a perícopes em estudo exerce, observando-se as inclusões e omissões, diferenças e abordagens. Dessa forma, o presente estudo contextualiza a perícopes na contemporaneidade, oferecendo sugestões na aplicação dos seus principais conceitos na escolha dos futuros candidatos ao pastorado nas igrejas Assembleias de Deus do Brasil.

Palavras-chaves: Exegese bíblica. Epístolas Pastorais. Ordenação Pastoral. Liderança Eclesiástica. Assembleia de Deus do Brasil.

ABSTRACT

This study investigates the requirements for the ordination of candidates for the pastoral ministry in the Assemblies of God in Brazil, based on the passage in 1 Timothy 3:1-7. Using the historical-critical method, a detailed exegetical analysis of the Greek text will be developed, seeking to understand its meaning as well as its implications for society. Next, the official documents available from the conventions affiliated with the CGADB will be analyzed with the aim of analyzing the influence that the passage under study exerts, observing the inclusions and omissions, differences and approaches. Thus, this study contextualizes the passage in contemporary times, offering suggestions for the application of its main concepts in the selection of future candidates for the pastoral ministry in the Assemblies of God churches of Brazil.

Keywords: Biblical exegesis. Pastoral Epistles. Pastoral Ordination. Ecclesiastical Leadership. Assemblies of God of Brazil

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Classificação do gênero literário, baseada na obra de Wegner.....	66
Figura 2 - Critérios da perícopes nos documentos oficiais.....	90
Figura 3- Análise dos critérios de ordenação na Região Norte	91
Figura 4 - Análise dos critérios de ordenação na Região Centro Oeste.....	91
Figura 5- Análise dos critérios de ordenação na Região Sul.....	91
Figura 6 - Análise dos critérios de ordenação na Região Nordeste	92
Figura 7 - Análise dos critérios de ordenação na Região Sudeste.....	92
Figura 8 - Exigências de escolaridade das Convenções - Região Norte.....	103
Figura 9 - Exigências de escolaridade das Convenções - Região Nordeste.....	103
Figura 10- Exigências de escolaridade das Convenções - Região Sul	103
Figura 11- Exigências de escolaridade das Convenções - Região Sudeste	104
Figura 12 - Exigências de escolaridade das Convenções - Região Centro Oeste ..	104
Figura 13- Exigência educacional aos candidatos ao pastorado	107
Figura 14- Exigência educacional aos candidatos ao pastorado por região	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparação de versões da perícope de 1 Tm 3.1-7	20
Tabela 2 - Comparar versões para ἀνεπίλημπος.....	22
Tabela 3 - Comparar versões para μιᾶς γυναικὸς ἄνδρα	23
Tabela 4 - Comparar versões para νηφάλιος	24
Tabela 5- Comparar versões para σώφρων.....	24
Tabela 6 - Comparar versões para κόσμιον	25
Tabela 7 - Comparar versões para φιλόξενον	25
Tabela 8 - Comparar versões para διδακτικόν	26
Tabela 9 - Comparar versões para μὴ πάροινον.....	26
Tabela 10 - Comparar versões para μὴ πλήκτην	27
Tabela 11 - Comparar versões para ἐπιεικῆ.....	28
Tabela 12 - Comparar versões para ἄμαχον.....	28
Tabela 13 - Comparar versões para ἀφιάργυρον	29
Tabela 14 - Comparar versões para 1 Tm 3.4.....	29
Tabela 15 - Comparar versões para 1 Tm 3.5.....	30
Tabela 16 - Comparar versões para 1 Tm 3.6.....	31
Tabela 17- Comparar versões para 1 Tm 3.7.....	33
Tabela 18 - Quadro comparativo das perícopes de 1 Tm 3.2-7 e Tito 1.6-9	75
Tabela 19- Critérios da Perícope de 1 Tm 3.1-7	87
Tabela 20 - Inclusão e omissão dos critérios nas convenções.....	89

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 EXEGESE DO TEXTO DE 1 TIMÓTEO 3.1-7.....	14
2.1 O texto grego de 1 Timóteo 3.1-7	14
2.2 Verificação do Aparato Crítico.....	14
2.3 Tradução Provisória	17
2.4 Comparação de versões	19
2.4.1 Conclusão Parcial	33
2.5 Análise Literária	33
2.5.1 Delimitação do Contexto Literário	33
2.5.2 Contexto Anterior	34
2.5.3 Contexto Posterior	35
2.5.4 Contexto Maior.....	37
2.5.5 Contexto Menor	39
2.5.6 Conclusão Parcial	40
2.6 Análise da Redação	40
2.6.1 Autoria	41
2.6.2 Época da Escrita.....	57
2.6.3 Destinatários.....	59
2.6.4 Conclusão Parcial	61
2.7 Análise das Formas	63
2.7.1 Gênero literário	64
2.7.2 Intencionalidade do Texto.....	67
2.7.3 Conclusão Parcial	69
2.8 Análise do Conteúdo.....	69
2.8.1 Presbíteros	69
2.8.2 Qualificação dos Presbíteros	72
2.8.3 Conclusão Parcial	73
2.9 Análise Teológica.....	74
2.9.1 Correlação de Passagens Paralelas.....	74
2.9.2 Avaliação Teológica.....	79
2.9.2.1 versos 1-2a	79
2.9.2.2 versos 2b-7	81

2.9.3 Conclusão Parcial	81
2.10 Tradução Final	82
2.11 Conclusão do Capítulo	82
3 EXIGÊNCIAS DOS CANDIDATOS AO PASTORADO NA AD	86
3.1 As Convenções Estaduais e os critérios para ordenação pastoral	86
3.1.1 Inclusões e omissões dos critérios da perícope	86
3.2 Conclusão Parcial	95
4 EXIGÊNCIAS EDUCACIONAIS NA ORDENAÇÃO PASTORAL NA AD	97
4.1 Educação nas Assembleias de Deus	97
4.2 Os desafios da CGADB na unificação do ensino	101
4.3 As Convenções Estaduais e critérios de educação	102
4.4 Conclusão Parcial	110
5 CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS.....	115

1 INTRODUÇÃO

As exigências para a ordenação de candidatos ao pastorado nas Assembleias de Deus do Brasil têm suas raízes em narrativas bíblicas. Com atenção neste contexto, serão abordadas reflexões fundamentadas em 1 Timóteo 3.1-7. Estes versículos são parte das Epístolas Pastorais, altamente valorizadas pelas lideranças eclesiais, pois são interpretadas como sendo especificamente direcionadas para a qualificação e conduta dos líderes religiosos.

A missão de liderança traz consigo muitos desafios, independente do campo de atuação, e, por isso, o líder deve sempre buscar o próprio aprimoramento, e com as comunidades eclesiais não deve ser diferente. Nas Assembleias de Deus, a principal liderança recai na figura do pastor, que exerce “autoridade espiritual” sobre uma comunidade, além de: ministrar os sacramentos, aconselhar seus membros, cuidar das questões administrativas e financeiras etc. Naturalmente, este tipo de liderança é moldado ao longo dos anos de serviço, entretanto, é necessário que o pastor tenha o mínimo de requisitos que garantam que ele seja bem-sucedido na organização.

Na reflexão deste tema, surgiram algumas perguntas: Como as Assembleias de Deus têm abordado a qualificação de seus pastores? Existe um consenso nas exigências aos candidatos ao pastorado? A finalidade de 1 Tm 3.1-7 é aplicado aos nossos dias? Há alguma influência da perícopes de 1 Tm 3.1-7 nos estatutos e regimentos internos atuais das Assembleias de Deus?

Visando a busca por respostas, o presente estudo foi dividido em três partes. O primeiro capítulo apresenta a análise exegética do texto grego de 1 Timóteo 3.1-7, seguindo a estrutura proposta pelo professor Uwe Wegner. A exegese seguirá a metodologia do método histórico-crítico. Realizou-se pesquisa-bibliográfica, importante por permitir ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto, tais como publicações por meios escritos e eletrônicos: livros, artigos científicos, dicionários e páginas de web site.

No segundo capítulo, será abordado um retrato das exigências ao pastorado nas Assembleias de Deus, especificamente tendo como referência os documentos oficiais (regimentos internos e estatutos) das convenções filiadas à CGADB, analisando-se a influência que a perícopes em estudo reflete nos critérios utilizados para a ordenação pastoral na maior das convenções das Assembleias de Deus.

O último capítulo terá enfoque na qualificação referente a educação nas Assembleias de Deus do Brasil, englobando sua origem, seu desenvolvimento no decorrer das décadas e um retrato atual nos documentos oficiais das convenções filiadas à CGADB, em todas as regiões do país.

Desta forma, este trabalho propõe uma abordagem reflexiva sobre as exigências ao pastorado e que influência a perícopes de 1 Tm 3.1-7 traz sobre este tema na maior das convenções da Assembleia de Deus no Brasil, CGADB, analisando os documentos oficiais disponíveis pelas suas convenções afiliadas, buscando-se analisar suas semelhanças e diferenças, bem como possíveis tendências entre eles.

2 EXEGESE DO TEXTO DE 1 TIMÓTEO 3.1-7

A exegese é crucial para a compreensão aprofundada e contextualizada do texto em estudo, evitando mal-entendidos e interpretações equivocadas. Ela considera aspectos históricos, linguísticos e culturais, promovendo uma leitura precisa e esclarecedora. Além disso, enriquece o diálogo inter-religioso e acadêmico. Neste capítulo será abordada uma exegese do texto de 1 Timóteo 3.1-7.

2.1 O texto grego de 1 Timóteo 3.1-7

1 πιστὸς ὁ λόγος:

Εἴ τις ἐπισκοπῆς ὀρέγεται, καλοῦ ἔργου ἐπιθυμεῖ. 2 δεῖ οὖν τὸν ἐπίσκοπον ἀνεπίλημπτον εἶναι, μιᾶς γυναικὸς ἄνδρα, νηφάλιον σώφρονα κόσμιον φιλόξενον διδακτικόν, 3 μὴ πάροινον μὴ πλήκτην, ἀλλ' ἐπιεικῆ ἄμαχον ἀφιλάργυρον, 4 τοῦ ἰδίου οἴκου καλῶς προϊστάμενον, τέκνα ἔχοντα ἐν ὑποταγῇ, μετὰ πάσης σεμνότητος 5 (εἰ δέ τις τοῦ ἰδίου οἴκου προστῆναι οὐκ οἶδεν, πῶς ἐκκλησίας θεοῦ ἐπιμελήσεται;), 6 μὴ νεόφυτον, ἵνα μὴ τυφωθεῖς εἰς κρίμα ἐμπέση τοῦ διαβόλου. 7 δεῖ δὲ καὶ μαρτυρίαν καλὴν ἔχειν ἀπὸ τῶν ἑξωθεν, ἵνα μὴ εἰς ὀνειδισμὸν ἐμπέση καὶ παγίδα τοῦ διαβόλου.

2.2 Verificação do Aparato Crítico

Os textos bíblicos têm uma história de transmissão de manuscritos e incorporam uma variedade de informações relacionadas ao período em que foram escritos, incluindo detalhes sobre os autores e os propósitos dos escritos. Uma vez verificados, os manuscritos e suas respectivas evidências precisam ser devidamente citados num aparato crítico, que passa ser a principal fonte de material para a reconstrução do texto¹.

Duas são as principais edições críticas do NT grego atualmente em uso, 28ª edição do *Novum Testamentum Graece*: Nestle-Aland (NA28) e a 5ª edição do Novo

¹ PAROSCHI, Wilson. **Origem e Transmissão do Texto do Novo Testamento**: Edição Acadêmica. 1ª. ed. Barueri: SBB, 2012.p.166.

Testamento Grego (NTG5), os quais apesar de compartilharem o mesmo texto e sejam da responsabilidade do mesmo comitê editorial, apresentam aparatos distintos entre si, além de propósitos diferentes².

Para este trabalho será utilizado o aparato crítico da NA28, em virtude da maior riqueza de detalhes que este apresenta em relação a NTG5, mesmo em um espaço relativamente menor³. A decifração do aparato crítico para o estudo da perícopes de 1 Tm 3.1-7 contribuiu para que pontos de discussão viessem a ser mais bem compreendidos. O aparato crítico da edição NA28, desta perícopes, apresenta três variantes, sendo uma substituição e duas inclusões:

v.1 Ὶανθρωπινος D* b g m; *Ambst Spec*

v.3 Ὶ (Tt 1,7) μη αισχροκερδη 326. 365. 614. 630 pm

v.7 Ὶαυτον D K L P 104. 365. 630. 1175. 1241. 1505. 1739^{mg} m Ὶ txt κ A F Gc H I Ψ
33. 81. 326. 1739^{txt}.18814

No verso 1, o emprego da sigla Ὶ antes do adjetivo πιστός sinaliza que este termo é substituído por άνθρωπινος (humano / pertencente ao que é comum da humanidade). Com esta substituição, a primeira parte do verso tem como alternativa em algumas tradições “άνθρωπινος ό λόγος”. Segundo Marshall⁴, algumas possíveis traduções para esta expressão poderiam ser: “geralmente aceito / conhecido” ou “verdadeira para as necessidades humanas” (tradução nossa). Metzger entende ser esta variação alterada por escribas em vista das características não teológicas que se seguem no texto⁵.

Para North, uma hipótese para esta variação seria que o autor da carta sugere uma relutância em aceitar a necessidade de uma estrutura eclesiástica formal na comunidade, porém, entende que isso é necessário para seu desenvolvimento.

² PAROSCHI, 2012, p.166-167.

³ PAROSCHI, Wilson. **Crítica Textual Do Novo Testamento**. 1ª. ed. São Paulo: Vida Nova, 2002.p.157.

⁴ MARSHALL, I. Howard; TOWNER, Philip H. **The pastoral epistles**. A&C Black, 2004.p.474.(tradução nossa)

““Commonly accepted, popular”, “true to human needs”.

⁵ METZGER, Wolfgang. **Die letzte Reise des Apostels Paulus: Beobachtungen und Erwägungen zu seinem Itinerar nach den Pastoralbriefen**. Calwer Verlag, 1976. n.p. *apud* MARSHALL, I. Howard; TOWNER, Philip H, 2004, p.474.

Portanto, usa-se *ἀνθρώπινος ὁ λόγος* para oferecer uma descrição de cargo, baseando-se talvez em exemplos do mundo greco-romano correntes na época, uma vez que nem a lei ou algum dos evangelhos trata especificamente deste tema⁶.

A expressão *πιστὸς ὁ λόγος* aparece em um total de 5 (cinco) vezes ao longo das Cartas Pastorais (1 Tm 1.15; 3.1; 4.9; 2 Tm 2.11; Tt 3.8), porém, somente nesta referência de 1 Tm 3.1 a edição do NA28 aponta uma alternativa de escrita por meio do aparato crítico. Esta substituição é testemunhada no manuscrito maiúsculo original D e nos códices latinos b, g e m. Além disso, há o testemunho externo dos Pais da Igreja Ambrosiáster e Speculum, Pseudo-Agostinho.

Este estudo adotará o texto da NA28: *πιστὸς ὁ λόγος*. Concorde-se com Carson que afirma, apesar da ponderação decorrente da variante *ἀνθρώπινος*, que em vários textos das Cartas Pastorais faz-se referência a declarações "fiéis", e considerando a tentação que os escribas poderiam ter de alinhar essa variante com as demais, que não se sustenta a premissa de que tal consideração ultrapasse o sólido respaldo textual a favor de *πιστὸς*⁷.

No verso 3, a sigla ^T, logo após *μὴ πλήκτην*, sinaliza que a expressão *μη αισχροκερδη* é adicionada em parte da tradição. Com esta inclusão, uma possibilidade de escrita do verso seria "*μη πάροινον μη πλήκτην μη αισχροκερδη, ἀλλ' ἐπιεικῆ ἄμαχον ἀφιλάργυρον*," indicando um acréscimo nas qualificações esperadas dos aspirantes ao episcopado. Esta expressão é também encontrada no verso de Tt 1.7, um texto paralelo a este, e possui as testemunhas dos manuscritos minúsculos 326, 365, 614 e 630. No aparato crítico, ainda se nota a sigla pm (=permulti), que indica que esta variante é testemunhada, além destes mencionados, ainda por muitos outros manuscritos pertencentes ao Texto Majoritário⁸.

Apesar desta inclusão trazer alguns detalhes interessantes à lista da perícopa, não se entende que sua relevância seja, de fato, imprescindível. Além disso, *ἀφιλάργυρος*, no fim do verso, abrange a preocupação do autor com o apego dos vocacionados ao dinheiro. No estudo das versões mais abaixo, será visto que a

⁶ NORTH, J. Lionel. *"Human Speech" in Paul and the Paulines: The Investigation and Meaning of ἀνθρώπινος ὁ λόγος (1 Tim. 3: 1)*. Novum Testamentum, 1995, p. 66.

⁷ CARSON, Donald A. et al. *Introdução ao Novo Testamento*. Vida Nova, 1997, p.414.

⁸ WEGNER, Uwe. *Exegese do Novo Testamento*. 7.ed. Rio de Janeiro: Sinodal, 2012, p.74.

maioria das versões não contém *μη αισχροκερδη* (traduzido como “ávido por lucro” desonesto na NVI ou “não cobiçoso de lucro desonesto” na King James Fiel). Portanto, este estudo seguirá sem sua inclusão no texto final.

No verso 7, alguns manuscritos possuem a inclusão do pronome acusativo masculino singular *αυτον*, tornando o verso completo “*δεῖ δὲ αὐτον καὶ μαρτυρίαν καλήν ἔχειν ἀπὸ τῶν ἕξωθεν, ἵνα μὴ εἰς ὄνειδισμὸν ἐμπέση καὶ παγίδα τοῦ διαβόλου*”. Esta inclusão tem por testemunha os manuscritos maiúsculos D, K, L e P e os manuscritos minúsculos 104, 365, 630, 1175, 1241, 1505 e 1739. A sigla ^{m9}, no manuscrito minúsculo 1739, indica que há uma leitura colocada à margem do manuscrito, enquanto a sigla *mt* demonstra que este texto é apoiado pelos manuscritos que pertencem ao Texto Majoritário⁹.

Em seguida, tem-se a sigla *txt*, introduzindo que os textos na sequência, que também possuem a variante anterior, apresentam apoio ao texto da Nestle-Aland: manuscritos maiúsculos ,*κ* A, F, manuscrito maiúsculo G, com indicação de correção efetuada ou pelo autor principal ou posteriormente, H, I e Ψ. Também são testemunhas os manuscritos minúsculos 33, 81, 326 e 1881. O minúsculo 1739, com a sigla *txt*, indica a leitura de um manuscrito à qual se refere uma leitura alternativa¹⁰.

Concluindo a análise da última variante do aparato desta perícopie, entende-se que a inclusão de *αυτον* faz-se relevante ao texto. O termo complementa *δεῖ*, trazendo em algumas versões em português a tradução “...é necessário que ele...”.

Como conclusão parcial do estudo do aparato crítico, resume-se que na análise da perícopie opta-se por não se utilizar as variantes dos versos 1 e 3, seja pela análise de comparação com outras versões ou mesmo pelo uso do texto atual esclarecer melhor o sentido, e incluir a variante do verso 7, pela sua relevância de aplicação textual.

2.3 Tradução Provisória

⁹ WEGNER, 2012, p.74

¹⁰ WEGNER, 2012, p.74.

A partir da NA28, a tradução será regida pelo princípio da correspondência formal, com o objetivo de se obter, sempre que possível, um texto na língua portuguesa que preserve suas características originais de estilo, métrica e gramática. Ele procura ser o mais fiel possível ao texto original, procurando preservar não somente seu conteúdo, mas também a forma do texto original¹¹.

v.1: πιστὸς ὁ λόγος· Εἴ τις ἐπίσκοπῆς ὀρέγεται, καλοῦ ἔργου ἐπιθυμεῖ.

Fiel é a palavra: se alguém episcopado aspira, excelente obra almeja.

v.2: δεῖ οὖν τὸν ἐπίσκοπον ἀνεπίλημπτον εἶναι, μιᾶς γυναικὸς ἄνδρα, νηφάλιον σώφρονα κόσμιον φιλόξενον διδακτικόν,

É necessário, portanto, o bispo irrepreensível seja, uma mulher marido, sóbrio, prudente, modesto, hospitaleiro, capaz de ensinar,

v.3: μὴ πάροιπον μὴ πλήκτην, ἀλλ' ἐπιεικῆ ἄμαχον ἀφιλάργυρον,

não dado ao vinho, não espancador, mas manso, pacato, não avarento,

v.4: τοῦ ἰδίου οἴκου καλῶς προϊστάμενον, τέκνα ἔχοντα ἐν ὑποταγῇ, μετὰ πάσης σεμνότητος

a própria casa bem governe, os filhos criando sob disciplina, com todo respeito

v.5: (εἰ δέ τις τοῦ ἰδίου οἴκου προστῆναι οὐκ οἶδεν, πῶς ἐκκλησίας θεοῦ ἐπιμελήσεται;),

(se, pois, alguém a própria casa presidir não sabe, como igreja Deus cuidar?)

v.6: μὴ νεόφυτον, ἵνα μὴ τυφωθεὶς εἰς κρίμα ἐμπέσῃ τοῦ διαβόλου

não recém-convertido, para que não se torne soberbo para que não caia (na) condenação do diabo.

v.7: δεῖ δὲ αὐτον καὶ μαρτυρίαν καλὴν ἔχειν ἀπὸ τῶν ἕξωθεν, ἵνα μὴ εἰς ὄνειδισμὸν ἐμπέσῃ καὶ παγίδα τοῦ διαβόλου.

é necessário que ele, mas também testemunho bom ter apto de fora, para que não em injúria cair na cilada o diabo.

¹¹ WEGNER, 2012, p.47.

2.4 Comparação de versões

Será observada, em caráter de comparação, a tradução de algumas versões da bíblia no português, tendo-se em consideração os princípios da correspondência formal e da dinâmica. Serão utilizadas a versão King James Fiel (KJF), por ser considerada formal e literal, a Almeida Revista e Atualizada (ARA), por se tratar de uma tradução do português e de uso cotidiano, além da Nova Versão Internacional (NVI), que traz uma melhor leitura para o leitor moderno que necessita de um material mais funcional.

Para uma melhor comparação entre as versões, os textos estarão dispostos em uma tabela com 3 (três) colunas, colocando-se cada um dos versículos ao lado do outro nas diferentes versões. Na sequência será feita uma reflexão comparativa dos versos a partir das versões e do aparato crítico da NA28.

King James Fiel ¹²	Almeida ARA ¹³	Nova Versão Internacional ¹⁴
1 Esta é uma palavra fiel: Se um homem deseja o ofício de bispo, boa obra deseja.	1 Fiel é a palavra: se alguém aspira ao episcopado, excelente obra almeja.	1 Esta afirmação é digna de confiança: se alguém deseja ser bispo, deseja uma nobre função.
2 O bispo então deve ser irrepreensível, marido de uma esposa, vigilante, sóbrio, de bom comportamento, dado à hospitalidade, apto para ensinar;	2 É necessário, portanto, que o bispo seja irrepreensível, esposo de uma só mulher, temperante, sóbrio, modesto, hospitaleiro, apto para ensinar;	2 É necessário, pois, que o bispo seja irrepreensível, marido de uma só mulher, sóbrio, prudente, respeitável, hospitaleiro e apto para ensinar;
3 não dado ao vinho, não espancador, não cobiçoso de lucro desonesto, mas paciente, não contencioso, não avarento;	3 não dado ao vinho, não violento, porém cordato, inimigo de contendas, não avarento;	3 não deve ser apegado ao vinho, nem violento, mas sim amável, pacífico e não apegado ao dinheiro.

¹² Cf. <https://bkjfiel.com.br/1-timoteo-3>

¹³ Cf. <https://pesquisa.biblia.com.br/pt-BR/RA/1tm/3>

¹⁴ Cf. <https://pesquisa.biblia.com.br/pt-BR/NVI/1tm/3>

<p>4 que governe bem a sua própria casa, tendo seus filhos em sujeição, com toda a seriedade,</p>	<p>4 e que governe bem a própria casa, criando os filhos sob disciplina, com todo o respeito</p>	<p>4 Ele deve governar bem sua própria família, tendo os filhos sujeitos a ele, com toda a dignidade.</p>
<p>5 (porque se o homem não sabe governar a sua própria casa, como cuidará da igreja de Deus?);</p>	<p>5 (pois, se alguém não sabe governar a própria casa, como cuidará da igreja de Deus?);</p>	<p>5 Pois, se alguém não sabe governar sua própria família, como poderá cuidar da igreja de Deus?</p>
<p>6 não um principiante, para que, envaidecendo-se com orgulho, não caia na condenação do diabo.</p>	<p>6 não seja neófito, para não suceder que se ensoberbeça e incorra na condenação do diabo.</p>	<p>6 Não pode ser recém-convertido, para que não se ensoberbeça e caia na mesma condenação em que caiu o diabo.</p>
<p>7 Além disso, ele deve ter também bom testemunho dos que estão de fora, para que não caia em descrédito e no laço do diabo.</p>	<p>7 Pelo contrário, é necessário que ele tenha bom testemunho dos de fora, a fim de não cair no opróbrio e no laço do diabo.</p>	<p>7 Também deve ter boa reputação perante os de fora, para que não caia em descrédito nem na cilada do diabo.</p>

Tabela 1 - Comparação de versões da perícopa de 1 Tm 3.1-7

Todas as versões têm o seu início, verso 1, destacando a fidelidade das palavras que se seguirão: em que a função de liderança do bispo seria algo almejado, pela excelência desta posição. Não há aparente diferenças entre as versões, uma vez que todas optam pela literalidade na tradução do verbo *ὀρέγεται* (da raiz *ὀρέγω*) por desejar ou aspirar algo.

O autor usa deste mesmo verbo *ὀρέγω* para expressar o desejo ou cobiça em 1 Tm 6.10: “..., ἧς τινες **ὀρεγόμενοι** ἀπεπλανήθησαν ἀπὸ τῆς πίστεως...” (“...e alguns, nessa cobiça, se desviaram da fé...”). O autor da epístola de Hebreus também se utiliza deste verbo para ressaltar o desejo ou aspiração dos mártires por um lugar de

esperança, em Hb 11.16 “*νῦν δὲ κρείττονος ὀρέγονται...*” (“mas agora desejam algo melhor...”).

Nenhum dos textos traz ou faz alguma menção da substituição do termo *πιστός* por *άνθρώπινος*, como destacado no aparato crítico da NA28 e presente em algumas versões. Importante ressaltar que a KJF e ARA traduzem este vocábulo por “fiel”, seguindo a literalidade da tradução, enquanto a NVI traduz por “digna de confiança”. Apesar da diferença, esta última não perde o sentido, porém, para este trabalho seguiremos com o uso da versão ARA.

Seguindo com a análise do verso 1, Marshall resalta que a frequente construção *Εἴ τις...* introduz ou uma condição geral que precisa ser preenchida, como observa-se nos textos de 1 Tm 5.4 e Tt 1.6, ou a ser evitada, como em 1 Tm 5.8 e 1 Tm 6.3¹⁵. As 3 (três) versões comparadas encaixam-se na primeira opção, de uma introdução a uma condição geral.

O substantivo *ἐπισκοπή*, por sua vez, é relacionado com o termo *ἐπισκοπος*, que significa literalmente supervisor¹⁶. No NT, *ἐπισκοπή* é empregado para descrever uma visita oficial para inspeção ou supervisão (Lc 19.44 e 1 Pe 2.12), um ofício de supervisão ou a responsabilidade e a direção de algo (At 1.20)¹⁷. Já o substantivo *ἐπισκοπος* é utilizado para nomear a posição ou função exercida por um líder eclesiástico (At 20.28, Fp 1.1, Tt 1.7 e 1 Pe 2.25)¹⁸. Na análise comparativa das versões, observa-se que em todas elas, o autor está se referindo aos leitores que almejam a um cargo de supervisão eclesiástica na comunidade. Para tanto, este estudo utilizará a versão ARA.

Por fim, o verso é concluído com a expressão *καλοῦ ἔργου ἐπιθυμεῖ*, indicando ser o desejo por um cargo eclesiástico algo positivo. A NVI traz em sua tradução o termo “função”, enquanto na KJF e ARA é usado “obra”, aproximando-se mais da tradução literal. Portanto, a versão final da tradução deste verso será uma junção das

¹⁵ MARSHALL, TOWNER, 2004. p.475.

¹⁶ SWANSON, James. *Dictionary of Biblical Languages with Semantic Domains: Greek (New Testament)* (electronic ed.). Oak Harbor: Logos Research Systems. 1997.n.p.

¹⁷ BRANNAN, Rick. *Léxico Lexham do Novo Testamento Grego*. Bellingham: Lexham, 2020.n.p.

¹⁸ ARICHEA, Daniel C.; HATTON, Howard A. *A Handbook on Paul's Letters to Timothy and to Titus*. United Bible Societies, 1995. p.64.

versões KJF e ARA: “Esta palavra é fiel: se alguém aspira ao episcopado, excelente obra almeja”.

No verso 2, o paralelo de *δεῖ οὖν* com Tito 1.7 sugere que o requerimento que se seguirá representa o início de uma forma definida. *δεῖ* traduz-se melhor por “é necessário”¹⁹ e pode indicar algo compulsório seja por razões divinas ou mesmo requerimentos para um chamado²⁰. *οὖν*, por sua vez, é uma conjunção que traduz-se por “portanto”²¹. A expressão *δεῖ οὖν* tem melhor tradução com a versão ARA, e será utilizada na tradução final neste trabalho, embora a versão da NVI também pudesse ser utilizada sem perda do significado.

Em seguida, inicia-se a enumeração dos critérios para escolha dos bispos, sendo o primeiro deles o adjetivo *ἀνεπίλημpton*. Este termo é encontrado no Novo Testamento somente nesta carta, porém é comum no alto koiné²². Kelly explica que este é um requisito que a tudo abrange, e implica que o bispo não deve apresentar nenhum defeito óbvio de caráter ou de conduta, seja dentro ou fora da comunidade²³. Este mesmo vocábulo é manuseado pelo autor em outras 2 (duas) passagens da carta de 1 Timóteo, e em todas sinalizando uma conduta que seja acima de crítica, ou de qualquer reprovação. Esta palavra, entretanto, não implica algo que seja perfeito, mas sim, que possa ser considerado como “sem falta”²⁴.

Passagem / termo	King James Fiel	ARA	NVI
1 Tm 3.2 - ἀνεπίλημπος	irrepreensível	irrepreensível	irrepreensível
1 Tm 5.7 - ἀνεπίλημποι	irrepreensíveis	irrepreensíveis	irrepreensíveis
1 Tm 6.14 - ἀνεπίλημpton	sem repreensão	irrepreensível	irrepreensível

Tabela 2 - Comparar versões para *ἀνεπίλημπος*

¹⁹ TAYLOR, William Carey. **Dicionário do novo testamento grego**. JUERP, 2011, p.51.

²⁰ MARSHALL, TOWNER, 2004, p.477.

²¹ TAYLOR, 2011, p.156.

²² DIBELIUS, Martin. et al. **The Pastoral Epistles: A Commentary on the Pastoral Epistles**. Fortress Press, 1972, p.52.

²³ KELLY, Jonh ND. I e II Timóteo e Tito. **Introdução e comentário**. São Paulo: Mundo Cristão, 1983, p.77.

²⁴ ARICHEA; HATTON, 1995. p.66.

Calvino auxilia no entendimento deste verso ao fazer uma comparação do termo *ἀνεπίλημπτον* com *ἀνέγκλητον*, na passagem paralela de Tt 1.7, analisando que ambos os termos consistem em que o bispo não deve ser estigmatizado por nenhuma reprovação que leve sua autoridade a descrédito²⁵. Como as versões não trazem diferenças entre si, segue-se com a utilização de “irrepreensível” para tradução final.

Em seguida tem-se a expressão *μιάς γυναικὸς ἄνδρα*. O substantivo genitivo feminino singular *γυναικὸς* tem como traduções possíveis tanto mulher como esposa, a depender do contexto. Da mesma forma o substantivo acusativo masculino singular *ἄνδρα* pode ter o significado de homem ou marido.

Passagem / termo	King James Fiel	ARA	NVI
1 Tm 3.2 - μιάς γυναικὸς ἄνδρα	marido de uma esposa	esposo de uma só mulher	marido de uma só mulher

Tabela 3 - Comparar versões para *μιάς γυναικὸς ἄνδρα*

Observa-se que a tradução simples para esta expressão seria o equivalente a versão KJF, entretanto, as demais versões trazem possíveis implicações. Por exemplo, as versões ARA e NVI poderiam indicar que o esposo deve possuir somente uma mulher, ao invés de um relacionamento poligâmico. Além desta opção, Fee ressalta que outras três interpretações também são possíveis. Primeiro, o texto pode estar inferindo que o bispo deva ser casado. Segundo, ele pode estar proibindo um segundo casamento. Terceiro, pode estar enfatizando a fidelidade no casamento do bispo com sua esposa²⁶.

A interpretação mais plausível parece ser de que o bispo deva agir com fidelidade no seu casamento, uma vez que infidelidade conjugal aparentava ter certa ocorrência no mundo do NT²⁷. Além disso, os textos paralelos a este como 1 Tm 3.12 e Tt 1.6 parecem transmitir o mesmo sentimento de fidelidade conjugal, ao invés das demais opções apresentadas. Portanto, a versão ARA será utilizada na tradução final.

²⁵ CALVINO, João. 1509-1564. **Série Comentários Bíblicos: Pastorais**. 2009. p.81.

²⁶ FEE, Gordon. **Novo comentário bíblico contemporâneo: 1 e 2 Timóteo, Tito**. Deerfield: Vida, 1994, p. 77.

²⁷ ARICHA; HATTON, 1995. p.66.

Seguindo com os critérios, tem-se na sequência o vocábulo *νηφάλιον*, adjetivo singular acusativo, que é utilizado pelo autor em outras 2 (duas) passagens das Cartas Pastorais:

Passagem / termo	King James Fiel	ARA	NVI
1 Tm 3.2 - νηφάλιος	vigilante	temperante	sóbrio
1 Tm 3.11 - νηφαλίους	sóbrias	temperantes	sóbrias
Tt 2.2 - νηφαλίους	sérias	temperantes	moderados

Tabela 4 - Comparar versões para νηφάλιος

Os termos utilizados trazem em todos os casos um alerta quanto a necessidade de autocontrole, tanto no comportamento e talvez, especialmente, em termos de consumo de álcool²⁸. O uso de uma expressão própria para esta última infere que o texto de 1 Tm 3.2 trata de uma referência quanto ao comportamento. Portanto, apesar das 3 versões fazerem uso de termos diferentes (vigilante, temperante e sóbrio), todas indicam o uso do mesmo sentido ao contexto, preferindo-se o termo “temperante” para este trabalho.

O vocábulo *σώφρονα*, adjetivo singular acusativo, é utilizado em outras 3 (três) passagens nas Cartas Pastorais, todas em Tito:

Passagem / termo	King James Fiel	ARA	NVI
1 Tm 3.2 - σώφρων	sóbrio	sóbrio	prudente
Tito 1.8 - σώφρονα	sóbrio	sóbrio	sensato
Tito 2.2 - σώφρονας	prudentes	sensatos	sensatos
Tito 2.5 - σώφρονας	discretas	sensatas	prudentes

Tabela 5- Comparar versões para σώφρων

O uso desta palavra aponta para uma tradução mais orientada ao autocontrole sobre as paixões e desejos, mantendo o comportamento discreto e com sensatez,

²⁸ TAYLOR, 2011.p.142.

sobriedade²⁹. Em várias línguas *σώφρονα* também pode ser traduzido por “ter uma noção exata quanto ao que fazer” ou “ter os pensamentos certos a respeito do que deveria ser feito”³⁰, indicando um caráter de prudência na tomada de decisão de sua vida. Parece-me que é mais uma palavra para enfatizar o termo anterior – *νηφάλιον*, e neste caso, opta-se pelo uso do termo “prudente” na tradução final.

O adjetivo acusativo singular *κόσμιον* é empregado somente em outro verso da carta de Timóteo:

Passagem / termo	King James Fiel	ARA	NVI
1 Tm 3.2 - κόσμιον	de bom comportamento	modesto	respeitável
1 Tm 2.9 - κοσμίω	modesto	decente	modestamente

Tabela 6 - Comparar versões para κόσμιον

Este vocábulo é análogo aos dois anteriores, e carrega um sentido de respeitável³¹ ou mesmo de modesto, circunspecto³². Entendo que este termo enfatiza os dois anteriores, também referindo-se a alguém que deva ter um comportamento ordeiro e virtuoso. Neste caso, prefere-se o uso de “modesto”, que é utilizado na versão ARA.

Por sua vez, o adjetivo acusativo singular *φιλόξενος* parece encontrar um consenso quanto à sua tradução, referindo-se a uma pessoa que pratica o ato da hospitalidade³³, principalmente demonstrando este cuidado com os estrangeiros³⁴. Além das Cartas Pastorais, a carta de 1 Pedro faz menção de *φιλόξενοι*, trazendo um alerta do autor para o serviço da hospitalidade de seus leitores.

Passagem / termo	King James Fiel	ARA	NVI
1 Tm 3.2 - φιλόξενον	dado à hospitalidade	hospitaleiro	hospitaleiro
Tt 1.8 - φιλόξενον	amante da hospitalidade	hospitaleiro	hospitaleiro
1 Pe 4.9 - φιλόξενοι	hospitaleiros	hospitaleiros	hospitaleiros

Tabela 7 - Comparar versões para φιλόξενον

²⁹ TAYLOR, 2011, p.218.

³⁰ LOUW, Johannes; NIDA, Eugene. **Léxico grego-português do Novo Testamento: baseado em domínios semânticos**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013, p.670.

³¹ SWANSON, 1997, n.p.

³² TAYLOR, 2011, p.121.

³³ TAYLOR, 2011, p.237.

³⁴ LOUW; NIDA, 2013, p.371.

Concluindo o verso 2, tem-se o vocábulo *διδασκτικόν*, adjetivo acusativo singular, que, assim como a expressão anterior, também encontra simetria na tradução comparada das versões, fazendo referência a uma pessoa que possui capacidade de transmitir conhecimento de forma eficaz³⁵. Esta característica seria uma forma do autor ressaltar a importância de o bispo saber ensinar seus liderados, não permitindo que acolhessem outros ensinamentos³⁶.

Passagem / termo	King James Fiel	ARA	NVI
1 Tm 3.2 - διδασκτικόν	apto para ensinar	apto para ensinar	apto para ensinar
2 Tm 2.24 - διδασκτικόν	apto para ensinar	apto para instruir	apto para ensinar

Tabela 8 - Comparar versões para *διδασκτικόν*

Comparando-se as versões, somente na versão ARA *διδασκτικόν* apresenta “apto para instruir”. Mesmo assim, seguiremos com “apto para ensinar”.

O verso seguinte inicia com o uso de duas expressões antecidas pelo advérbio de negação *μη*. A primeira é *μη πάροινον* (*μη* + *πάροινος*). O adjetivo *πάροινος* é referenciado na Carta Pastoral de Tito, tendo o mesmo sentido da citação em Timóteo, denotando uma pessoa embriagada³⁷ de vinho³⁸. Esta embriaguez por vinho é compreendida quando se observa que o termo provém da raiz *οινος* (vinho).

Passagem / termo	King James Fiel	ARA	NVI
1 Tm 3.3 - μη πάροινον	não dado ao vinho	não dado ao vinho	não deve ser apegado ao vinho
Tt 1.7 - μη πάροινον	nem dado ao vinho	não dado ao vinho	não apegado ao vinho

Tabela 9 - Comparar versões para *μη πάροινον*

³⁵ BRANNAN, 2020, n.p.

³⁶ KITTEL, Gerhard; FRIEDRICH, Gerhard; BROMILEY, Geoffrey W. **Dicionário Teológico do Novo Testamento**. Tradução de Afonso Teixeira Filho et al. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 183.

³⁷ SWANSON, 1997, n.p.

³⁸ TAYLOR, 2011, p.165.

Observa-se que a versão NVI usa-se do verbo apegar que, na expressão em questão, indica um comportamento de afeição que deve ser evitado pelos bispos. Nenhuma das versões contém termos diferenciados, portanto, usaremos “não dado ao vinho”, por entender que melhor se aproxima de uma tradução formal.

A segunda expressão que faz uso do advérbio de negação é *μη πλήκτην* (*μη + πλήκτης*), este último substantivo acusativo singular. O termo *πλήκτης* é também citado na carta de Tito, e transmite o sentido de comportamento agressivo, fazendo-se uso de violência desmedida³⁹.

Passagem / termo	King James Fiel	ARA	NVI
1 Tim 3.3 - <i>μη πλήκτην</i>	não espancador	não violento	nem violento
Tt 1.7 - <i>μη πλήκτην</i>	nem espancador	nem violento	não violento

Tabela 10 - Comparar versões para μη πλήκτην

É interessante observar que nas duas citações acima, *μη πλήκτην* procede *μη πάροινον*, talvez indicando que aquele é consequência deste. Para este trabalho, será usada a expressão “não violento”, por se entender que a raiz *πλήσσω* (golpeio⁴⁰) tem mais relação com um comportamento que não hesita em fazer uso da violência⁴¹.

Das três versões usadas na comparação, somente a KJF continua com mais uma expressão de negação: não cobiçoso de lucro desonesto. Esta reverbera o acréscimo observado anteriormente no Aparato Crítico do NA28, do verso 3, onde *μη αισχροκερδη* é adicionada em parte da tradição. Por não constar no texto da Nestle-Aland, e na maioria das versões analisadas, esta expressão não será incluída na tradução final.

Na sequência, a conjunção adversativa *ἀλλ'* indica que os próximos termos contrastam com os anteriores. O primeiro deles é *ἐπιεικῆ*, que é utilizado em 4 (quatro) outros textos do Novo Testamento:

³⁹ SWANSON, 1997, n.p.

⁴⁰ TAYLOR, 2011, p.178.

⁴¹ ARICHEA; HATTON, 1995, p.68.

Passagem / termo	King James Fiel	ARA	NVI
1 Tm 3.3 - ἔπιεικῆ	paciente	cordato	amável
Tt 3.2 - ἔπιεικεῖς	bondosos	cordatos	amáveis
Tg 3.17 - ἔπιεικῆς	gentil	indulgente	amável
1 Pe 2.18 - ἔπιεικέσιν	gentis	cordato	amáveis
Fp 4.5 - ἔπιεικέες	moderação	moderação	amabilidade

Tabela 11 - Comparar versões para ἔπιεικῆ

Apesar das diferentes traduções, o vocábulo transmite uma pessoa que trata os outros com tolerância e gentileza⁴², ao invés de fazer uso da violência. Faz-se necessário observar que dos 5 (cinco) versos acima, somente em Fp 4.5 o termo é um substantivo, enquanto nos demais é adjetivo. Este estudo fará uso de “gentil”.

Na sequência, o adjetivo acusativo singular *ἄμαχον* reforça o vocábulo anterior para gerar o contraste com “não dado ao vinho” e “não violento”. O bispo deve possuir um comportamento pacífico. O verso de Tt 3.2 robustece esta tradução. Portanto, será usado a tradução por “pacífico”.

Passagem / termo	King James Fiel	ARA	NVI
1 Tm 3.3 - ἄμαχον	não contencioso	inimigo de contendas	pacífico
Tt 3.2 - ἀμάχους	nem sejam contenciosos	nem sejam altercadores	sejam pacíficos

Tabela 12 - Comparar versões para ἄμαχον

Concluindo o verso 3, tem-se o adjetivo acusativo singular *ἀφιλάργυρον*, que também é utilizado no verso de Hb 13.5:

⁴² ARICHEA; HATTON, 1995, p.68.

Passagem / termo	King James Fiel	ARA	NVI
1 Tm 3.3 - ἀφιλάργυρον	Não avarento	Não avarento	Não apegado ao dinheiro
Hb 13.5 - ἀφιλάργυρος	Sem cobiça	Sem avareza	Livres do amor do dinheiro

Tabela 13 - Comparar versões para ἀφιλάργυρον

Analisando-se o radical do vocábulo, há as raízes de *αργυρος* (prata) e *φιλος* (amigo), que junto com o prefixo, transmite o sentido de uma pessoa não influenciada pela prata/pelo dinheiro. Para este estudo será utilizado o vocábulo “não avarento”, por se compreender que este se relaciona melhor com um comportamento livre de avareza, amor ao dinheiro⁴³.

Tradução literal	a própria casa bem governe, os filhos criando sob disciplina, com todo respeito
King James Fiel	que governe bem a sua própria casa, tendo seus filhos em sujeição, com toda a seriedade,
ARA	e que governe bem a própria casa, criando os filhos sob disciplina, com todo o respeito
NVI	Ele deve governar bem sua própria família, tendo os filhos sujeitos a ele, com toda a dignidade.

Tabela 14 - Comparar versões para 1 Tm 3.4

Das virtudes pessoais, o verso 4 agora segue com as considerações domésticas. O verbo *προϊστάμενον* transmite um sentido de liderança, governança que o bispo é requerido em ter sob sua casa. Este verbo também é traduzido por governar ou liderar em outros textos do NT (1 Tm 3.5, 1 Tm 3.12, 1 Ts 5.12, 1 Tm 5.17 e Rm 12.8). O substantivo *οἶκος* é traduzido por família na versão NVI, mas sua tradução mais comum é “casa”⁴⁴.

⁴³ TAYLOR, 2011, p.39.

⁴⁴ LOUW; NIDA, 2013, p.74.

O substantivo dativo feminino singular *ὑποταγή* traduz-se por submissão, obediência ou mesmo subordinação⁴⁵. Importante salientar que este verbo não deve necessariamente estar associado com algum tipo de submissão por uso de violência ou mesmo abusos verbais⁴⁶, uma vez que, nos versos anteriores, o autor já descarta esta possibilidade exigindo que o bispo seja gentil e não espancador.

O final é concluído com o substantivo *σεμνότης*, que se traduz por seriedade ou comportamento respeitoso⁴⁷. Este verso completo indica que o autor busca nos bispos uma pessoa que demonstre ser um bom administrador da sua casa, tendo o comportamento dos filhos como reflexo desta administração, tratando o bispo com respeito perante a sociedade. Neste sentido, a versão ARA parece ser a mais próxima da tradução formal desejada.

Tradução literal	(se, pois, alguém a própria casa presidir (liderar) não sabe, como igreja Deus cuidará?)
King James Fiel	(porque se o homem não sabe governar a sua própria casa, como cuidará da igreja de Deus?)
ARA	(pois, se alguém não sabe governar a própria casa, como cuidará da igreja de Deus?);
NVI	Pois, se alguém não sabe governar sua própria família, como poderá cuidar da igreja de Deus?

Tabela 15 - Comparar versões para 1 Tm 3.5

O verso 5 tem concordância entre as versões listadas, visto que todas se aproximam da tradução literal. A associação do autor é: se o aspirante ao episcopado não sabe como administrar sua família, mulher e filhos, sem causar escândalos, também não tem as credenciais para a administração da *ἐκκλησίας θεοῦ*, traduzido por “igreja de Deus”, que pode ser associada a alguma comunidade religiosa.

A versão King James Fiel utiliza o substantivo “homem” ao invés do pronome indefinido alguém, tal qual nas versões ARA e NVI. No texto da NA28, o pronome

⁴⁵ TAYLOR, 2011, p.233.

⁴⁶ ARICHEA; HATTON, 1995, p.69.

⁴⁷ SWANSON, 1997, n.p.

indefinido *τίς* é traduzido por “alguém”, logo, a melhor tradução para este verso é o da versão ARA.

Tradução literal	não recentemente convertido/neófito, para que torno soberbo/insolente em juízo/condenação cair o diabo
King James Fiel	não um principiante, para que, envaidecendo-se com orgulho, não caia na condenação do diabo.
ARA	não seja neófito, para não suceder que se ensoberbeça e incorra na condenação do diabo
NVI	Não pode ser recém-convertido, para que não se ensoberbeça e caia na mesma condenação em que caiu o diabo.

Tabela 16 - Comparar versões para 1 Tm 3.6

O verso 6 traz um vocábulo único no Novo Testamento: *μὴ νεόφυτον* (*μὴ* + *νεόφυτος*). Este termo, adjetivo acusativo singular, junto com o advérbio de negação denotam uma pessoa que seja recentemente convertida a uma crença⁴⁸. Sua tradução literal poderia ser “recentemente plantada”⁴⁹. A versão KJF traduz a expressão por “não principiante”, indicando que o bispo não deve ainda estar nos primeiros passos de seguir sua crença. Por sua vez, ARA e NVI elucidam melhor quando traduzem por “não neófito” e “não recém-convertido”, respectivamente. Para fins deste trabalho, será utilizada a versão da ARA.

Na sequência, o verbo *τυφωθείς* é destaque na expressão que explica a razão pela qual o autor não recomenda um bispo neófito em sua crença, ou seja, para que ele não *τυφωθείς* (se torne soberbo⁵⁰) e *έμπέση* (caia em⁵¹) no que o autor descreve como *κρίμα ... τοῦ διαβόλου*, “condenação do diabo”. Há especulações para esta última expressão, uma vez que pode ser entendida como o diabo sendo o receptor ao invés do agente ativo desta sentença⁵². Neste caso, um significado para esta

⁴⁸ SWANSON, 1997, n.p.

⁴⁹ DIBELIUS, et al, 1972, p.53.

⁵⁰ TAYLOR, 2011, p.228.

⁵¹ TAYLOR, 2011, p.73.

⁵² ARICHEA; HATTON, 1995, p.70.

expressão é: “ser condenado, da mesma forma que foi o diabo.” Percebe-se que neste sentido, a versão da NVI carrega esta explicação. Portanto, para o final deste verso, será utilizada esta versão, sendo a tradução final do verso: “Não seja neófito, para que não se ensoberbeça e caia na mesma condenação em que caiu o diabo”.

Por último, o verso 7 conclui a qualificação final para os candidatos ao cargo de episcopado. Ele inicia afirmando que o bispo deve ter *μαρτυρίαν καλήν* (*καλός+μαρτυρία*), traduzido por “bom testemunho” na KJF e ARA e por “boa reputação” na NVI. Todas as traduções podem ser utilizadas, uma vez que o significado *μαρτυρίαν* está mais relacionado a um testemunho confirmado sobre o caráter de uma pessoa⁵³. A primeira parte do verso apresenta o alvo deste testemunho, *ἀπὸ τῶν ἕξωθεν*, indicando pessoas de fora, provavelmente referindo-se a não cristãos ou não seguidores da mesma crença da comunidade a ser liderada pelo bispo⁵⁴.

A conjunção adverbial *ἵνα* indica, na sequência, o propósito da primeira afirmação: o bispo deve gozar de uma boa imagem com os não confessantes da mesma fé para que *μὴ εἰς ὀνειδισμόν ἐμπέσῃ*. O substantivo acusativo masculino singular *ὀνειδισμόν* traduz-se por reprovação pública ou injúria⁵⁵. O verbo *ἐμπέσῃ*, por sua vez, carrega o mesmo sentido do verso anterior, “caia em”. Portanto, as 3 versões seguem fidedignas com a tradução literal.

A última parte do verso 7 traz a expressão *παγίδα τοῦ διαβόλου* que possui uma construção similar à expressão do verso anterior “*κρίμα...τοῦ διαβόλου*”. O substantivo acusativo singular *παγίδα* tem outras 4 (quatro) menções no NT, em todas com o significado de laço, cilada ou armadilha, dependendo da versão (Lc 21.34, Rm 11.9, 1 Tm 6.9 e 2 Tm 2.26). Interessante notar que para esta expressão, a versão NVI, desta vez, não traz uma correlação entre o erro do bispo e seu paralelo com o que ocorreu com o diabo, tal qual no verso 6. Entretanto, isso não nega a possibilidade de ambiguidade desta expressão com o verso anterior. Como resultado da análise, e seguindo o modelo de tradução deste estudo, será usada a versão KJF.

⁵³ BRANNAN, 2020, n.p.

⁵⁴ ARICHEA; HATTON, 1995, p.70.

⁵⁵ TAYLOR, 2011, p.150.

Tradução literal	é necessário mas também testemunho bom ter apto de fora, para que não em injúria cair em e cilada o diabo.
King James Fiel	Além disso, ele deve ter também bom testemunho dos que estão de fora, para que não caia em descrédito e no laço do diabo.
ARA	Pelo contrário, é necessário que ele tenha bom testemunho dos de fora, a fim de não cair no opróbrio e no laço do diabo.
NVI	Também deve ter boa reputação perante os de fora, para que não caia em descrédito nem na cilada do diabo.

Tabela 17- Comparar versões para 1 Tm 3.7

2.4.1 Conclusão Parcial

Finalizando esta etapa do estudo, conclui-se que a comparação de traduções traz uma riqueza de detalhes importantes na compreensão da perícope. Em 1 Tm 3.1-7 observa-se que as traduções da KJF e ARA tem maior relevância na tradução final do texto a ser adotada neste trabalho. A NVI, de nenhuma forma, é descartada como uma versão útil no estudo exegético, entretanto, entende-se que as versões anteriores carregam uma riqueza de detalhes mais compatíveis com o texto da NA28.

2.5 Análise Literária

2.5.1 Delimitação do Contexto Literário

A abordagem literária adotada neste estudo teve como ponto de partida a delimitação da perícope, conforme explicado por Silva, que define delimitar um texto como estabelecer fronteiras definindo seu início e término, resultando no que é denominado de perícope⁵⁶. Essa atividade se mostra imprescindível, uma vez que os autores bíblicos não estruturaram seus textos em capítulos e versículos, como é comum nos dias de hoje. Desse modo, a análise a seguir será baseada na perícope

⁵⁶ SILVA, Cássio Murilo Dias da. **Metodologia de Exegese Bíblica**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2009. p. 68.

de 1 Tm 3.1-7, buscando-se entender sua delimitação no contexto da carta bem como suas principais características estruturais.

2.5.2 Contexto Anterior

Para se entender o contexto anterior desta perícopie, faz-se primeiro necessário delimitar seu marco inicial no texto. A perícopie inicia com *πιστὸς ὁ λόγος*, expressão esta semelhante a que ocorre no capítulo 1 verso 15 desta mesma carta. Entretanto, estudiosos estão divididos se consideram que *πιστὸς ὁ λόγος* está se referindo ao verso anterior, 2.15, ou ao que está disposto na continuação do verso 3.1. Fee explica que visto ser esta expressão um tanto pedante e porque o verbo “salvar” também surge no verso 2.15, alguns alegam que o versículo precedente é que deve estar relacionado a esta expressão⁵⁷. Em outras palavras, os defensores do texto precedente alegam que as principais ocorrências desta expressão estão relacionadas com salvação.

Collins entende que o escritor encerra a perícopie do capítulo 2 com uma afirmação de que ele transmitiu fielmente a tradição, assegurando que o seu escrito é um "dito confiável" (*πιστὸς ὁ λόγος*). Em 3.1, o endosso do autor é imediatamente vinculado a um *midrash*, uma explicação da escritura judaica. A fórmula ratifica a exposição das visões do autor sobre as mulheres cristãs, confirmando o ensinamento sobre a salvação que começou em 2.3–4, com a afirmação de que Deus deseja que todas as pessoas sejam salvas e cheguem ao pleno conhecimento da verdade⁵⁸.

Marshall, por sua vez, defende que o sinal de pontuação : logo após *λόγος* favorece uma referência procedente. Além disso, a variante textual *ἀνθρώπινος* estudada anteriormente na verificação do Aparato Crítico, presume que a expressão aponte para o texto procedente⁵⁹. Kelly complementa esta discussão salientando que nem o verso 2.15 nem qualquer dos versículos imediatamente anteriores causa uma

⁵⁷ FEE, 1994, p.90.

⁵⁸ COLLINS, Raymond F. *I & II Timothy and Titus (2002): A Commentary*. Westminster John Knox Press, 2013, p.78.

⁵⁹ MARSHALL, 2004, p.475.

impressão ao leitor como sendo uma máxima que talvez estivesse corrente na igreja apostólica, ao passo que 3.1b traz consigo o estilo e o som de um ditado popular⁶⁰.

Para este estudo, por mais que o argumento da referência precedente seja concebível para o autor estar completando, por assim dizer, o ensino que acabara de ministrar acerca da salvação das mulheres, os argumentos para uma fórmula procedente, bem como o fato do verso anterior não se encaixar como um ditado ou dito popular, são mais coerentes. Portanto, o início da perícopé, de fato, começa com *πιστὸς ὁ λόγος*.

Definido isto, observa-se que nos capítulos que antecedem a perícopé o autor está abordando o tratamento de ensinamentos heréticos para com diversos grupos dentro da comunidade eclesial. Nos versos anteriores ele trata do ensino para com as mulheres, abordando especificamente assuntos relacionados a comportamento, não somente nas reuniões da comunidade, mas também como se relacionar com seus maridos e sociedade em geral.

A motivação para o tratamento extensivo que o autor tem para com as mulheres parece refletir as problemáticas que aconteciam na comunidade. A ordem para o silêncio durante as reuniões da congregação levanta uma controvérsia entre as pastorais com as obras não questionadas de Paulo, uma vez que estas permitem o ensino das mulheres. Mas provavelmente o autor estava orientando seus leitores a combaterem o privilégio que certas mulheres estavam tendo nos círculos gnósticos da época⁶¹.

2.5.3 Contexto Posterior

Já o contexto posterior consta a partir do verso 8 deste mesmo capítulo 3. Este verso começa com a expressão *Διακόνους ὡσαύτω...*, sendo que o advérbio *ὡσαύτω* destaca-se por expressar que o autor neste momento usa do que foi escrito anteriormente, relacionado aos presbíteros, como base de comparação a este novo

⁶⁰ KELLY, 1983, p.75.

⁶¹ DIBELIUS, et al, 1972, p.48.

grupo denominado *διάκονος*⁶². O advérbio pode ser traduzido como “da mesma forma” ou “semelhantemente”, de acordo com as versões utilizadas neste estudo.

Como aplicado aos bispos nos versos anteriores, o autor utiliza a forma literária de um catálogo de virtudes para elencar as qualidades esperadas em alguém que almeja servir a igreja (1 Tm 3.8–9). O último item na lista diz respeito à fé do aspirante a servidor. O verso 10 sugere que a comunidade deve exercer devido discernimento antes de permitir que alguém sirva. Em 1Tm 3.11 o autor discorre sobre as qualidades das "mulheres" dentro da comunidade⁶³. Em seguida, a abordagem é para as responsabilidades domésticas dos diáconos, associando-se ao que já fora dito aos bispos nos versos 4 e 5.

O quarto capítulo de 1 Timóteo aborda o alerta do autor sobre as falsas doutrinas e a importância da instrução sólida, destacando a necessidade de Timóteo ser diligente na exposição e defesa da verdadeira fé. A ênfase recai na santificação e no bom ensino como antídotos contra desvios doutrinários.

No quinto capítulo, o foco se desloca para a organização interna da comunidade cristã, abordando a atenção devida aos líderes idosos, especialmente às viúvas necessitadas⁶⁴, delineando critérios específicos para a assistência benevolente. O autor instrui sobre a disciplina na igreja, reforçando a importância de honrar os líderes e gerir cuidadosamente as questões relacionadas aos membros.

No sexto e último capítulo, o autor oferece orientações adicionais sobre a ética e a conduta cristã, destacando a importância da fuga das armadilhas da avareza. A ênfase na busca da justiça, piedade, fé, amor, paciência e mansidão como atributos centrais para uma vida cristã autêntica é clara. O capítulo conclui com um chamado à fidelidade e a rejeição das paixões prejudiciais, enfatizando a responsabilidade do cristão de lutar a boa luta da fé.

⁶² ARICHEA; HATTON, 1995. p.72.

⁶³ COLLINS, 2013, p.86.

⁶⁴ MARSHALL, 2004, p.69.

2.5.4 Contexto Maior

A perícopete em estudo está inserida na carta de 1 Timóteo, uma das três que compõem as denominadas Cartas Pastorais, no Novo Testamento da Bíblia cristã. Estas três obras são denominadas de epístolas ou cartas pelo seu formato de escrita, contendo no seu início uma identificação do seu remetente e de seu intento com o conteúdo, além da conclusão com agradecimentos e bênçãos⁶⁵. Guthrie ainda menciona que estas três epístolas têm muito em comum no tipo, doutrina e situação histórica e que foram cunhadas como “Pastorais” primeiro por D. N. Bernot, em 1703, seguido mais tarde por Paul Anton, em 1726, que foi quem de fato popularizou este termo⁶⁶.

Em contraste com outras epístolas do Novo Testamento, que foram endereçadas a comunidades, com exceção de Filemon, estas três cartas são direcionadas a indivíduos. A diferença entre as Cartas Pastorais e Filemon, parece ser que aquelas foram dirigidas a pessoas que tinham responsabilidades pastorais e estavam incumbidos de também nomear pastores em suas comunidades locais⁶⁷. Entretanto, Carson ressalta que apesar dos métodos contemporâneos as tratarem como um só grupo, existem diferenças importantes entre as três:

Por exemplo, enquanto 1 Timóteo trata bastante do ministério da igreja, 2 Timóteo não tem praticamente nada a respeito, e Tito bem pouco. Os falsos ensinos estão sendo atacados em todas as três cartas, e é comum considerá-los como se fossem os mesmos em todos os casos, mas precisamos verificar se isso corresponde de fato à verdade⁶⁸.

Dentre as três cartas, 1 Timóteo, como mencionado anteriormente, é a que melhor aborda os temas relacionados à comunidade eclesial. Uma proposta de análise estrutural desta carta foi feita por Marshall,⁶⁹ como se segue:

SAUDAÇÃO DE ABERTURA (1.1-2)

⁶⁵ BROWN, 2015, p.638.

⁶⁶ GUTHRIE, Donald. **The pastoral epistles: An introduction and commentary**. Wm. B. Eerdmans Publishing, 1990, p.11.

⁶⁷ GUTHRIE, 1990, p.12.

⁶⁸ CARSON, 1997, p.396.

⁶⁹ MARSHALL, 2004, p.30.

CORPO DA CARTA – A. PROFESSORES E LÍDERES DA IGREJA (1.3 - 3.16)

- I. INSTRUÇÃO PARA EVITAR FALSA DOCTRINA (1.3 – 20)
 - a. Proibir oponentes de promulgar falsos ensinamentos (1.3 – 7)
 - b. O verdadeiro propósito da lei (1.8 – 11)
 - c. A fonte do poder de Paulo e chamado (1.12 – 17)
 - d. Renovo do chamado de Timóteo (1.18 – 20)
- II. INSTRUÇÃO DA ORAÇÃO (2.1 – 15)
 - a. Orar por todas as pessoas (2.1 – 7)
 - b. Homens e Mulheres na oração e nas reuniões da igreja (2.8 – 15)
- III. QUALIFICAÇÃO DOS PRESBÍTEROS E DIÁCONOS (3.1 – 13)
 - a. Qualificação dos Presbíteros (3.1 – 7)
 - b. Qualificação dos Diáconos (3.8 – 13)
- IV. A IGREJA E O MISTÉRIO DA FÉ (3.14 – 16)

CORPO DA CARTA – B. A ATITUDE DO LÍDER DA IGREJA PARA COM A IGREJA E OS SEUS GRUPOS (4.1 – 6.21a)

- I. DEVERES DE TIMÓTEO COMO MESTRE CONFRONTANDO HERESIAS (4.1 – 16)
 - a. O surgimento de heresia e a necessidade da sã doutrina (4.1 – 5)
 - b. A necessidade de instrução que leva a piedade (4.6 – 10)
 - c. Timóteo como mestre (4.11 – 16)
- II. O TRATAMENTO DE VÁRIOS GRUPOS NA IGREJA (5.1 – 6.2a)
 - a. Como tratar com os anciãos e os jovens (5.1 – 2)
 - b. Instrução sobre viúvas (5.3 – 16)
 - c. Instrução sobre os anciãos (5.17 – 25)
 - d. Instrução sobre os escravos (6.1 – 2a)
- III. VERDADEIROS E FALSOS MESTRES CONTRASTADOS (6.2b – 21a)
 - a. Professores com falsas doutrinas e seus motivos (6.2b – 10)
 - b. Instruções nos ensinamentos verdadeiros (6.11 – 16)
 - c. O que ensinar aos ricos (6.17 – 19)
 - d. Aviso final a Timóteo, resumindo temas antecedentes (6.20 – 21a)

AGRADECIMENTOS FINAIS (6.21b)

O autor continua sua explicação da divisão nesta estrutura, salientando que o que ele denomina como corpo da carta pode ser dividido em partes A e B, ambas apresentando similaridades em temas e padrões. Por exemplo, em ambas as partes o autor da carta inicia o texto abordando o assunto de heresias e desenvolve falando sobre o comportamento da liderança e de diversos grupos sociais dentro das reuniões eclesiais. Este paralelismo poderia sugerir que dois documentos com similaridades estruturais foram agrupados, mas a verdade é que parece haver evidência estrutural suficiente para se entender que estas duas partes realmente pertencem ao mesmo autor⁷⁰.

Alguns acadêmicos sugerem que em 1 Timóteo há a presença de quiasmos⁷¹. Uma exemplificação pode ser observada na estrutura a seguir:

1.1 - 20
 2.1 – 3.13
 3.14 - 4.16
 5.1 – 6.2
 6.3 - 21

A essência desta estrutura é de uma advertência pessoal central dirigida a Timóteo por material administrativo e eclesial, que também é cercado por introduções e seções de encerramento⁷². Entretanto, ainda não há uma estrutura de quiasmos que aparenta ser convincente⁷³.

2.5.5 Contexto Menor

Como se observa, a perícopa estudada está inserida na divisão de qualificação dos presbíteros e diáconos, especificamente falando sobre os presbíteros. Como o principal eixo central da carta é o combate aos falsos mestres, o autor busca, nesta

⁷⁰ MARSHALL, 2004, p.31.

⁷¹ uma forma literária que envolve uma estrutura simétrica ou inversa

⁷² MARSHALL, 2004, p.32.

⁷³ MARSHALL, 2004, p.33.

perícopes, trabalhar recomendações quanto a liderança que está à frente das comunidades eclesiais.

2.5.6 Conclusão Parcial

A delimitação inicial de *πιστὸς ὁ λόγος* como pertencente ao versículo 1 é importante pois carrega o significado de que os textos a seguir são tratados como verdades ou ditos populares da época em que foram escritos.

Portanto, 1 Timóteo 3.1-7 é uma perícopes com início e fim delimitados. O texto precedente compreende 1 Timóteo 2.9-15 e aborda os deveres das mulheres cristãs. A perícopes imediatamente posterior está em 1 Timóteo 3.8-13 e trata das qualificações do grupo dos diáconos. O texto de 1 Timóteo 3.1-7 está inserido na primeira parte da carta de 1 Timóteo e dentro deste conjunto maior faz parte das qualificações específicas ao grupo dos presbíteros.

2.6 Análise da Redação

A análise da redação parte do entendimento que os autores dos livros bíblicos possuem características próprias de escrita, ou seja, durante a redação de suas obras eles utilizam de seu vocabulário, estilo e pensamento teológico peculiares⁷⁴. Não há como desassociar o entendimento da autoria da perícopes de 1 Tm 3.1-7 da carta em que ela se encontra, logo, este estudo abordará a análise da autoria da carta de 1 Timóteo, destacando seus principais pontos de argumentação para a autoria a favor ou contra Paulo, bem como informações sobre a época de escrita e destinatário.

Importante salientar que o intuito do estudo é analisar a carta de 1 Timóteo, entretanto, alguns tópicos incluirão a análise das Cartas Pastorais como um conjunto quando for relevante para o debate.

⁷⁴ WEGNER, 2012, p.156.

2.6.1 Autoria

Entre os acadêmicos há um abrangente consenso que no Novo Testamento dentre as 13 cartas que assumem ter uma autoria de Paulo, provavelmente 6 não foram escritas por ele. A estas cartas denomina-se “Cartas Deuteropaulinas”, significando que elas possuem uma posição secundária no corpo de escritos paulinos. As cartas de autoria paulina possuem uma aparência em estilo e teologia semelhantes e são elas: Romanos, 1 e 2 Coríntios, Gálatas, Filipenses, 1 Tessalonicenses e Filemon⁷⁵. Dentre as outras 6 cartas, 3 possuem uma grande semelhança entre si de tal forma que grande parte dos acadêmicos entende que elas foram escritas pela mesma pessoa: 1 e 2 Timóteo e Tito⁷⁶.

A autoria paulina em 1 Timóteo é um tema de significativas controvérsias. A autenticidade das Cartas Pastorais não foi questionada até o século 19 quando Schleiermacher⁷⁷ trouxe à tona um debate para a autoria de 1 Timóteo, baseando-se nas diferenças de vocabulário desta carta em comparação com as demais de clara autoria paulina. Eichhorn⁷⁸ estendeu este ceticismo também a 2 Timóteo e Tito⁷⁹. Baur⁸⁰ e a escola de Tübingen estenderam esta dúvida para todo o corpo de autoria paulina e chegaram à conclusão de que havia somente 4 cartas consideradas como autênticas de Paulo⁸¹.

Não há como tratar a autoria de 1 Timóteo como separado das outras duas cartas, uma vez que, como já exposto, a maioria dos acadêmicos entende que foram escritas pelo mesmo autor⁸². Diversos questionamentos têm sido levantados para a discussão da autoria paulina nas pastorais, e talvez pela sua extensão e dificuldade, este estudo não conseguirá abordá-las em sua forma exaustiva. Para tanto, serão

⁷⁵ EHRMAN, Bart D. **Quem escreveu a Bíblia?: por que os autores da Bíblia não são quem pensamos que são**. Agir Editora, 2014, p.68.

⁷⁶ EHRMAN, 2011, p.68.

⁷⁷ Friedrich Daniel Ernst Schleiermacher, teólogo, filólogo e filósofo alemão, nasceu em Breslau no dia 21 de novembro de 1768 e morreu em Berlim em 12 de fevereiro de 1834.

⁷⁸ Johann Gottfried Eichhorn foi um teólogo protestante alemão do Iluminismo e um dos primeiros orientalistas. Ele era membro da Escola de História de Göttingen.

⁷⁹ MOUNCE, William D. **Pastoral epistles**. Nelson, 2009. n.p.

⁸⁰ Ferdinand Christian Baur foi um teólogo protestante alemão, fundador e líder da Escola Tübingen de teologia

⁸¹ KNIGHT, George W. **The pastoral epistles**. Wm. B. Eerdmans Publishing, 2013, n.p.

⁸² KELLY, 1983, p.35.

analisados 5 pontos críticos de discussão, resumidos a seguir por Kümmel ⁸³: linguagem e estilo, situação histórica, teologia, a luta contra os falsos mestres e a situação dentro da comunidade.

Para um melhor entendimento de cada um dos pontos de discussão, serão expostas as principais argumentações acadêmicas, tanto por parte dos que defendem a autoria paulina de 1 Timóteo quanto para os que a rejeitam. Importante salientar que em certos momentos as argumentações mencionarão o conjunto das Cartas Pastorais enquanto em outros somente 1 Timóteo, mas isso em nada interfere na análise da autoria da carta.

2.6.1.1 Linguagem e estilo

Fundamentos são elaborados a partir das diferenças de vocabulário entre as 3 Cartas Pastorais e as demais epístolas de autoria paulina. Carson descreve que Harrison, baseando-se nas principais publicações de seu tempo, usufruiu de estatísticas para compilar seu trabalho. A obra descreve que as três Cartas Pastorais empregam 902 palavras, das quais 54 são nomes próprios. Das outras 848 palavras, 306 não ocorrem nas outras dez epístolas paulinas, e destas 306, 175 palavras não ocorrem em nenhum outro texto do Novo Testamento⁸⁴.

Destas 306 palavras, exclusivas das Epístolas Pastorais, 211 são encontradas em escritos de pais apostólicos e apologistas do século II. Portanto, uma das inferências deste argumento é a não autoria paulina, mas sim provavelmente fora um escritor que viveu no início do século II. Além disso, uma outra hipótese é que Paulo, em sua velhice, poderia ter usado uma nova variedade de palavras em seu vocabulário literário⁸⁵.

Carson, contra-argumentando as conclusões de Harrison, explica que é importante observar que a maioria das palavras partilhadas pelas pastorais e pelos escritores do século II podem também ser encontradas em escritores anteriores a 50

⁸³ KÜMMEL, Werner Georg. *Introduction to the New Testament*, trans. Howard C. Kee, 17th rev. ed. (Nashville: Abingdon Press, 1975), 1975, p.371.

⁸⁴ HARISSON, 1921 apud CARSON, 1997, p.396-397.

⁸⁵ HARISSON, 1921 apud CARSON, 1997, p.397.

d.C. Ele continua dizendo que não se pode alegar que Paulo não as conhecia, uma vez que eram corriqueiras em seu tempo, nem que o vocabulário de Paulo deveria ser restrito somente as demais 10 epístolas (cerca de 2.177 palavras). Ele ainda conclui que destas 306 palavras únicas das Epístolas Pastorais, 127 ocorrem somente em 1 Timóteo, 81 somente em 2 Timóteo e 45 em Tito, e nem por isso há densos questionamentos quanto a diferentes autores para cada uma destas epístolas, logo, as estatísticas em si não seriam suficientes para definir a autoria⁸⁶.

O estudo de Harrison também é citado por Ehrman, que ressalta o crescente número de estudos estatísticos posteriores ao de Harrison, e em quase todos os realizados, está claro que o vocabulário usado nas Epístolas Pastorais é diferente dos demais escritos paulinos. Entretanto, ele ressalta que não se pode confiar totalmente em meros números, uma vez que eles podem dizer basicamente o que se programa a eles. Sua abordagem, portanto, conclama a análise dos diferentes sentidos que algumas palavras ocupam nas Epístolas Pastorais em relação as demais. Por exemplo, em cartas como Romanos e Gálatas, a palavra “fé” tem elevado significado e trata da confiança salvífica na pessoa de Cristo. Já nas Epístolas Pastorais, “fé” reflete o corpo de ensinamentos relacionados a religião cristã (Tt 1.3). Portanto, mesmas palavras, mas diferentes significados⁸⁷.

Brown também compartilha do pensamento de Ehrman com relação a diferentes significados atribuídos a palavras tão emblemáticas em epístolas paulinas, tais como lei, fé e justiça. No geral, estas diferenças ocorrem também em comparação entre as demais epístolas, mas não de uma forma tão concentrada como quando se compara com as pastorais. Ele ainda ressalta que os argumentos de vocabulário e estilos diferentes entre as pastorais e as demais têm sido contra-argumentados devido a uma possível utilização de um escriba por parte de Paulo. Além disso, os temas tratados nas Epístolas Pastorais, especialmente os pertinentes a estrutura eclesiástica, são diferentes das encontradas em outras epístolas, um fator que pode explicar diferenças de vocabulários⁸⁸.

⁸⁶ CARSON, 1997, p.397.

⁸⁷ EHRMAN, 2011, p.72.

⁸⁸ BROWN, 2015, p.664-665.

Kelly elucida as diferenças de estilo entre as epístolas, ressaltando que a maioria dos estudiosos tem observado a dicção correta e formal das pastorais e elas demonstram pouca ou nenhuma da tensão dialética, e poucos ou mesmo nenhum dos sinais de afloramento fluido do pensamento típico da escrita paulina. O escritor parece contentar-se, na maior parte das vezes com asseverações e exortações. Um outro fato interessante da diferença de estilo, como também do vocabulário alterado, é o fato de que o comprimento médio de uma palavra nas pastorais é 5,50 letras (5,58 em 1 Tm; 5,26 em 2 Tm; e 5,66 em Tt), enquanto nas demais epístolas paulinas essa média é de 4,82.

De modo geral, para Kelly, as pastorais revelam mais uma afinidade com o mundo helenístico educado e da diatribe popular que com as cartas reconhecidamente paulinas. Entretanto, ele alega ser quase impossível, tendo em vista a pequena quantidade de literatura cristã, disponível, ter absoluta certeza de que esta ou aquela palavra pertencem a um determinado ano. Ele aborda 2 argumentos para estas diferenças de vocabulário e estilo. O primeiro, é resultante dos anos em que Paulo viveu no ocidente, provavelmente conversando em latim, o que pode ter tido um impacto em seu vocabulário, ou mesmo sua avançada idade, que explicaria o prosaísmo do seu estilo⁸⁹. A sua segunda argumentação é a “hipótese do secretário”. Entretanto, para Kelly, este amanuense pode ter recebido uma autonomia limitada na redação das pastorais, focando no conteúdo a ser transmitido mais que na forma literal de escrita⁹⁰.

Kümmel cita o estudo estatístico mais refinado de Grayston e Herdan, na análise das pastorais, para demonstrar que o relacionamento entre os logaritmos de vocabulários e a extensão dos textos das pastorais varia acentuadamente em comparação com as cartas de Paulo, incluindo Colossenses, Efésios e II Tessalonicenses. Além disso, as pastorais exibem dez a vinte vezes mais “grecismos” que as demais cartas paulinas⁹¹.

Em adição as observações estatísticas, há outros pontos importantes a serem relevados na linguagem e estilo de escrita das pastorais. Nestas epístolas estão

⁸⁹ KELLY, 1983, p.32.

⁹⁰ KELLY, 1983, p.33

⁹¹ KÜMMEL, 1975, p.372.

ausentes muitas palavras curtas que são usadas com muita frequência por Paulo nas demais cartas tais como ἄν, ἄρα, διό, εἶτε, ἕκαστος, ἔτι, οὐκέτι, ὥσπερ, ὥστε⁹². Em contrapartida, nas pastorais nota-se o uso de partículas próprias para denominar os mesmos nomes: *κυρίως* é utilizado para denominar o senhor de escravos (Cl 3.22; 4.1), enquanto *δεσπότης* aparece nas pastorais (1 Tm 6.1; 2 Tm 2.21; Tt 2.9). *ἀρχαὶ* é um termo para poderes sobrenaturais (Rm 8.38; 1Co 15.24; Ef 1.21, 3.10, 6.12; Col 2.10), enquanto Tito 3.1 usa para autoridades terrenas⁹³. Sem mencionar a isso o emprego de termos não vistos em outras cartas paulinas tais como *πιστὸς ὁ λόγος*, que aparece 5 vezes somente nas pastorais (1 Tm 1.15; 1 Tm 3.1; 1 Tm 4.9; 2 Tm 2.11; Tt 3.8), e *Δι' ἣν αἰτίαν* por 3 vezes (1 Tm 4.6; 2 Tm 1.6; 2 Tm 2.14)⁹⁴.

Fica evidente, para Kümmel, que esta diferença na linguagem e estilo não permitem assumir que Paulo escreveu as pastorais⁹⁵. Os argumentos que usam em favor da mudança de estilo paulino pela influência do latim durante sua segunda prisão em Roma, ou mesmo devido a sua avançada idade não seria suficiente para explicar as mudanças citadas anteriormente no vocabulário e extensão dos textos⁹⁶. Além disso, o autor reitera que apesar da defesa de muitos estudiosos, não há vestígios de evidência para assumir que os escritos foram assumidos por um secretário, comissionado ou não diretamente por Paulo⁹⁷.

Além disso, alguns acadêmicos notaram uma semelhança entre os vocabulários das pastorais e os livros de Lucas e Atos, inferindo que o mesmo autor escreveu estas cartas. A referência do sofrimento de Paulo e dos acontecimentos em “Antioquia, em Icônio, e em Listra” (2 Tm 3.11), ecoam na jornada de Paulo informada somente em Atos 13.14-14.20. A ideia do presbitério em cada cidade (Tt 1.5) é constatada em Atos 14.23. Presbíteros que eram bispos/supervisores (Tito e 1Timóteo) é atestado em Atos 20.17-18. Viúvas idosas que recusam o matrimônio e passam o dia e noite em oração é notado em 1 Tm 5.5-9 e Lucas 2.36-37⁹⁸. Estes são apenas alguns exemplos das semelhanças notadas entre as obras, o que inclina

⁹² HARRISSON, 1921 apud KÜMMEL, 1975, p.373.

⁹³ KÜMMEL, 1975, p.373.

⁹⁴ KÜMMEL, 1975, p.373.

⁹⁵ KÜMMEL, 1975, p.372.

⁹⁶ KÜMMEL, 1975, p.373.

⁹⁷ KÜMMEL, 1975, p.374.

⁹⁸ BROWN, 2015, p.664-665.

alguns a defenderem a possibilidade de único autor entre elas para justificar a semelhança de linguagem⁹⁹.

2.6.1.2 Situação Histórica

Diversos acadêmicos destacam a complexidade em harmonizar as situações descritas nas Cartas Pastorais com os relatos sobre a vida de Paulo delineadas no livro de Atos e em outras epístolas do N.T. Kümmel explica que 1 Timóteo pressupõe que, em um período anterior, Paulo e Timóteo chegaram a trabalhar juntos em Éfeso, e, logo depois, Paulo parte para Macedônia enquanto Timóteo permanece para cuidar e defender a igreja dos falsos mestres que propagam ensinamentos contrários aos ministrados por eles anteriormente. Porém, nenhuma destas situações se encaixa na vida conhecida de Paulo¹⁰⁰.

O livro de Atos relata que após 3 anos de atividades em Éfeso, Paulo parte para Macedônia (At 20.1; At 19.21). Porém, nesta ocasião, não há registros que Timóteo permanece no local, mas ao invés disso Paulo envia-o a Macedônia, junto com Erasto, antes mesmo de sua partida (At 19.22). Ainda é descrito que Paulo planejou viajar para Corinto e Jerusalém (At 20.2) e não retornara novamente para Éfeso (At 20.16). Timóteo estava entre os seus companheiros na jornada para Jerusalém (At 20.4)¹⁰¹.

Nos últimos versos de Atos, Paulo, enquanto estava em Roma, morou por sua própria conta, acompanhado de um soldado (At 28.16) e que lá permanecera recebendo visitantes (At 28.30). Por este motivo, Carson elucida não ser nada improvável que Paulo tenha sido liberto após este período e tenha se envolvido em outras atividades evangelísticas¹⁰². Ele ainda afirma que não há material suficiente para afirmar que se conhece tudo sobre a vida ministerial de Paulo, ou seja, a falta de harmonização histórica pode simplesmente ser resultante de falta de informações sobre a vida e ministério de Paulo¹⁰³.

⁹⁹ KNIGHT, 2013, n.p.

¹⁰⁰ KÜMMEL, 1975, p.375-376.

¹⁰¹ KÜMMEL, 1975, p.376.

¹⁰² CARSON, 1997, p.400.

¹⁰³ CARSON, 1997, p.400.

O texto de Atos 20.25-38 indica claramente que ele não mais retornaria para Éfeso. Além disto, mesmo que ele tenha sido solto após seu aprisionamento em Roma e posteriormente retornado ao seu encarceramento final, não há claros indícios de que tenha regressado a Éfeso¹⁰⁴. Kelly entende que a teoria de um segundo aprisionamento parece firmemente fundamentada, e, portanto, provável que Paulo foi solto e continuou sua obra missionária até que esta fosse interrompida por um aprisionamento definitivo, na capital¹⁰⁵.

Marshall complementa o argumento de um segundo aprisionamento paulino, relembando que este caso é sustentado pela tradição, por meio de Eusébio. Além deste, outras tradições como em 1 Clemente 5, constataam que Paulo também viajou para o oeste, o que faz ressonância com seu desejo retratado na epístola de Romanos (Rm 15.24). Marshall ressalta que estes pontos dificilmente provam que, de fato, Paulo foi livre da prisão em Roma e seguiu para um período de atividade missionária, mas, da mesma forma, esta possibilidade também dificilmente pode ser desmentida¹⁰⁶.

Uma diferente alternativa de explicação para as diferenças tanto de linguagem e estilo quando também dos acontecimentos históricos nas Cartas Pastorais é a “hipótese do fragmento”¹⁰⁷. Ela sugere que essas cartas podem ter sido compostas não como obras unitárias, mas como uma combinação de fragmentos ou unidades de tradições preexistentes cuja data e lugar de composição podem, na maioria dos casos, ser plausivelmente identificados¹⁰⁸. Uma das mais famosas hipóteses é provavelmente a desenvolvida por Harrison, que inicialmente, em 1921¹⁰⁹, sugeriu a reconstrução de 5 fragmentos, mas, posteriormente, em 1964, resumiu para os seguintes 3:

- 1º Fragmento: Tito 3.12 – 15, enviado da Macedônia após a escrita da epístola de Coríntios.
- 2º Fragmento: 2 Timóteo 4.9-15, 20, 21a e 22b, enviados de Nicópolis para Timóteo.

¹⁰⁴ KÜMMEL, 1975, p.377.

¹⁰⁵ KELLY, 1983, p.17-18.

¹⁰⁶ MARSHALL, 2004, p.69.

¹⁰⁷ DIBELIUS, et al, 1972, p.4.

¹⁰⁸ KELLY, 1983, p.16.

¹⁰⁹ HARISSON, 1921 apud MARSHALL, 2004, p.73.

- 3º Fragmento: 2 Timóteo 1.16-18, 3.10-11, 4.1, 2a, 5b-8, 18b, 19, 21b-22a, 2 Timóteo 4.16-18a, enviados de Roma para Timóteo¹¹⁰.

Esta reconstrução, como era de esperar, apresenta severas críticas. Alguns acadêmicos afirmam, inclusive, que estes fragmentos apresentam o mesmo estilo que as demais Cartas Pastorais. Outras argumentam que há elevada complexidade nesta hipótese a ponto de não haver explicação para a omissão do autor em tentar preservar o seu próprio estilo de escrita, mas sim tentar desenvolver um outro a partir destes fragmentos. Esta teoria também não consegue explicar como somente estes fragmentos foram preservados¹¹¹.

A hipótese dos fragmentos, embora ofereça uma perspectiva intrigante sobre a composição das Cartas Pastorais, enfrenta desafios consideráveis. A falta de evidências diretas e a complexidade de reconstruir o processo de composição são questões que a tornam menos atrativa.

2.6.1.3 Teologia

Do ponto de vista teológico, as Cartas Pastorais apresentam um aspecto de certa forma ambíguo. De um lado, tem-se passagens que parecem refletir fielmente as ideias características de Paulo. Do outro lado, nota-se também certas divergências no tom teológico das cartas, especialmente ao se fazer uma comparação com as demais. A controvérsia, portanto, parte do entendimento do quanto divergentes são as pastorais das demais e até que ponto essas diferenças são fundamentais.

Antes de proceder à análise das discrepâncias, torna-se relevante a compreensão dos reflexos do ensino teológico inerente às epístolas tradicionalmente atribuídas a Paulo que também ecoam nas Cartas Pastorais. Nesse contexto, destacam-se exemplos elucidativos, como: a auto reconhecida experiência do autor como pecador e blasfemador (1 Tm 1.12-17; Tt 3.3-7); a enfática declaração de que a justificação não está intrinsecamente ligada à meritocracia humana, mas é inerente à graça divina (2 Tm 1.9; Tt 3.5); a confessada identificação de Cristo como o redentor

¹¹⁰ MARSHALL, 2004, p.73.

¹¹¹ MARSHALL, 2004, p.72-73.

que se entregou como resgate pelos pecadores (1 Tm 2.5-6; 1.15)¹¹²; sua descrição da vida eterna como alvo dos cristãos (1 Tm 6. 12; 2 Tm 1.1; Tt 1.2; 3.7); fé em Cristo como sendo o meio para atingi-la (1 Tm 1.16); a crença de que seus sofrimentos pessoais serão de benefício para os eleitos (2 Tm 2.10); sua convicção de que Deus nos chamou pela sua graça antes da criação do mundo (2 Tm 1.9-10; Tt 2.11)¹¹³.

Kelly ressalta que há, pelo menos, 3 principais divergências teológicas entre as pastorais e o que se considera ser o ensino de Paulo. Primeiro, as pastorais apresentam uma forte tendência a favor da ortodoxia, com ênfase na doutrina “correta” e lealdade a fé herdada. O autor ressalta o tema da “sã doutrina” e cita constantemente a expressão “pleno conhecimento da verdade” (1 Tm 2.4; etc.), sendo esta a fé ortodoxa em Cristo. Há uma confiança em credos (1 Tm 6.12-13; 2 Tm 2.8; 4.1), ênfase na igreja como “coluna e baluarte da verdade” (1 Tm 3.15), e suposição que seus oficiais eram sucessores da transmissão da doutrina correta (2 Tm 2.2)¹¹⁴.

Em segundo lugar, elas possuem uma direção à moralidade prática e a ética convencional. O ideal religioso é resumido para o autor no termo helenístico *eusebia* (“piedade” ou “devoção”), que é estranho ao vocabulário e pensamento de Paulo. Além disso, há repetidos chamados às boas obras, de uma maneira que não tem paralelo com as demais obras paulinas^{115 116}.

E em terceiro lugar, nota-se que várias das doutrinas “prediletas” de Paulo estão ausentes nas pastorais ou mesmo apresentam uma oposição de significados. A cruz, de maneira notável, não ocupa a posição central que lhe é comumente atribuída, e observa-se a ausência de qualquer discussão acerca do conflito entre a carne e o espírito. O papel do Espírito Santo é marginalizado, e a união do cristão com Cristo não encontra expressão no texto. O conceito do autor em relação a Deus contrasta com um pai amoroso delineado por Paulo, assumindo uma natureza distante e majestosa, quase inacessível (1 Tm 1.17; 6.15-16). Cristo é caracterizado como o “mediador”, um termo que Paulo utilizou exclusivamente em referência a Moisés (Gl 3.19). Sua descrição de Cristo como “salvador” (2 Tm 1.10; Tt 2.13; 3.6) e as

¹¹² KÜMMEL, 1975, p.382.

¹¹³ KELLY, 1983, p.24.

¹¹⁴ KELLY, 1983, p.24-25.

¹¹⁵ KELLY, 1983, p.25.

¹¹⁶ FEE, 1994, p.27.

referências à sua "manifestação" parecem ecoar mais o culto helenista do que a linguagem idiomática e o pensamento do apóstolo¹¹⁷.

A compreensão do termo "fé" pelo autor não se alinha com a perspectiva paulina de uma confiança contínua em Cristo ou da entrega de si mesmo a Ele. Em vez disso, ele a concebe como uma virtude cristã entre outras (2 Tm 2.22; 3.10; Tt 2.2) ou como a crença aceita pela igreja, compreendida de forma objetiva (1 Tm 4.1, 6; 6.21; Tt 1.4). Similarmente, a graça não é concebida como o poder transformador que representa para Paulo, mas, sim, como uma mão auxiliadora que facilita a cooperação por parte do ser humano (Tt 2.11-12)¹¹⁸.

Ainda segundo Kelly, as reações têm sido diversas perante as divergências citadas anteriormente. Muitos atribuindo o máximo peso para estas discordâncias que parecem estranhas a Paulo, e outros que acreditam que esta variação teológica pode ser explicada por ser produzida em um período final da vida de Paulo, quando a fase criadora da teologia cristã já havia passado, e quando o institucionalismo estava se estabelecendo¹¹⁹.

Para Marshall o conteúdo das Cartas Pastorais é divergente em caráter quando comparado com os primeiros escritos de Paulo, e isso é claro até mesmo para aqueles que defendem sua harmonia teológica com as demais cartas. Para estes, as pastorais representam uma tentativa criativa de expressar novamente a teologia paulina para uma nova situação vivenciada. Nota-se que a linguagem e ideias das pastorais encontram paralelo no mundo greco-romano e especialmente na fala grega. A cristologia é reformulada em termos de epifania, e a natureza da vida cristã é exposta em termos de piedade e sobriedade¹²⁰.

Hagner elucida que apesar das continuidades que poderiam ser mencionadas, existem diferenças notáveis entre a teologia das pastorais e as cartas não questionadas de Paulo. A lista a seguir oferece algumas indicações das ênfases distintivas das pastorais em comparação com as Cartas Paulinas: cristologia da "epifania", usada para se referir tanto à primeira quanto à segunda vinda de Cristo

¹¹⁷ KELLY, 1983, p.25.

¹¹⁸ KELLY, 1983, p.25-26.

¹¹⁹ KELLY, 1983, p.26.

¹²⁰ MARSHALL, 2004, p.78.

(apenas uma vez em Paulo; 2 Ts 2.8); ausência de referência a Jesus como "Filho"; referências escassas ao Espírito Santo; ausência do uso característico de Paulo sobre estar "em Cristo"; "fé" é usada para se referir ao conteúdo do que é acreditado em vez de confiança em Cristo, e não é colocada em oposição às obras; a lei é mencionada de uma maneira não característica (1Tm 1.8-11); "justificação" e "justiça" não são usadas para se referir a um estado do crente, mas apenas como virtudes a serem buscadas; nenhuma menção à cruz ou à crucificação de Jesus; ênfase na "doutrina saudável" e no "depósito" da tradição ortodoxa que deve ser cuidadosamente guardada. A forma particular que a proteção da ortodoxia pelo autor toma é bastante diferente da abordagem nas cartas paulinas indiscutíveis¹²¹.

As pastorais empregam um vocabulário helênico não paulino do mundo greco-romano para a conduta ética, por exemplo: "piedade", "seriedade", "disciplina" ou "autocontrole" e "boa consciência". O autor ainda levanta um questionamento do porquê essas palavras aparecem apenas agora e não nas passagens éticas frequentes de Paulo anteriormente¹²².

Kümmel afirma que as pastorais apresentam uma sequência de declarações que não correspondem as ideias centrais de Paulo. Entretanto, acrescenta que mesmo que as elas não reproduzam a teologia de Paulo, não se pode afirmar que este "cristianismo burguês" não representa uma nova interpretação necessária da mensagem cristã para o contexto da época. Mais do que julgamento literário, somente um teste crítico-teológico pode decidir se as pastorais são um desenvolvimento necessário da mensagem paulina, ou se representam uma completa ou parcial adulteração¹²³.

Fee entende que os problemas relacionados às Epístolas Pastorais não residem tanto no fato de sua teologia não ser paulina, porque em verdade os elementos paulinos são reconhecidos em toda parte, mas o que aparenta ser algo anti-paulino, na verdade, é uma divergência no modo característico de pensar e falar conforme se reflete nas cartas anteriores. Quando se tem tão pouca evidência quanto

¹²¹ HAGNER, Donald A. *The New Testament: A historical and theological introduction*. Baker Books, 2012, p.618-619

¹²² HAGNER, 2012, p.619.

¹²³ KÜMMEL, 1975, p.382-384.

ao que se quer nos escritos de Paulo – evidência de natureza ocasional, não sistemática, pareceria mais apropriada uma cautela maior do que a vista em muitas literaturas¹²⁴.

As diferenças podem ser explicadas por fatores como a nova situação enfrentada por Paulo, o caráter pessoal das cartas, o desenvolvimento do ponto de vista de Paulo, ou o uso de um novo amanuense que talvez tenha recebido um grau incomum de liberdade de expressão, tal como retratado anteriormente na diferença de linguagem e estilo. Qualquer um desses fatores, isoladamente ou em combinação, poderia explicar por que essas cartas diferem das outras Cartas Paulinas. Em contraste com a ênfase na diferença, deve-se chamar a atenção para muitos trechos que soam exatamente como o Paulo das cartas indiscutíveis. Entretanto, é importante mencionar que o padrão de diferenças é bastante marcante, de modo que a probabilidade de uma solução como essa não parece ser grande¹²⁵.

2.6.1.4 A luta contra Falsos Mestres

Se o falso ensino, pela qual a escrita das pastorais foi necessária, é uniforme, há dois fenômenos religiosos que eles podem a ele ser associados: o judaísmo e o gnosticismo. Por um lado, eles demonstram suas raízes judaicas quando seus propagadores se denominam mestres na lei (1 Tm 1.7), aceitam dinheiro para instruir (1 Tm 6.5), colocam confiança em fábulas judaicas e mandamentos humanos (Tt 1.14) e incitam lutas e debates sob a lei de Moisés (Tt 3.9)¹²⁶. Por outro lado, trazem consigo características dos pensadores gnósticos tais como o orgulho do conhecimento “superior” (1 Tm 6.20), engajamento na especulação sobre a ordem dos anos (1 Tm 1.4; Tt 3.9) e a prática do ascetismo pela proibição do casamento e assuntos relacionados à alimentação (1 Tm 4.3)¹²⁷.

Se a preocupação que consta nas pastorais é sobre um gnosticismo influenciado por um cristianismo judaico, isso corresponderia ao observado na

¹²⁴ FEE, 1994, p.25-26.

¹²⁵ HAGNER, 2012, p.619.

¹²⁶ KÜMMEL, 1975, p.378.

¹²⁷ KÜMMEL, 1975, p.378-379.

comunidade de Colossos e, portanto, não há como ligá-los ao sistema gnóstico do segundo século. Tem sido proposto que os embates em 1 Tm 6.20 são direcionados a Marcião, porém essa teoria, é refutada pela forte antítese entre Marcião e o Antigo Testamento e Judaísmo. O falso ensino judaico-cristão-gnóstico combatido pelas pastorais é, portanto, completamente compreensível durante a vida de Paulo. Entretanto, diferente da epístola direcionada a Colossos, a visão dos falsos mestres não é confrontada com temas característicos da mensagem paulina, trazendo uma interpretação de que essas epístolas, de fato, não foram escritas por Paulo¹²⁸.

Dibelius segue este pensamento e explica que o tom e a forma como o autor aborda as polêmicas na carta são diferentes da abordagem paulina costumeira. O autor não dialoga com seus oponentes e o “falso ensino” é simplesmente contrastado com o “ensino correto”. Sua conclusão é que estas características não associam a autoria da carta a Paulo, porém, a abordagem das características do gnosticismo combatido não parece ser o mesmo do segundo século¹²⁹.

Brown explica que os falsos ensinamentos criticados nas pastorais são frequentemente associados como sendo um gnosticismo judaizante pós-paulino. Apesar de muitos prestigiados acadêmicos defenderem este pensamento, ele explica que a exata natureza do que está sendo criticado nas pastorais é difícil de discernir¹³⁰. Aqueles que defendem essa ideia detectam nas contradições da “falsamente chamada ciência” (1 Tm 6.20) uma alusão às Antíteses de Marcião e interpretam a solicitude do autor para com o Antigo Testamento (1 Tm 4.13; 2 Tm 3.15-16) como sendo a reação contra o pouco caso que Marcião fazia dele. Porém, não há uma evidência suficiente para associar os bem conhecidos sistemas gnósticos do século II com o que provocara a escrita das pastorais. Tudo sugere algo mais elementar, talvez uma forma “gnosticizante” do cristianismo judaico¹³¹.

Kelly continua ressaltando que já nos tempos da escrita de Gálatas, Paulo se via confrontando os cristãos que combinavam ideias gnósticas com a aderência rigorosa à lei mosaica. Um outro comparativo pode ser feito com a epístola a Colossos,

¹²⁸ KÜMMEL, 1975, p.379.

¹²⁹ DIBELIUS, 1972, p.2-3.

¹³⁰ BROWN, 2015, p.665.

¹³¹ KELLY, 1983, p.19-20.

onde vê-se que a heresia por ela combatida parece mais avançada e mais destrutiva aos fundamentos cristãos do que a heresia combatida nas pastorais¹³².

Carson também reforça que o gnosticismo maduro pertence a uma época já mais avançada no século II, e estas cartas não fazem parte deste período. O ensino falso descrito nestas cartas não é diferente do que existia durante o período do ministério de Paulo. Embora muitos entendam que se trate de uma heresia do século II, não existem bases concretas para dizer que ela não poderia ter surgido no transcorrer da vida de Paulo¹³³.

2.6.1.5 Situação dentro da Comunidade

De muitas maneiras, a estrutura eclesiástica emerge como a temática central das Cartas Pastorais. Para muitos estudiosos, essa é a razão primordial para a análise dessas cartas, especialmente 1 Timóteo e Tito, enquanto para outros, tanto a preocupação quanto o conteúdo indicam uma datação muito posterior à época de vida de Paulo. Uma perspectiva convencional sugere que as Cartas Pastorais refletem um período semelhante ao de Inácio (c. 110-115 d.C.), quando um único bispo detinha autoridade primária na igreja, com presbíteros e diáconos sob sua supervisão. Além disso, defende-se a existência de uma ordem de diaconisas e de viúvas, fundamentada em 1 Timóteo 3.11 e 5.9, respectivamente¹³⁴.

Para Fee, a ordem da igreja das pastorais ajusta-se facilmente àquilo que se encontra nas demais cartas paulinas e em Atos. Em sentido contrário, ela não se assemelha às cartas de Inácio quer no espírito, quer nos detalhes¹³⁵. As atividades empregadas por Paulo e seus companheiros, na plantação de comunidades eclesiásticas, são observadas em todos os estágios iniciais da igreja¹³⁶.

¹³² KELLY, 1983, p.20.

¹³³ CARSON, 1997, p.401.

¹³⁴ FEE, 1994, p.32.

¹³⁵ FEE, 1994, p.32.

¹³⁶ MARSHALL, 2004, p.77.

Não obstante as inferências propostas por alguns estudiosos, nas Epístolas Pastorais não subsiste qualquer elemento que imponha uma estrutura organizacional mais elaborada do que aquela delineada para os "bispos e diáconos" em Filipenses 1.1. Contrariando uma datação no século II, destaca-se a atenção dispensada pelo autor às qualidades requisitadas para presbíteros e diáconos. Em torno do século II, essas características seriam, sem dúvida, amplamente reconhecidas, ao passo que, nos dias de Paulo, seria pertinente enumerá-las.

Adicionalmente, encontra-se uma relação de viúvas em 1 Timóteo 5.9, entretanto, sua interpretação permanece ambígua. Decerto, nenhum desses elementos detém um peso substancial no âmbito da organização eclesiástica, podendo, possivelmente, ter emergido nos primórdios da comunidade cristã¹³⁷.

Brown ressalta que mesmo que nenhuma das cartas paulinas não questionadas não mencionem presbíteros, isso não significa que este cargo não existia, uma vez que a estrutura eclesiástica não seria o tema discutido nelas. Além disso, existe uma equivalência entre os denominados presbíteros e bispos. Não há como ter certeza se a estrutura de presbíteros estava espalhada nas comunidades na 3ª década do século I. A morte de Paulo é somente mencionada em II Timóteo e há uma possibilidade de ele ter trabalhado na organização desta estrutura até este momento¹³⁸.

Kümmel observa que uma tentativa tem sido feita para associar os cargos de Timóteo e Tito como os reais bispos das cidades metropolitanas os quais as igrejas estão subordinadas, ou mesmo os enxergando como delegados apostólicos. Entretanto, esse cargo ocupado por ambos, de acordo com as cartas, nunca existiu na constituição da igreja e só pode ser explicado com base no endereço fictício das pastorais. Não há uma cadeia de sucessão apostólica para os cabeças das congregações e Paulo certamente não sabia da tarefa de preservar a tradição através da ordenação de presbíteros¹³⁹.

¹³⁷ CARSON, 1997, p.402-403.

¹³⁸ KÜMMEL, 1975, p.665.

¹³⁹ KÜMMEL, 1975, p.382.

Ehrman já aborda de forma mais enfática explicando que a situação histórica descrita nas Epístolas Pastorais é o maior problema em aceitá-las como de autoria paulina. Ele ainda cita o exemplo da resolução de conflitos descritos nas cartas paulinas, como por exemplo em Corinto. Nela, para a tratativa dos problemas, Paulo apela à igreja como um todo e aos indivíduos pertencentes a ela, conclamando a usarem seus dons espirituais para o bem comum, agindo em unidade¹⁴⁰.

Paulo não escreve aos líderes da igreja de Corinto, bispos ou diáconos, mas sim aos seus membros. Enquanto nas pastorais Paulo escreve a Timóteo e Tito e nota-se uma organização e estrutura diferentes, indicando uma situação oposta à igreja de Corinto. Além disso, Paulo acreditava na volta de Jesus antes mesmo de sua morte (1 Ts 4.14-18), o que não harmoniza com o fato de estruturar uma comunidade eclesial para o longo prazo, como observado nas pastorais¹⁴¹.

Boring menciona que o papel de Timóteo e Tito na estrutura das pastorais ainda é incerto. Para ele, as estruturas das congregações às quais as pastorais se dirigem eram diferentes daquelas dos dias de Paulo. O apóstolo dependia da liderança carismática em suas igrejas, com uma liderança informal em vez de uma liderança institucionalizada. Paulo não tem uma estrutura firme ou oficiais na igreja de Corinto a quem apelar durante os problemas com os quais ele está lidando em 1 e 2 Coríntios, por exemplo. A Igreja é guiada pelo Espírito, que trabalha através de uma variedade de dons; profetas e mestres são inspirados pelo Espírito, e a congregação como um todo deve discernir a vontade de Deus (1 Co 12-14)¹⁴².

Boring continuar explicando que as cartas de Paulo não indicam qualquer consciência da ordenação ou ofício de presbítero. Em Fp 1,1, Paulo se refere a "bispos" e "diáconos", sem indicação de que eles representam ofícios ministeriais específicos presentes na igreja como um todo. Assim, as pastorais se encaixam melhor na terceira fase do movimento iniciado durante a missão paulina ao Egeu, nos primeiros trinta anos do segundo século d.C¹⁴³.

¹⁴⁰ EHRMAN, 2011, p.73.

¹⁴¹ EHRMAN, 2011, p.73-74.

¹⁴² BORING, M. Eugene. Introdução ao Novo Testamento. História, literatura e teologia. Vol. 1. Questões introdutórias do Novo Testamento e escritos paulinos. **São Paulo: Academia Cristã**, 2016, p.637-638.

¹⁴³ BORING, 2016, p.637.

2.6.2 Época da Escrita

Caso se adote a premissa de que as Cartas Pastorais têm sua origem em Paulo, sendo escritas por ele diretamente ou por meio de um secretário confiável seguindo suas instruções, a composição dessas cartas deve ser situada em um período caracterizado por escassa documentação histórica, compreendido entre sua libertação da primeira prisão em Roma e sua subsequente execução.

Como é notório, há significativa incerteza em relação à cronologia absoluta da vida de Paulo. De acordo com uma cronologia amplamente aceita, sua chegada inicial em Roma remonta à primavera de 59 d.C., considerando que a data de sua libertação seria, portanto, a primavera de 61 d.C. Outra proposta cronológica associa esses dois eventos aos anos de 61 e 63 d.C., respectivamente. O ano e as circunstâncias de sua morte permanecem ainda mais obscuros, embora seja um consenso que ocorreu durante o reinado de Nero, 54-68 d.C.¹⁴⁴.

Acadêmicos contemporâneos, presumindo que Paulo tenha sido uma das vítimas da reação anticristã subsequente ao incêndio de Roma, apontam confidentemente para o ano de 64 d.C.¹⁴⁵, enquanto Eusébio, em seu *Chronicon*, menciona a data de 67 d.C. Contudo, qualquer semblante de certeza é irrealista, dado o caos desencadeado pela tentativa cínica de Nero de encontrar bodes expiatórios, que provavelmente não se limitou à capital e não se dissipou em poucos meses. Em qualquer estimativa, evidencia-se uma lacuna de dois ou três anos, no mínimo, independentemente do método de cálculo adotado¹⁴⁶.

Deve-se atentar para o fato de que não há evidências conclusivas para verificar se Paulo empreendeu imediatamente sua jornada para a Espanha após sua libertação, conforme suposição generalizada, ou se inicialmente dirigiu-se à Ásia Menor, conforme as epístolas do Cativo parecem indicar como sua intenção. Os resultados assegurados são limitados a duas observações cruciais: primeiramente, Paulo encontrava-se na Macedônia quando redigiu 1 Timóteo¹⁴⁷, e, secundariamente,

¹⁴⁴ KELLY, 1983, p.41.

¹⁴⁵ CARSON, 1997, p.412.

¹⁴⁶ KELLY, 1983, p.41.

¹⁴⁷ CARSON, 1997, p.412.

2 Timóteo, remetida de sua detenção em Roma, deve ser considerada como a última dentre as três cartas.

A plausibilidade da composição das pastorais pode ser atribuída de maneira convincente aos anos de 63 ou 65-66 d.C, dependendo do esquema cronológico adotado. Além disso, permanece incerto o local exato de onde Paulo escreveu Tito, assim como a sequência temporal em relação a 1 Timóteo¹⁴⁸.

Aqueles que entendem que a carta é pseudônima situam-na de modo geral no século II. Kümmel defende que a data mais provável da escrita das pastorais seja “bem no começo do segundo século”¹⁴⁹, ratificando inclusive seu pensamento que o gnosticismo que a carta combate não tem a mínima possibilidade de semelhança com o grande sistema gnóstico do segundo século¹⁵⁰.

Kelly defende que, independentemente de qualquer decisão acerca da autoria, deve ficar claro que as pastorais têm muito mais probabilidade de terem sido escritas entre 80 e 110 do que em alguma data bem dentro do século II. Vários estudiosos procuram localizá-las entre 130 e 160 (ou até mesmo 180), porém para estas datas muito avançadas é difícil de reconciliar com alguns eventos históricos relacionados aos escritores da Patrística, como a citação frequente de Ireneu destas cartas como sendo de autoria paulina, na década de 80 do século II¹⁵¹. Assim como de alta probabilidade de seu uso por Policarpo (*Philippians* 4.1), em 135 d.C, e que fosse de provável conhecimento e uso por Inácio, Barnabás e Clemente¹⁵².

O Cânone Muratori, uma lista de livros do Novo Testamento e provavelmente escrito no fim do século II., inclui as três Cartas Pastorais, indicando que essas cartas já eram conhecidas pela comunidade cristã até pelo menos metade do segundo século d.C¹⁵³. A argumentação da data das pastorais em um período mais tardio a Marcião (150 d.C.) tem pouca aceitação, uma vez que Tertuliano (*Adversus Marcion* 5.21)¹⁵⁴ explicitamente declara que Marcião as conhecia, porém escolheu rejeitá-

¹⁴⁸ KELLY, 1983, p.42.

¹⁴⁹ KÜMMEL, 1975, p.387.

¹⁵⁰ KÜMMEL, 1975, p.379.

¹⁵¹ KELLY, 1983, p.34.

¹⁵² MARSHALL, 2004, p.3.

¹⁵³ ARICHEA; HATTON, 1995. p.1.

¹⁵⁴ BROWN, 2015, p.664.

las¹⁵⁵. Portanto, baseando-se nas teorias da pseudografia e da situação histórica na época do pseudoepígrafo¹⁵⁶, tece-se uma provável data de escrita entre os anos de 90 e 110 d.C¹⁵⁷.

2.6.3 Destinatários

Alguns detalhes biográficos sobre Timóteo, analisados pelo livro de Atos e as demais cartas paulinas, podem ser úteis uma vez que trazem uma imagem mais completa do receptor envolvido nesta carta¹⁵⁸.

As pastorais são endereçadas a Timóteo, em Éfeso (1 Tm 1.3; 2 Tm 1.15). Filho de um pai pagão e de uma mãe judia cristã, ele morava em Listra, cidade da Licaônia, na província romana da Galácia, situada no centro-sul da Ásia Menor¹⁵⁹. De acordo com 2 Timóteo 1.5, sua mãe se chamava Eunice e sua avó, Lóide¹⁶⁰. Presume-se que ele tenha sido convertido ao cristianismo durante a primeira viagem missionária de Paulo em sua cidade natal (At 14.6), em aprox. 46 d.C, e foi comissionado pelo próprio apóstolo durante sua segunda viagem a Listra, em aprox. 50 d.C, sendo para isso circuncidado (At 16.3), evitando futuros escândalo perante os judeus¹⁶¹.

Durante a segunda viagem missionária, 50-52 d.C, Timóteo acompanhou Paulo pela Frígia, Galácia e através da Europa (Filipos, Tessalônica e Beréia). Ele foi enviado de volta para Tessalônica, para fortalecer e exortar a nova igreja¹⁶². Ele se reuniu a Paulo novamente em Corinto, trazendo boas novas (1 Ts 3.6; At 18.5). Ele auxiliou Paulo na evangelização de Corinto (2 Co 1.19), mas não se tem notícias de

¹⁵⁵ MARSHALL, 2004, p.7.

¹⁵⁶ FEE, 1994, p.17.

¹⁵⁷ BROWN, 2015, p.668.

¹⁵⁸ BROWN, 2015, p.653.

¹⁵⁹ FEE, 1994, p.12.

¹⁶⁰ KÜMMEL, 1975, p.369.

¹⁶¹ BROWN, 2015, p.653.

¹⁶² BÜRKI, HANS. **Comentário Esperança, Primeira Carta a Timóteo** (Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2007), p.167.

seus passos quando de acordo com Atos 18.18-19.1 Paulo retorna para Cesaréia, Jerusalém e Antioquia da Síria, para iniciar sua nova jornada missionária¹⁶³.

Durante a estadia de Paulo em Éfeso, 50 – 57 d.C, Timóteo estava com ele (seu nome se junta a Paulo em Fp 1.1 e Fm 1 que provavelmente foram escritas em Éfeso). Entre 56 e 57 d.C, provavelmente para coletar dinheiro e levá-lo a Jerusalém, Paulo o envia de Éfeso para a Macedônia (At 19.22; 1 Co 4.17; 16.10), com o entendimento que eventualmente ele iria para Corinto. Aparentemente Timóteo chegou logo após 1 Coríntios ser entregue. Presumivelmente, Timóteo estava com Paulo na saída de Éfeso, em 57 d.C, e quando Tito trouxe novidades da resolução da situação de Corinto, Paulo e Timóteo enviaram a epístola de II Coríntios, da Macedônia¹⁶⁴.

Timóteo passou o inverno de 57-58 d.C com Paulo em Corinto, e neste tempo a epístola aos Romanos (Rm 16.21) foi enviada. Atos 20.4-5 tem ele com o apóstolo no início da jornada de Corinto para Jerusalém antes de Pentecostes, em 58 d.C. Ele foi à frente e esperou Paulo em Trôade, sendo esta a última menção de Timóteo em Atos¹⁶⁵. A tradição eclesiástica informa que Timóteo foi bispo de Éfeso e que sofreu martírio no ano de 97 sob o imperador Nerva¹⁶⁶.

Através dos anos, Paulo escreve afetosamente sobre Timóteo. Em 1 Tessalonicenses 3.2 Timóteo é retratado como irmão de Paulo e ministro de Deus no evangelho de Cristo. Em Filipenses 2.19 ele afirma de Timóteo que “não tem ninguém como ele”, retratando também seu interesse pelo bem-estar de todos¹⁶⁷. Em 1 Coríntios 4.17, Filipenses 4.17, 1 Timóteo 1.2 e 2 Timóteo 1.2 é chamado de “filho amado e fiel no Senhor”¹⁶⁸.

De acordo com o delineamento apresentado em 1 Timóteo, este assume a função de um representante apostólico temporário incumbido da liderança da igreja de Éfeso. Timóteo, ao que parece, mantém uma relativa juventude (1 Tm 4.12; 2 Tm 2.22), possivelmente situando-se em torno dos trinta e cinco anos ou mais,

¹⁶³ BROWN, 2015, p.653.

¹⁶⁴ BROWN, 2015, p.654-655.

¹⁶⁵ BROWN, 2015, p.655.

¹⁶⁶ BÜRKI, 2007, p.167.

¹⁶⁷ BROWN, 2015, p.655.

¹⁶⁸ FEE, 1994, p.13.

caracterizando-se como uma figura reservada e sensível, cuja disposição requer encorajamento e apoio¹⁶⁹. No geral, a carta traz características fidedignas de um Timóteo típico das demais cartas autênticas de Paulo¹⁷⁰.

Ehrman, em sua obra, ressalta que as informações relacionadas a Timóteo, bem como o uso de detalhes pessoais em todas as Cartas Pastorais, possam ser resultantes de uma falsificação em busca de convencer os leitores de que elas foram de fato escritas por Paulo. Neste caso os destinatários seriam as comunidades que estavam enfrentando novos problemas de uma geração posterior a de Paulo¹⁷¹.

2.6.4 Conclusão Parcial

Após a Análise Redacional da perícopes, algumas conclusões podem ser destacadas:

O debate da autoria da carta de 1 Timóteo, aqui incluso também o conjunto das pastorais, traz uma longa lista de argumentações a favor e contra a autoria paulina. Os acadêmicos que defendem Paulo como autor, seja direta ou indiretamente pelo uso de secretários, representam uma significativa minoria no mundo acadêmico¹⁷², cerca de 80-90% dos demais concordam com a escrita das pastorais após a vida de Paulo¹⁷³.

Quanto aos principais pontos de discussão, as abordagens da situação da comunidade da época bem como o embate contra os falsos mestres possuem argumentos equilibrados na disputa autoral. Quanto ao primeiro, pelo estudo realizado, não compactuo que a organização eclesiástica descrita nas pastorais seja algo totalmente incomum para o período de vida de Paulo. Entendo que na maioria das cartas paulinas não questionadas há um diálogo com a comunidade, em que muitas das vezes não há especificamente a menção a um líder, com na igreja de

¹⁶⁹ KELLY, 1983, p.10.

¹⁷⁰ BROWN, 2015, p.655.

¹⁷¹ EHRMAN, 2011, p.74-75.

¹⁷² MARSHALL, 2004, p.57-58.

¹⁷³ BROWN, 2015, p.668.

Corinto, entretanto, isso não invalida que em diversas outras passagens do Novo Testamento há a menção de presbíteros e diáconos.

A perícopre de 1 Tm 3.1-7 não traz uma divisão de trabalho, jurisdição ou alguma diretriz quanto às responsabilidades dos presbíteros, mas tem o seu foco na escolha do caráter moral da liderança da comunidade. E isso sugere que essa estrutura das pastorais ainda seja rudimentar, bem diferente da organização episcopal descrita por Inácio de Antioquia no segundo século. Além disso, algumas pesquisas já demonstraram que a organização proposta por 1 Timóteo e Tito era algo comum em sinagogas e clubes greco-romanos (chamados de *collegia*)¹⁷⁴.

O argumento dos falsos mestres traz consigo uma divisão interessante nas argumentações. Primeiro, até mesmo acadêmicos contrários a autoria paulina concordam que encaixar o sistema gnóstico combatido nas pastorais com o complexo sistema do segundo século é uma tarefa demasiada e inconclusiva. Entretanto, um segundo argumento trata que a forma como o autor aborda os intitulados falsos mestres é bem diferente do característico e vigoroso ensino paulino. De fato, a abordagem das pastorais difere de cartas como Colossenses, em que o tema de combate herético é usado. Na minha perspectiva, este ponto favorece uma autoria pós-paulina, mesmo que outros argumentos, como a finalidade diferente da carta ou a idade do autor, sejam trazidos à tona.

A análise da situação histórica da carta não traz conclusões claras, uma vez que o desconhecimento da vida de Paulo após o encarceramento em Roma levanta uma grande possibilidade de hipóteses. O testemunho de outros autores como Eusébio e Clemente favorecem o entendimento que na época entendia-se que o apóstolo havia realizado novamente trabalhos missionários após a prisão descrita no livro de Atos. Portanto, neste argumento entendo que este trabalho possa ter acontecido em Éfeso.

E concluindo a análise das argumentações tem-se a diferença entre linguagem e estilo e teologia. Em minha perspectiva estes são os principais ofensores aos que defendem a autoria paulina da carta de 1 Timóteo, bem como das pastorais.

¹⁷⁴ DESILVA, David A. **An introduction to the New Testament: Contexts, methods & ministry formation**. InterVarsity Press, 2018, p.656-657.

Comparando-se as Cartas Pastorais e as demais epístolas de autoria incontestável de Paulo, é nítido que há uma diferença clara, que favorece o lado dos que defendem sua autoria tardia. Os contra-argumentos tais quais do secretário ou mesmo da possível diferente fase da vida de Paulo parecem mais tentativas ilógicas de seus defensores, por mais que não totalmente impossíveis.

Por fim, nenhum argumento, dos que foram aqui apresentados, é totalmente persuasivo quando usados isoladamente, mas conforme as argumentações contrárias aumentam torna-se mais difícil defender a autoria paulina. Na minha perspectiva, as diferenças em comparação com as demais epístolas paulinas não questionadas é inegável. As pastorais parecem respirar uma atmosfera diferente, com perspectivas diferentes das demais obras.

Sendo este o caso, compactuo com uma provável data de escrita da carta provavelmente nos primeiros anos do século II, ratificando a menção e uso de seu conteúdo por escritores da patrística, bem como sua abordagem quanto ao combate ao gnosticismo rudimentar. Seus destinatários são as comunidades posteriores a Paulo que enfrentavam dificuldades na organização eclesiástica e na manutenção dos ensinamentos apostólicos anteriores.

2.7 Análise das Formas

Visto que a linguagem neotestamentária se serve de variadas formas de expressão para comunicar efetivamente sua mensagem, a análise das formas auxilia em alguns pontos desta distinção tais como na identificação das principais formas usadas, nos gêneros literários, na situação dentro da qual as formas adquiriram as suas características específicas e a sua intenção ao ser escrita¹⁷⁵. A seguir, tem-se uma abordagem quanto a estes pontos.

¹⁷⁵ WEGNER, 1998, p.20.

2.7.1 Gênero literário

Quando vários textos apresentam a mesma estrutura formal básica, acrescidos de conteúdo ou características similares, eles podem ser enquadrados sob um mesmo gênero literário. Fala-se em gênero, portanto, quando ditos ou narrativas apresentam um conjunto de formas idênticas, acrescidas de outros elementos comuns¹⁷⁶.

Convém diferenciar entre gêneros maiores e menores. Entre os primeiros destacam-se 5 classificações: Evangelhos, Atos dos Apóstolos, Cartas e Apocalipse. Dentre eles, pode-se encontrar uma multiplicidade de gêneros menores, como: homologias, doxologias, eulogias, liturgias, catálogos de virtudes e vícios entre outros. Esta classificação dos gêneros não logrou alcançar unanimidade entre os acadêmicos, e isso se deve, parcialmente, aos princípios adotados nas diversas análises¹⁷⁷, entretanto, serve como guia para direcionarmos os estudos dos textos do Novo Testamento.

Visto que este estudo aborda da perícopes de 1 Tim 3.1-7, sua classificação dentre os gêneros maiores, proposta por Wegner, encontra-se como cartas¹⁷⁸. Este gênero é o mais frequente do Novo Testamento, compreendendo 21 dos 27 livros totais (aproximadamente 78%). Todas as 3 pastorais possuem a estrutura de carta, tendo saudações de abertura como uma de suas evidências. Elas são apresentadas como mensagens pessoais de um escritor para um leitor¹⁷⁹. Essa distinção já as separa do conceito de epístolas, com as quais são frequentemente associadas. As epístolas consistem em tratados sobre assuntos específicos que, embora possam utilizar o formato de cartas, não são direcionadas a destinatários específicos, mas sim têm o objetivo de alcançar um público mais amplo com sua mensagem¹⁸⁰.

Segundo Marshall, no caso das pastorais, a carta de 2 Timóteo encaixa-se melhor no gênero de carta parenética pessoal e assume, com convicção, que o autor e o receptor terão contato futuro. Tito possui mais o caráter de uma série de instruções de uma pessoa superior para o seu agente, mas, assim como 2 Timóteo, possui uma

¹⁷⁶ WEGNER, 1998, p.206.

¹⁷⁷ WEGNER, 1998, p.206 - 207.

¹⁷⁸ WEGNER, 1998, p.223.

¹⁷⁹ MARSHALL, 2004, p.12.

¹⁸⁰ WEGNER, 1998, p.223.

conclusão pessoal. Dentre as 3 pastorais a que menos se encaixa como carta é 1 Timóteo que apesar de ser endereçada a Timóteo possui pouca presença de contato pessoal¹⁸¹.

A análise dos gêneros menores abrange o estudo das pequenas unidades encontradas nos evangelhos e nas cartas. Fora dos evangelhos, os gêneros menores costumam ser oriundos de tradições litúrgicas ou parenéticas¹⁸². A carta de 1 Timóteo, bem como o conjunto das pastorais, encontram-se nesta última classificação.

A tradição parenética compreende o conjunto dos textos que oferecem orientações para o comportamento ético dos cristãos. As primeiras comunidades podiam extrair critérios para seu comportamento ético de várias fontes: decálogo e as recomendações dos profetas, a memória da própria pregação e ação ética de Jesus e, por último, ofereciam-se, com certa liberdade, diversos preceitos morais desenvolvidos e difundidos entre a gentildade¹⁸³.

Na classificação da tradição parenética, a perícope de 1 Tim 3.1-7 encontra-se no tópico de Catálogos de Deveres¹⁸⁴ para líderes comunitários, ou também denominado de deveres de estado (*Speculum muneris*)¹⁸⁵. Estes catálogos encontram-se quase que exclusivamente nas pastorais e possuem como característica o fato de apresentarem uma série de deveres concernentes àquelas pessoas que, dentro das comunidades, exerciam funções de liderança ou ocupavam outros cargos específicos, como os bispos ou supervisores, os presbíteros ou anciãos e os diáconos¹⁸⁶.

Examinando o catálogo quanto ao seu conteúdo, os estudiosos constataram que: 1) As obrigações alistadas para os diversos cargos são de tal caráter que se aplicam, em princípio, a todos os cristãos. 2) A moral proposta para os diferentes cargos e funções não apresenta nada de genuinamente cristão, mas é moral amplamente difundida no mundo circundante greco-romano¹⁸⁷.

¹⁸¹ MARSHALL, 2004, p.12.

¹⁸² WEGNER, 1998, p.260.

¹⁸³ WEGNER, 1998, p.263.

¹⁸⁴ SILVA, 2009, p.212.

¹⁸⁵ BERGER, Klaus. **As formas literárias do Novo Testamento**. São Paulo: Loyola, 1998, p.131.

¹⁸⁶ WEGNER, 1998, p.266.

¹⁸⁷ WEGNER, 1998, p.266.

Sobretudo nesta última observação, há a suposição que essas normas tenham sido influenciadas por catálogos semelhantes extraídos das sociedades judaicas e helenistas¹⁸⁸, reproduzindo, assim, a sua moral. É difícil, entretanto, determinar em que medida o autor usou outras fontes em suas formulações, e quais seriam mais exatamente essas fontes usadas por ele¹⁸⁹.

Para exemplificar os termos descritos anteriormente, a figura a seguir foi desenvolvida adotando-se a classificação descrita na obra de Wegner:

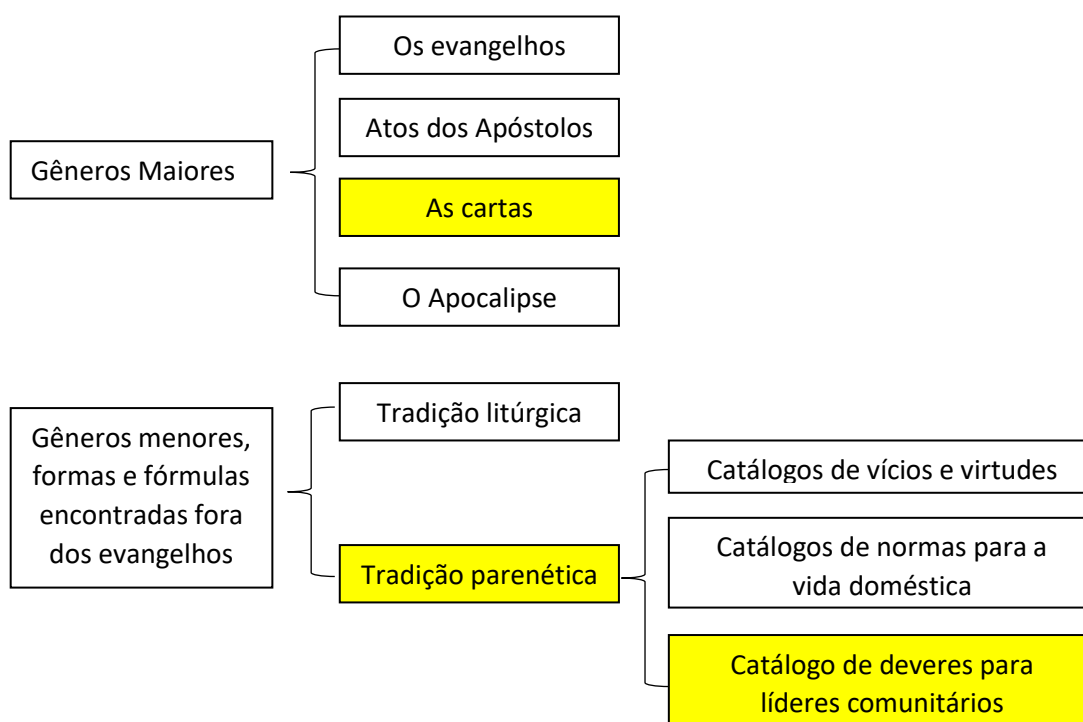


Figura 1- Classificação do gênero literário, baseada na obra de Wegner.

Dibelius, em sua obra, ressalta que o ensino por meio dos deveres, como o exposto nas pastorais, é conhecido no período helenístico. Ele corresponde a relação entre “panegírico” (ἔπαινος) e “parénesis”, que é ilustrado pela descrição de heróis, ressaltando uma moral filosófica. Obras que ressaltavam os deveres de lideranças militares também traziam descrições morais de suas funções. O texto de 1 Tm 3, portanto, fazia parte de uma ilustração popularizada não somente por ressaltar as virtudes filosóficas, mas acima de tudo pela inscrição honorária. A intenção do autor

¹⁸⁸ SILVA, 2009, p.211.

¹⁸⁹ WEGNER, 1998, p.266.

ao listar as virtudes esperadas dos bispos era inspirar uma sucessão que adquira os mesmos comportamentos e práticas¹⁹⁰.

É provável que o judaísmo também tenha herdado algo da antiga moralidade popular retratada aqui. Certamente, o padrão de lista não parece ter sido adotado na literatura rabínica. Mas talvez possa ser encontrado eco na lista do Talmude Babilônico atribuída a Rabhs (3º século), uma passagem que, em sua falta de contexto ou conexão, lembra 1 Tim 3: "O nome de quarenta e duas letras é confiado apenas a aquele que é piedoso, manso, de meia-idade, livre de temperamento ruim, sóbrio, e que não busque seu próprio interesse"¹⁹¹.

Um bom objeto de comparação literária é oferecido pelas regulamentações correspondentes no Ensino dos Doze Apóstolos (didachê). Nesta obra, as regulamentações sobre o culto e a organização da congregação (Did. 7-10, 14, 15), regulamentações que formam a estrutura principal da segunda parte do livro, são interrompidas por uma passagem de importância mais imediata, lidando com apóstolos e profetas (Did. 11-13)¹⁹².

Podemos, portanto, concluir, tanto das Pastorais quanto do Didache, que o núcleo desses materiais era uma ordem eclesiástica. Isso pode ter sido fixado por escrito ou de forma oral e foi expresso com diferentes nuances de acordo com necessidades específicas. Deve ter sido formado dentro das comunidades cristãs e preocupou-se primeiramente com o serviço de culto e, em segundo lugar, com a organização da congregação¹⁹³.

2.7.2 Intencionalidade do Texto

A função crítica das formas e dos gêneros literários é exatamente descobrir a finalidade e a intenção de um texto¹⁹⁴. Egger denomina o estudo da intenção dos textos de "análise pragmática", que perfaz um dos aspectos da leitura sincrônica¹⁹⁵.

¹⁹⁰ DIBELIUS, et al, 1972, p.51.

¹⁹¹ DIBELIUS, et al, 1972, p.51.

¹⁹² DIBELIUS, et al, 1972, p.5-6.

¹⁹³ DIBELIUS, et al, 1972, p.6.

¹⁹⁴ WEGNER, 1998, p.213-214.

¹⁹⁵ EGGER, 1973 *apud* WEGNER, 1998, p.214.

A análise pragmática parte do princípio da observação de que as expressões linguísticas, e, portanto, os textos, devem ser consideradas não só do ponto de vista do conteúdo, mas também das finalidades, já que dependendo do contexto, a expressão pode produzir diferentes efeitos¹⁹⁶. Esta análise distingue entre conteúdo de mensagem (proposição), finalidade (função) e o efeito de um texto. O epistolar paulino, em particular, oferece numerosos exemplos das diversas funções de linguagem que podem ser encontradas no Novo Testamento:

- Função de contato: título das cartas, saudações conclusivas (particularmente marcada em Rm 16); Gl 4.20: “Gostaria de estar perto de vós neste momento e poder mudar o tom da minha voz”;
- Função expressiva: a vivaz auto apresentação em 2 Cor 11;
- Função diretiva: as numerosas instruções às comunidades, em particular nas passagens que iniciam com “peço-vos”, “exorto-vos”;
- Função referencial: exposição de conteúdos, Rm 2;
- Função poética: 1Cor 13; Rm 8.31-29;
- Função retórica: evidente sobretudo em Gálatas;
- Função metalinguística: Gal 4.24: “Tais coisas são ditas por alegoria”.¹⁹⁷

Essas e outras funções possíveis costumam vir atreladas a determinados gêneros literários, razão pela qual seu conhecimento é de suma importância no estudo da intencionalidade das narrativas e dos discursos bíblicos.

Ainda importante citar que a carta de 1 Timóteo apresenta uma intencionalidade explícita. Para um texto discursivo, como neste caso, o sentido exortativo fica evidente quando vem acompanhando por verbos como “exorto-vos” (1 Tm 2.1; 6.13)¹⁹⁸. Na perícopes de 1 Tm 3.1-7, nota-se que o autor oferece instruções diretas para o seu destinatário, procurando orientar quanto a escolha da liderança eclesial. Sua intenção é específica, buscando garantir que os novos sucessores sejam fiéis aos princípios que devem ser ensinados na comunidade.

¹⁹⁶ EGGER, Wilhelm. **Metodologia do Novo Testamento: introdução aos métodos linguísticos e histórico-críticos**. Edições Loyola, 1993, p.132-133.

¹⁹⁷ EGGER, 1993, p.133-134.

¹⁹⁸ WEGNER, 1998, p.215.

2.7.3 Conclusão Parcial

A perícopes estudada encontra-se na classificação da tradição parenética, no tópico de Catálogos de Deveres. Como abordado no capítulo, embora não trate especificamente de descrição de trabalho aos presbíteros, o texto da lista de qualificações é bem semelhante a critérios utilizados na época para escolha de lideranças. Além disso, não há alguma qualificação que exija um esforço sobre humano para sua realização, indicando que, de fato, parecem ser requisitos morais conhecidos e imprescindíveis a qualquer líder que exija o mesmo de seus liderados futuramente.

Quanto à sua intenção, a perícopes aborda estes requisitos no intuito que sejam suficientes para que a nova liderança defenda sua comunidade eclesiástica dos movimentos considerados heréticos, que norteavam a mente do autor.

2.8 Análise do Conteúdo

A Análise das Formas revela que este texto está classificado na categoria de Catálogos de Deveres, abordando qualificações para os aspirantes às lideranças na comunidade. Para a Análise do Conteúdo, além do que já fora abordado nos tópicos anteriores, será mais bem explorado o uso do termo presbítero mencionado pelo autor, além de um melhor entendimento das características que o autor relata para a escolha dos bispos, visto que estes são assuntos centrais da perícopes.

Importante mencionar que os principais pontos de discussão da autoria desta carta, com relação a estrutura eclesiástica relatada nas pastorais, já foram abordados na Análise Redacional. Inclusive, a principal argumentação defendida pelos acadêmicos que não defendem a autoria paulina é o fato da estrutura eclesiástica de presbíteros e diáconos não ser tão desenvolvida na época de Paulo quanto a proposta nas pastorais. Portanto, o tópico seguinte relatará a forma como os termos são encontrados no Novo Testamento, ressaltando suas referências e seus significados.

2.8.1 Presbíteros

A perícope trata claramente das qualificações para a função do episcopado, ou seja, para aqueles que seriam candidatos ao cargo de bispo. No Novo Testamento há outros dois termos que também parecem possuir o mesmo significado de bispo: pastores e presbíteros. Dentre estes, a palavra menos usada é pastor, (*ποιμένας*), que se refere a um líder de uma congregação cristã e aparece somente em um texto do Novo Testamento: Efésios 4.11¹⁹⁹.

Embora o substantivo pastor (*ποιμένας*) não seja usado para referir-se aos oficiais da igreja no Novo Testamento, o verbo relacionado que significa “agir como um pastor (de ovelhas)” (*ποιμαίνειν*) é aplicado aos presbíteros no discurso de Paulo em Éfeso, em Atos 20.28: “ἔθετο ἐπισκόπους, **ποιμαίνειν** τὴν”. Ele lhes diz que devem “pastorear a igreja de Deus” e se refere no mesmo versículo ao povo de Deus como “todo o rebanho”, usando outro substantivo relacionado (*ποιμνίω*) que significa “rebanho de ovelhas”. Assim, Paulo exorta diretamente esses presbíteros efésios a agir como pastores²⁰⁰.

O mesmo verbo também é utilizado em 1 Pedro 5.2, “**ποιμάνετε** τὸ ἐν ὑμῖν ποίμνιον τοῦ θεοῦ,” sugerindo que Pedro também via os presbíteros como pastores na igreja. Portanto, embora o substantivo pastor seja usado uma só vez no Novo Testamento, o verbo relacionado é usado duas vezes em passagens que explicitamente identificam a tarefa de pastorear com o ofício de presbítero²⁰¹.

A palavra bispo, *ἐπίσκοπον*, por sua vez, parece muito claramente ser um termo equivalente a presbítero no Novo Testamento. Por exemplo, quando Paulo chama os presbíteros da igreja de Éfeso, Atos 20, diz a eles: “Olhai, pois, por vós, e por todo o rebanho sobre o que o Espírito Santo vos constituiu bispos...” (*ἐπίσκοπον*; At 20.28). Paulo prontamente refere-se a esses presbíteros efésios como “bispos”²⁰². Além deste texto, essa relação entre bispo-presbítero também pode ser constatada em: Fp. 1.1; 1 Tm. 3.1,8; Tt. 1.5,7; 1 Pe. 5.1,2.

¹⁹⁹ BRANNAN, 2020, n.p.

²⁰⁰ GRUDEM, Wayne. **Teologia sistemática ao alcance de todos**. Thomas Nelson Brasil, 2019, p.766.

²⁰¹ GRUDEM, 2019, p.766.

²⁰² GRUDEM, 2019, p.766.

Portanto, os nomes “bispos” e “presbíteros” designam o mesmo ofício e ordem de pessoas, sendo empregados no Novo Testamento como equivalentes²⁰³; bispos (ἐπίσκοπον) tendo por significado “supervisores” ou “superintendente”²⁰⁴, possui uma atribuição de uma posição de ofício, enquanto presbíteros (πρεσβύτερος), que significa “anciãos” ou “mais velhos”²⁰⁵, denotando os deveres²⁰⁶.

É frequentemente assumido que a função dos bispos nos tempos mais primitivos era principalmente econômica, relacionada ao cuidado dos pobres e talvez também ao culto e à correspondência da congregação. Os argumentos para essa suposição são: a) foi precisamente dentro desse círculo de deveres que a livre atividade dos dons carismáticos teve que ceder à eficiência ordenada de funcionários escolhidos (Atos 6). b) O paralelismo dos "bispos" (ἐπίσκοπον) e dos "diáconos" (διακόνιοι), sendo que estes últimos tinham suas atribuições nessas áreas, torna possível que os bispos fossem funcionários econômicos da congregação. c) Nas associações gregas, o título "bispo" também era usado para se referir aos funcionários financeiros²⁰⁷.

O autor da epístola de Tiago escreve: “Está alguém entre vós doentes? Chame os presbíteros da igreja, e estes façam oração sobre ele, ungiendo-o com óleo em nome do Senhor” (5.14). Cabe ressaltar que a epístola de Tiago é denominada como Carta Geral, escrita para muitas igrejas, com seus membros dispersos, a quem o autor caracteriza como “as doze tribos que se encontram na Dispersão” (Tg 1.1). Isso indica que ele, considerando a escrita da epístola para o fim do 1º século²⁰⁸, esperava que houvesse presbíteros em todas as igrejas neotestamentárias para as quais sua obra era dirigida, ou seja, em todas as igrejas que existiam naquele tempo²⁰⁹.

A mesma conclusão pode se inferir de 1 Pedro. O autor desta epístola escreve: “Rogo, pois, aos presbíteros que há entre vós [...] Pastoreai o rebanho de Deus...” (1 Pe 5.1-2). 1 Pedro também é uma epístola geral, escrita para dezenas de igrejas

²⁰³ STRONG, Augustus Hopkins. **Teologia sistemática: a doutrina de Deus**. Hagnos, 2003, p.674.

²⁰⁴ TAYLOR, 2011, p.85.

²⁰⁵ SWANSON, 1997, n.p.

²⁰⁶ BERKHOF, Louis. **Teologia sistemática**. Editora Cultura Cristã, 2019, p.582.

²⁰⁷ DIBELIUS, et al, 1972, p.61.

²⁰⁸ KÜMMEL, 1975, p.413-414.

²⁰⁹ GRUDEM, 2019, p.765.

espalhadas por quatro províncias romanas na Ásia Menor. Sua provável escrita remonta para 90-95 d.C.²¹⁰. e aponta que o autor orienta os presbíteros a se utilizarem da função de pastoreio para com os seus membros. Além disso, havia presbíteros na igreja de Jerusalém (At 11.30; 15.2) e, mesmo que a palavra “presbíteros” não seja usada, há uma pluralidade de líderes na congregação para a qual a epístola aos Hebreus é dirigida, porque o autor diz: “Obedecei aos vossos guias e sede submissos para com eles...” (Hb 13.17)²¹¹.

Quanto aos deveres exercidos pelos pastores, bispos ou presbíteros, Strong, em sua obra, ressalta 3 (três). Primeiro, ser um mestre espiritual, público ou particular (At 20.20; 1 Ts 5.12; Hb 13.7,17). Segundo, atuar como um administrador das ordenanças (Mt 28.19,20; 1 Co 1.16,17). Terceiro, ser o superintendente da disciplina, assim como presidente das reuniões da igreja (1 Tm 5.17; 1 Co 12.28; 1 Pe 5.2,3)²¹².

2.8.2 Qualificação dos Presbíteros

É importante observar que, em contraste com a situação de Tito, descrita em Tito 1.5, Timóteo não recebeu a incumbência específica de selecionar presbíteros em Éfeso. Pode-se inferir pelo relato de Atos 20 que já existiam presbíteros nessa comunidade cristã. Logo, a instrução do autor a Timóteo provavelmente estaria relacionada com a presença e as atividades do que ele denomina de falsos mestres.

Nesse sentido, duas observações merecem destaque: em primeiro lugar, muitos dos critérios mencionados na lista contrastam claramente com o comportamento dos falsos mestres descrito em outras partes da carta; em segundo lugar, a lista em si apresenta três características notáveis: (1) enfoca as qualificações, não as responsabilidades dos presbíteros, embora alguns pontos possam ser inferidos ao longo do texto²¹³; (2) a maioria dos critérios se refere ao comportamento externo, visível; e (3) nenhum dos critérios é distintamente cristão (como amor, fé, pureza e perseverança, conforme mencionado em outras passagens da carta, como 1 Timóteo

²¹⁰ KÜMMEL, 1975, p.424-425.

²¹¹ GRUDEM, 2019, p.765.

²¹² STRONG, 2003, p.677-678.

²¹³ MARSHALL, 2004, p.472.

4.12 e 6.12), mas refletem os mais elevados ideais da filosofia moral helenística²¹⁴, que eram esperados de todos os cidadãos, independente da religião seguida²¹⁵.

O fato de que o verso 7 conclui essa seção, tratando da reputação da igreja perante os estranhos, sugere que os falsos mestres²¹⁶ estavam manchando o testemunho do evangelho por meio de seu comportamento inadequado. Portanto, o autor expressa preocupação não apenas com a presença das virtudes cristãs entre os presbíteros, mas também com a necessidade de que eles incorporem os mais altos ideais culturais. Simultaneamente, é importante destacar que toda a comunidade da igreja estará atenta a esses padrões, proporcionando assim a base para a disciplina dos presbíteros que fogem a essa regra, bem como para sua substituição, como mencionado em 1 Timóteo 5:22, 24-25²¹⁷.

Por conta dos detalhes de moralidade, como a menção do autor na necessidade de o bispo ser fiel ao seu cônjuge, ter cuidado com os filhos e com a sua casa, ser hospitaleiro e sóbrio, por exemplo, fazem com que as Cartas Pastorais sejam caracterizadas como “o ideal de um bom cidadão”²¹⁸.

2.8.3 Conclusão Parcial

A primeira parte da Análise de Conteúdo abordou a relação de presbíteros e bispos em passagens no Novo Testamento. O texto da perícopes aborda inicialmente o cargo de episcopado e no verso seguinte as qualificações para os bispos. A declaração de Berkhof resume meu entendimento sobre o assunto, explicando que os dois termos são equivalentes e que bispo é referente a cargo de supervisão enquanto presbítero é relacionado com os deveres.

O fato de se mencionar passagens paralelas com os termos presbíteros e bispos reforça minha conclusão na questão de autoria relacionada a estrutura eclesiástica, proposta na carta de 1 Timóteo. Esta estrutura não era estranha na época de Paulo. Por mais que não se aborde claramente uma lista de atribuições para estes

²¹⁴ FEE, 1994, p.89.

²¹⁵ KOESTER, Helmut. *Introduction to the New Testament*. Walter de Gruyter, 1995, p.305.

²¹⁶ MARSHALL, 2004, p.472.

²¹⁷ FEE, 1994, p.90.

²¹⁸ KOESTER, 1995, p.305.

cargos, com seus limites de atuação, tem-se passagens mencionando algumas atribuições como cuidar do social da comunidade e ensino.

Na questão da qualificação da lista proposta na perícopes, está claro que o autor tem a intenção de escolher uma liderança alinhada com os ensinamentos paulinos para a comunidade. O eixo central da carta é a tratativa perante os falsos mestres, logo, os bispos deveriam ser guardiões e propagar o ensino considerado correto aos seus membros.

2.9 Análise Teológica

Serão abordados a seguir uma comparação da perícopes de 1 Tm 3.1-7 com uma passagem paralela, que também consta nas Cartas Pastorais. Em seguida, as aplicações teológicas que ela possui seja em obras como teologias sistemáticas ou em assuntos voltados à ética e moral.

2.9.1 Correlação de Passagens Paralelas

A seguir um quadro comparativo da perícopes com o texto de Tito 1.6-9.

1 Timóteo 3.2-7			Tito 1.6-9		
1 Tm 3.2	irrepreensível	ἀνεπίλημπος	ἀνέγκλητος	inculpável ²¹⁹	Tito 1.6
1 Tm 3.2	esposo de uma só mulher	μιάς γυναικὸς ἄνδρα	μιάς γυναικὸς ἀνὴρ	marido de uma só mulher	Tito 1.6
1 Tm 3.2	temperante	νηφάλιος	τέκνα ἔχων πιστά, μὴ ἐν κατηγορία ἀσωτίας ἢ ἀνυπότακτα	com filhos crentes, não acusados de dissolução, nem são insubordinados	Tito 1.6
1 Tm 3.2	prudente	σώφρων	ἀνέγκλητος	inculpável	Tito 1.7
1 Tm 3.2	modesto	κόσμιον	μὴ αὐθάδη	não arrogante ²²⁰	Tito 1.7
1 Tm 3.2	hospitaleiro	φιλόξενον	μὴ ὀργίλον	não irascível ²²¹	Tito 1.7
1 Tm 3.2	apto a ensinar	διδασκικόν	μὴ πάροινον	não dado ao vinho ²²²	Tito 1.7
1 Tm 3.3	não dado ao vinho	μὴ πάροινον	μὴ πλήκτην	não espancador ²²³	Tito 1.7
1 Tm 3.3	não espancador	μὴ πλήκτην	μὴ αἰσχροκερδῆ	não ganancioso ²²⁴	Tito 1.7
1 Tm 3.3	gentil	ἐπιεικῆ	φιλόξενος	hospitaleiro ²²⁵	Tito 1.8
1 Tm 3.3	pacífico	ἄμαχον	φιλάγαθον	amigo do bem ²²⁶	Tito 1.8
1 Tm 3.3	não avarento	ἀφιλάργυρον	σώφρων	prudente ²²⁷	Tito 1.8
1 Tm 3.4	governe bem a própria casa	τοῦ ἰδίου οἴκου καλῶς προϊστάμενον	δίκαιος	justo ²²⁸	Tito 1.8
1 Tm 3.4	criando os filhos sob disciplina	τέκνα ἔχοντα ἐν ὑποταγῇ	δίκαιος	piadoso ²²⁹	Tito 1.8
1 Tm 3.6	não seja neófito	μὴ νεόφυτον	ἐγκρατής	capaz de domínio próprio ²³⁰	Tito 1.8
1 Tm 3.7	que tenha bom testemunho dos que estão de fora	μαρτυρίαν καλὴν ἔχειν ἀπὸ τῶν ἕξωθεν	ἀντεχόμενον τοῦ πιστοῦ λόγου	apegado a palavra fiel	Tito 1.9
			ἵνα δυνατὸς ᾖ καὶ παρακαλεῖν ἐν τῇ διδασκαλίᾳ τῇ ὑγιαίνουσῃ ¹	tenha capacidade para exortar no reto ensino	Tito 1.9
			καὶ τοὺς ἀπιλέγοντας ἐλέγχειν	capaz de convencer os que o contradizem	Tito 1.9

Tabela 18 - Quadro comparativo das perícopes de 1 Tm 3.2-7 e Tito 1.6-9

Assim como já analisado na perícopa de 1 Tm 3.1-7, o autor da Carta de Tito também demonstra mais interesse em ressaltar a qualidade das pessoas que serão escolhidas ao presbitério do que especificamente na descrição de cargos. A razão

²¹⁹ TAYLOR, 2011, p.22.

²²⁰ TAYLOR, 2011, p.37.

²²¹ TAYLOR, 2011, p.152.

²²² TAYLOR, 2011, p.165.

²²³ TAYLOR, 2011, p.176.

²²⁴ TAYLOR, 2011, p.13.

²²⁵ TAYLOR, 2011, p.237.

²²⁶ TAYLOR, 2011, p.236.

²²⁷ TAYLOR, 2011, p.218.

²²⁸ TAYLOR, 2011, p.58.

²²⁹ TAYLOR, 2011, p.154.

²³⁰ TAYLOR, 2011, p.63.

para isso é observada nos versículos seguintes, v.10-16, que relata que essa liderança deve estar preparada para enfrentar seus adversários teológicos. As instruções do autor, portanto, refletem sua preocupação em ter uma liderança que saiba expor adequadamente os ensinamentos que considera corretos além de ser capaz de refutar seus oponentes.

A situação, entretanto, parece ser diferente que a descrita em 1 Tm 3, onde o texto pressupõe a existência de presbíteros naquela região, diferente de Tito onde há a descrição para que se constitua presbíteros²³¹. Isso pode sugerir que a situação eclesial em Creta seria menos desenvolvida que em Éfeso, ou mesmo mais desorganizada. Outro detalhe entre os textos mostra que em Tito não há menção da exclusão de novos convertidos (neófitos) ou a necessidade de se manter uma boa reputação na sociedade²³².

A maior parte da seção de Tito 1.6-9 possui uma forma de código de conduta, semelhante à Perícopos de 1 Tm 3.1-7, listando as qualidades morais apropriadas para a ocupação proposta pelo autor, algo típico das Cartas Pastorais. Talvez algumas destas perícopos tenha sido usada como base para a escrita da outra. Marshall enumera três motivos que o fazem ter essa conclusão. Primeiramente, há uma forma idêntica de introduzir as descrições:

Tito 1.7 - *δεῖ γὰρ τὸν ἐπίσκοπον ἀνέγκλητον εἶναι*

1 Timóteo 3.2 - *δεῖ οὖν τὸν ἐπίσκοπον ἀνεπίλημpton εἶναι*

As partículas de conexão diferem devido ao contexto. Em 1 Tm 3.2 a frase é precedida da alusão à fidelidade da palavra, *πιστὸς ὁ λόγος*, que descreve o episcopado como uma excelente obra, e as qualidades que seguem como essenciais para a execução desta função. Os adjetivos *ἀνεπίλημpton* e *ἀνέγκλητον* são sinônimos, sendo *ἀνέγκλητον* utilizado em Tito talvez já pelo seu uso no verso 6²³³.

Segundo, apesar do verso de Tito 1.6 sugerir alguma forma de independência em relação ao texto precedente, e por conta disso muitos autores colocam os

²³¹ KELLY, 1983, p.209.

²³² MARSHALL, 2004, p.147.

²³³ MARSHALL, 2004, p.147-148.

versículos 7-9 entre parênteses como uma interpolação²³⁴, nota-se que ele possui uma sequência muito semelhante a 1 Tm 3.2, talvez indicando que algum dos textos tenha sido utilizado como base para a escrita do outro, ou mesmo que ambos possam ter compartilhado do mesmo material²³⁵.

Tito 1.7 - *ἀνέγκλητον... μιᾶς γυναικὸς ἀνὴρ*

1 Timóteo 3.2 - *ἀνεπίλημπτον... μιᾶς γυναικὸς ἄνδρα*

E terceiro, as qualidades nas duas listas sejam elas ordens ou proibições são geralmente possíveis de comparação. Entretanto, as diferenças na lista de Tito podem não ser acidentais, pois podem refletir uma sensibilidade a um nível mais rudimentar de cristianismo que prevalecia em Creta²³⁶.

Retornando para o início da perícopie em Tito, no verso 6, o autor enfatiza que o presbítero deve ser inculpável, um homem de família, casado com uma esposa e com filhos fiéis ao ensino por ele ministrado. Quanto ao casamento, entende-se que seu significado seja o mesmo que em 1 Timóteo 3.2, ou seja, que o homem seja fiel a somente uma esposa, portanto, monogâmico. A teoria que aponta o fato deste texto representar que ele deveria ser casado somente uma vez, mesmo em caso de viuvez, é contrário à tradição judaica²³⁷.

Na cultura judaica, um bom pai judeu seria aquele que ensinara seu filho nos ensinamentos da Torá, logo, o mesmo se espera do aspirante a presbítero, que ensine os seus filhos na fé da igreja. Na sociedade comum, um indicativo de filhos bem-criados é que eles não sejam teimosos nem recalcitrantes (Ef 6.4a; Cl 3.21). O código doméstico de Efésios 5.22-6.9 vincula as responsabilidades religiosas e seculares de um pai para com seus filhos de uma maneira que lembra as palavras deste autor sobre a criação adequada dos filhos no verso 6. Ninguém deveria ser capaz de apontar o

²³⁴ KELLY, 1983, p.210.

²³⁵ MARSHALL, 2004, p.148.

²³⁶ MARSHALL, 2004, p.148.

²³⁷ COLLINS, 2013, p.321.

dedo de acusação para os filhos do presbítero como sendo devassos²³⁸ ou insubordinados²³⁹.

A movimentação repentina de “presbíteros”, verso 5, para “aquele” ou “alguém”, verso 6, e posteriormente para bispo, verso 7, indica parte da dificuldade que há para determinar com precisão quem e quantos eram esses bispos. Uma conclusão, porém, pode ser inferida: o bispo é um presbítero (tanto em 1 Timóteo 3.2 como em Tito 1.9 o bispo é mestre, e 1 Timóteo 5.17 torna claro que os mestres são também presbíteros). Parece provável, igualmente, que nem todos os presbíteros são bispos; portanto, essas palavras são intercambiáveis apenas num sentido limitado. Se determinada assembleia tinha diversos presbíteros, sendo um deles o bispo, ou se havia vários bispos, a pluralidade é mais provável, a esta altura, devido ao plural em Filipenses 1.1. Portanto, bispo talvez seja termo genérico, como no verso 6²⁴⁰.

Na sequência, e para contrabalançar os cinco vícios listados em Tito 1.7, acrescenta-se, no verso seguinte, sete virtudes que são ainda mais próximas daquelas que estão alistadas em 1 Tm 3:2. O superintendente deve ser hospitaleiro, porque a responsabilidade de hospedar visitas em nome da comunidade recai sobre ele²⁴¹; amigo do bem, adjetivo que conota a devoção a tudo aquilo que é melhor; prudente, em contraste com os traços desordeiros condenados no versículo anterior; justo, piedoso, que seria alguém exemplar nos relacionamentos tanto com seu próximo quanto com Deus; que tenha domínio de si, virtude esta que é louvada em uma outra carta do Novo Testamento, Galátas 5.23, como sendo um dos frutos do Espírito²⁴².

O verso 9 oferece uma informação adicional a responsabilidade dos bispos. Eles devem estar aptos tanto ao ensino quanto a defesa da fé que ministra. Como um comparativo com 1 Tim 3.1-7, o adjetivo διδασκικόν parece simbolizar a mesma função que em Tito, uma vez que ambas as cartas ressaltam a importância de os bispos serem imponentes contra o que denominam de falsos mestres. Logo, o “apto a

²³⁸ FEE, 1994, p.185.

²³⁹ COLLINS, 2013, p.322.

²⁴⁰ FEE, 1994, p.186.

²⁴¹ COLLINS, 2013, p.319.

²⁴² KELLY, 1983, p.211.

ensinar” descrito em Timóteo também poderia ser inferido como alguém que defende sua fé perante os adversários.

2.9.2 Avaliação Teológica

A perícope de 1 Tm 3.1-7 é fundamental para a compreensão de temas relevantes no estudo teológico. Neste trabalho duas contribuições serão discutidas: na doutrina da igreja e na área da ética ministerial.

O estudo da doutrina da Igreja, também denominado de eclesiologia, se refere ao estudo ou discurso sobre a igreja, sua natureza, estrutura, função e prática. Essa disciplina teológica investiga os aspectos teológicos e práticos da comunidade cristã, incluindo sua origem, missão, governo, sacramentos, ministério e relacionamentos intra e interconfessionais. A perícope em estudo contribui melhor para a discussão em assuntos como a organização da igreja e seu governo, especialmente pela descrição que faz das qualificações exigidas aos aspirantes ao episcopado.

2.9.2.1 versos 1-2a

No texto de 1 Tm 3.1, *ἐπίσκοπον* é utilizado para designar uma tarefa ou posição de supervisão. Por mais que exista uma discussão quanto aos modelos de governo eclesiástico propostos no Novo Testamento, o conceito de bispo diocesano não está presente neste texto, pois isso representaria um anacronismo²⁴³.

Strong analisa que os bispos do versículo 2 não representam o que mais tarde faria parte do ponto de vista romanista, que sustenta que todas as igrejas locais estejam sujeitas à autoridade suprema do bispo de Roma²⁴⁴. Em sua obra, ele ainda descreve que o governo mais adequado, de acordo com os escritos paulinos, seria o democrático e congregacional, onde os bispos e diáconos seriam os oficiais da *ecclesiae*²⁴⁵.

²⁴³ MARSHALL, 2004, p.476.

²⁴⁴ STRONG, 2003, p.666.

²⁴⁵ STRONG, 2003, p.659-661

Em algumas igrejas do Novo Testamento observa-se a presença de uma variedade de presbíteros em algumas ocasiões (At 20.17; Fp 1.1; Tt 1.5). No entanto, não há evidência de que o número de presbíteros fosse uniforme, nem que a pluralidade existente fosse motivada por razões diferentes do tamanho das igrejas sob seus cuidados.

Embora o exemplo do Novo Testamento permita a multiplicação de líderes auxiliares conforme a necessidade, não estabelece como requisito uma pluralidade de presbíteros em todas as situações. Além disso, a presença de múltiplos presbíteros em uma igreja não implica em uma autoridade coordenada. Em certas igrejas, parece que havia apenas um pastor, enquanto havia mais de um diácono, conforme indicado em algumas passagens²⁴⁶.

Os textos de 1 Tm 3.2 e Tt 1.7 apresentam a palavra presbítero sempre no singular, enquanto em outras passagens o termo diácono aparece no plural, como 1 Tm 3.8, por exemplo, indicando que a forma de governo congregacional é a mais plausível no entendimento de Strong²⁴⁷.

Grudem, em sua teologia sistemática, cita a obra de Strong e a contrapõe, explicando que a ideia de governo por “um só presbítero” não tem mais apoio do Novo Testamento que a ideia de “um só bispo” (episcopal). Além disso, em passagens como 1 Tm 3.2 e Tt 1.7 o artigo definido no grego está apenas mostrando que o autor está falando de qualificações gerais aplicadas a qualquer exemplo. Em ambos os casos é sabido que havia presbíteros nas localizações, uma vez que 1 Timóteo faz referência a Éfeso, onde At 20.17 descreve presbíteros na igreja, e Tito que no versículo 5 mostra o autor pedir que se constituíssem “presbíteros em cada cidade”²⁴⁸.

Grudem conclui afirmando que os argumentos de Strong parecem ser tentativas de justificar o que aconteceu na história da igreja, e não conclusões surgidas de um estudo indutivo do próprio Novo Testamento²⁴⁹.

²⁴⁶ STRONG, 2013, p.676.

²⁴⁷ STRONG, 2013, p.677.

²⁴⁸ GRUDEM, 2019, p.781.

²⁴⁹ GRUDEM, 2019, p.781.

2.9.2.2 versos 2b-7

As qualificações descritas no texto apresentam uma ética cristã diferenciada. Em vez das grandes virtudes como o amor, perdão e alegria, observa-se que a ética dessa perícopes é mais convencional, até mesmo “burguesa”. As listas de qualificações de 1 Timóteo 3.2-3, assim como o texto de Tito 1.6-8, são um tanto enigmáticas e podem, em verdade, refletir um esquema bem conhecido na época de escrita do autor.

A escolha deste detalhamento poderia indicar duas razões. Primeiro, o autor estaria apenas supondo que tais pessoas possuíssem as virtudes “cristãs” marcantes; segundo, a preocupação com grande parte dessas qualificações se concentraria na reputação da igreja perante os de fora. Portanto, a ênfase não estaria tanto nas atitudes e relacionamentos dentro do corpo eclesiástico como, de modo especial, no comportamento imaculado observável²⁵⁰.

2.9.3 Conclusão Parcial

A comparação entre as passagens paralelas de 1 Tim 3.1-7 e Tt 1.6-9 enriqueceu o entendimento que se analisou anteriormente nos capítulos iniciais deste estudo. Ambas as perícopes são Catálogos de Deveres e abordam qualificações morais, que são comparáveis a listas que circulavam na época.

A contribuição desta perícopes para a teologia é mais bem analisada na organização eclesiástica, mas importante salientar que ela não faz uma declaração clara do tipo de governo sugerido, apesar de alguns autores indicarem que assim o faz. A perícopes, entretanto, tem uma contribuição ética favorável, pois reforça que o caráter da liderança era entendido como mais importante e relevante ao autor que qualificações profissionais. Esta compreensão tem pontos relevantes de aplicação na escolha de lideranças, e poderia muito bem ser aplicada atualmente.

²⁵⁰ FEE, 1994, p.30.

2.10 Tradução Final

Após análise da perícope, uma nova tradução tem a intenção de comunicar a mensagem mais próxima do sentido original do texto. O princípio utilizado será o da equivalência formal²⁵¹, e o objetivo será fornecer uma tradução mais adequada perante as descobertas feitas ao longo da pesquisa e interpretação. Este princípio não visa apresentar um texto num “bom português”, mas num português que consiga reproduzir, da melhor forma possível, as construções gramaticais, a ordem das palavras e a forma da língua original²⁵². A proposta de tradução é a seguinte:

v.1: Esta palavra é fiel: se alguém aspira ao episcopado, excelente obra almeja.

v.2: É necessário, portanto, que o bispo seja irrepreensível, esposo de uma só mulher, temperante, prudente, modesto, hospitaleiro, apto a ensinar,

v.3: não dado ao vinho, não espancador, mas gentil, pacífico, não avarento,

v.4: que governe bem a própria casa, criando os filhos sob disciplina, com todo respeito

v.5: (pois, se alguém não sabe governar a própria casa, como cuidará da igreja de Deus?)

v.6: Não seja neófito, para que não se ensoberbeça e caia na mesma condenação em que caiu o diabo.

v.7: Além disso, ele deve ter também bom testemunho dos que estão de fora, para que não caia em descrédito e no laço do diabo.

2.11 Conclusão do Capítulo

A realização deste capítulo foi necessária para possibilitar uma análise e compreensão crítica da perícope de 1 Tm 3.1-7, buscando-se não somente conhecer o texto e o seu contexto, mas também evitar excesso e equívocos na sua leitura. Em

²⁵¹ WEGNER, 2012, p.47.

²⁵² WEGNER, 2012, p.48.

vista da análise a ser feita nos capítulos seguintes, as conclusões deste capítulo serão utilizadas como base para responder as perguntas propostas a este trabalho.

O estudo das palavras, bem como a análise do aparato crítico e a comparação das versões possibilitaram um melhor entendimento quanto a sua semântica. A Análise Literária apresentou uma informação relevante, atestando que o texto carrega um apelo de veracidade pública, ou seja, o que estaria sendo ditado seria algo conhecido dos ouvintes, semelhante a um dito popular. O autor endereçava uma necessidade através de características e princípios habituais da população.

A Análise de Redação ocupa a metade deste estudo, em termos de conteúdo, em vista da grande polêmica da autoria das pastorais. Neste aprofundamento, nota-se que o autor, independente se Paulo ou outro, que é o mais provável, estava direcionando seus escritos para a formação de uma liderança que fosse capaz de debater contra outros mestres. Sua preocupação era garantir que a membresia tivesse proteção de sua liderança. Pelas conclusões, esta versão do gnosticismo foi, de fato, um dos grandes embates da igreja nos primeiros séculos de sua formação.

Com a Análise das Formas, tem-se um estudo aprofundado quanto ao conteúdo da perícopé. Sua classificação como parte da tradição parenética esclarece que o texto oferece orientações de comportamento ético aos seus leitores. Seu conteúdo não aborda somente critérios exigidos a pessoas cristãs, mas a todos os cidadãos. A moral presente neste texto é comum e conhecida da sociedade na época e sua intenção é praticamente oferecer um catálogo de virtudes que deveria ser exigida da nova liderança, tal qual também era requisitado de cargos públicos.

Pela Análise do Conteúdo, reforça-se a estima e a importância que os cargos de presbitério/bispo/pastor demonstram na bíblia bem como na tradição cristã. Já com a análise teológica há uma abordagem quanto a ética que a epístola promove. O autor, ao descrever as qualificações exigidas a sua liderança, poderia se utilizar de uma lista de tarefas a serem desenvolvidas ou mesmo em direitos e deveres do presbitério, entretanto, sua ênfase em nomear critérios morais corrobora sua intenção em selecionar uma liderança alinhada com um comportamento virtuoso. Para ele, a liderança eclesiástica deve tanto estar preparada para comprimir seus deveres ministeriais quanto ter um comportamento “irrepreensível” para com a sociedade.

E por fim, foi realizada uma nova proposta de tradução final ao texto original no início do capítulo. As mudanças propostas estão mais relacionadas com a explicação de alguns termos, quanto ao contexto, do que necessariamente com a sua substituição por empregos incorretos.

3 EXIGÊNCIAS DOS CANDIDATOS AO PASTORADO NA AD

Uma vez concluída a exegese da perícopes de 1 Tm 3.1-7, neste capítulo será analisada a sua influência nos documentos oficiais de ordenação pastoral na maior das convenções das Assembleias de Deus do Brasil – CGADB. Os motivos para a escolha desta convenção foram, principalmente:

1. Representatividade: A CGADB é uma das maiores e mais influentes convenções das Assembleias de Deus no Brasil, representando uma ampla base de igrejas e mais de 100 mil pastores filiados em todo o país²⁵³. Como tal, seus regimentos e estatutos são amplamente reconhecidos e seguidos por muitas igrejas filiadas.
2. Longa História: Esta convenção tem uma história longa e estabelecida²⁵⁴, remontando às origens das Assembleias de Deus no Brasil. Isso significa que seus regimentos e estatutos foram desenvolvidos ao longo do tempo, com base na experiência e nas necessidades das igrejas e dos líderes, gerando autoridade e credibilidade.
3. Disponibilidade de Recursos: A CGADB geralmente disponibiliza seus regimentos e estatutos para consulta pública, o que facilita o acesso a esses documentos para fins de estudo e pesquisa.

Uma vez escolhida a convenção para análise, para um melhor entendimento deste e do capítulo seguinte, faz-se necessária a distinção de alguns termos comuns no mundo assembleiano, como é o caso da natureza e relação de uma convenção e um ministério. Alencar explica que convenções são instituições de personalidade jurídica que, via uma filiação e pagamento de anuidade ou mensalidade, representam jurídica e oficialmente um agrupamento de igrejas²⁵⁵.

²⁵³ DE ALMEIDA BAPTISTA, Douglas Roberto. **História das Assembleias de Deus: o grande movimento pentecostal do Brasil**. Editora Intersaberes, 2017, p.190.

²⁵⁴ DE ALMEIDA BAPTISTA, 2017, p.165.

²⁵⁵ ALENCAR, Gedeon Freire de. **Matriz pentecostal brasileira: Assembleias de Deus 1911-2011**. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2013, p.140.

Ministérios, por sua vez, são um agrupamento de igrejas e podem estar ligados a uma convenção própria, tanto em âmbito nacional como estadual. No caso específico da CGADB, os ministérios são filiados a uma convenção estadual ou interestadual e, assim, à convenção geral²⁵⁶. Estes ministérios trabalham como foco na realidade local de suas diversas regiões, com autonomia para estabelecer seus estatutos internos próprios. São liderados pela figura do pastor-presidente, que detém a voz final dentro do ministério²⁵⁷.

Desta feita, a análise deste capítulo será realizada mediante o estudo dos regimentos internos e estatutos sociais das convenções filiadas à CGADB.

Na etapa de Análise do Conteúdo, da exegese, observou-se que a perícopes tem como público-alvo orientações do autor para com a liderança da comunidade, na figura do presbítero. Este é também um termo que pode ser aplicado ao pastor na literatura do Novo Testamento, sendo este mais conhecido no ambiente assembleiano. A escolha de realizar uma análise dos documentos oficiais especificamente para o pastorado é decorrente da importância que este desempenha na comunidade, seja como liderança espiritual, administração eclesiástica ou mesmo representatividade da denominação AD.

3.1 As Convenções Estaduais e os critérios para ordenação pastoral

3.1.1 Inclusões e omissões dos critérios da perícopes

Antes de iniciar a análise dos documentos oficiais, é importante esclarecer os critérios que serão utilizados. Mediante a exegese anterior, as qualificações da perícopes foram resumidas conforme a tabela abaixo:

²⁵⁶ ALENCAR, 2013, p.142.

²⁵⁷ CORREA, Marina. **Assembleia de Deus: ministérios, carisma e exercício de poder**. Fonte Editorial, 2013, p.154-155.

n°	Critério	Referência
1	Irrepreensível	1 Tm 3.2
2	Esposo de uma só mulher	1 Tm 3.2
3	Temperante	1 Tm 3.2
4	Prudente	1 Tm 3.2
5	Modesto	1 Tm 3.2
6	Hospitaleiro	1 Tm 3.2
7	Apto a ensinar	1 Tm 3.2
8	Não dado ao vinho	1 Tm 3.3
9	Não espancador	1 Tm 3.3
10	Gentil	1 Tm 3.3
11	Pacífico	1 Tm 3.3
12	Não avaro	1 Tm 3.3
13	Governe bem a própria casa	1 Tm 3.4
14	Não seja neófito	1 Tm 3.6
15	Tenha bom testemunho dos que estão de fora	1 Tm 3.7

Tabela 19- Critérios da Perícopa de 1 Tm 3.1-7

Nesta etapa, buscar-se-á desenvolver uma análise de inclusão ou omissão destas qualificações nos estatutos sociais ou regimentos internos disponíveis pelas convenções. Esta forma de estudo é importante para esclarecer o quanto estes documentos são influenciados pela perícopa de 1 Tm 3.1-7, texto este considerado basilar para a ordenação pastoral na bíblia cristã.

Considerando os significados dos termos na primeira etapa da exegese, seja mediante o texto grego ou mesmo com a comparação de versões semelhantes, foram desenvolvidas as seguintes observações para a definição dos critérios:

- Caso o documento oficial mencione que o candidato ao pastorado precise demonstrar idoneidade moral, conduta ilibada, boa reputação ou termos semelhantes a estes, serão considerados como inclusos os seguintes critérios da perícopa: **“irrepreensível”**, **“temperante”** (demonstra autocontrole no comportamento), **“prudente”** (comportamento sincero e com sensatez, indicando caráter de prudência), **“modesto”** (respeitável, com comportamento ordeiro e virtuoso), **“não violento”**, **“gentil”** (trata os outros com tolerância e gentileza), **“pacífico”** (não faz uso de violência na resolução de seus conflitos) e **“bom testemunho dos que estão de fora”**.

- Para o critério de **“apto para ensinar”**, considera-se incluso quando os documentos exigem conhecimentos teológicos (certificados, entrevistas, provas etc.), mesmo que isso não signifique necessariamente que o candidato seja considerado apto a lecionar ou mesmo ministrar adequadamente segundo as Declarações de Fé da AD.
- Se os documentos mencionarem explicitamente a obrigatoriedade do candidato ser casado ou mesmo a necessidade de apresentar certidão de casamento, entende-se que está se abordando o critério de **“esposo de uma só mulher”**. Caso esteja escrito que a esposa deverá ser entrevistada, de forma isolada ou junto com seu esposo, será também considerado o critério **“governe bem a própria casa”**, uma vez que ela atestará do seu comportamento na sua residência, e na forma como lida com assuntos do lar ou criação de filhos.
- Se o regimento ou estatuto menciona algum tempo mínimo de serviço eclesial obrigatório, entende-se que se encaixa na qualificação de **“não neófito”**.
- Se forem solicitadas a apresentação de documentos que comprovem a índole do candidato em termos de finanças, como as certidões negativas perante as autoridades ou mesmo a comprovação de entrega do dízimo durante o período solicitado, entende-se que seja abordado o critério de **“não avarento”**.
- Os critérios de **“hospitalidade”** e **“não dado ao vinho”** são ainda mais subjetivos de se avaliar em documentos oficiais, logo, serão considerados incluso se mencionados explicitamente ou quando o documento engloba o texto completo de 1 Tm 3.1-7 como padrão de aceite para os seus aspirantes.

Importante ressaltar que não foram avaliadas todas as páginas dos regimentos ou estatutos, mas foram considerados somente os artigos ou parágrafos que tratam exclusivamente da ordenação pastoral ou ministerial. A classificação anterior visa especificamente criar uma relação de semelhança entre as qualificações da perícopa e o texto dos documentos, que será importante para o trabalho proposto neste estudo.

Ter acesso aos documentos de todas as convenções filiadas à CGADB seria algo que requereria algo a mais do que boa vontade, uma vez que durante esta

pesquisa, constatou-se que muitas convenções não possuem site oficial, ou quando o tem, não disponibilizam neles seus documentos oficiais para consulta. Mesmo nestes casos, procurou-se o contato com as determinadas secretarias por e-mail (disponíveis no site da CGADB), porém sem retorno até a entrega deste trabalho. Portanto, estas não foram consideradas no estudo realizado.

Pelo site oficial da CGADB, constata-se que há um total de 60 convenções filiadas à convenção maior²⁵⁸. Destas, com edital ou regimento interno disponível em plataforma oficial, abordando os requisitos para a ordenação do ministro, tem-se um total de 24 convenções (~40%). A tabela abaixo contém o resultado das inclusões e omissões nos documentos das convenções após a comparação entre os critérios da perícope e as semelhanças propostas anteriormente. Além disso, estão disponíveis, na última coluna, as referências que abordam os critérios para ordenação pastoral.

REGIÃO	ESTADO	CONVENÇÃO	QUALIFICAÇÕES DE 1 TM 3.1-7															REFERÊNCIA
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	
NORTE	AC	CEIMADAC	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	ESTATUTO SOCIAL, ART.47 - ART.49	
NORTE	AM	CEADTAM															ESTATUTO SOCIAL, ART. 10	
NORTE	RO	CEMADERON	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	REGIMENTO INTERNO, ART.64 - ART.65	
CENTRO OESTE	DF	CEADDIF		X				X					X			X	REGIMENTO INTERNO, ART.55 - ART.61	
CENTRO OESTE	DF	COMADEBG		X				X					x	X		X	REGIMENTO INTERNO, ART.50	
CENTRO OESTE	MT	COMADEMAT		X										X	X		ESTATUTO SOCIAL, ART.74 - ART. 75	
CENTRO OESTE	MTS	COMADEMS	X		X	X	X	X	X	X	X	X				X	ESTATUTO SOCIAL, ART.97 - ART.102	
CENTRO OESTE	GO	CIMADSETA		X				X							X		ESTATUTO SOCIAL, ART.5. / ART.6	
SUL	SC	CIADSC	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	REGIMENTO INTERNO, ART.25	
SUL	RS	CIEPADERGS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	REGIMENTO INTERNO, ART.18 - ART.31	
NORDESTE	BH	CEADEB	X	x	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	ESTATUTO SOCIAL, ART.6 - ART.7	
NORDESTE	CE	CONADEC	X	X				X								X	ESTATUTO SOCIAL, ART.24 - ART.30	
NORDESTE	CE	CIMADEC	X		X	X	X	X	X	X	X	X			X	X	ESTATUTO SOCIAL, ART.76 - ART.78	
NORDESTE	MA	CEADEMA						X					X	X	X	ESTATUTO SOCIAL, ART.14		
NORDESTE	PB	COMADEP	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	ESTATUTO SOCIAL, ART.5 - ART.6	
SUDESTE	ES	CADEESO	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	ESTATUTO SOCIAL, ART.22	
SUDESTE	ES	CEMADES		X				X					X				ESTATUTO SOCIAL, ART.6 - ART.7	
SUDESTE	ES	COMADEESO	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	ESTATUTO E REGIMENTO INTERNO, ART.21	
SUDESTE	ES	CONFRADEESTO	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	ESTATUTO SOCIAL, ART.20 - ART.21	
SUDESTE	MG	COMADVARDADO		X									X			X	ESTATUTO SOCIAL, ART.7	
SUDESTE	MG	CIMADEMIGO		X				X					X			X	ESTATUTO SOCIAL, ART.40	
SUDESTE	MG	CONFRADEMGO		X				X					X			X	REGIMENTO INTERNO, ART.46	
SUDESTE	RJ	CEADER	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	ESTATUTO SOCIAL, ART.55	
SUDESTE	RJ	COMADERJ		X				X					X	X		X	ESTATUTO E REGIMENTO INTERNO, ART. 7	

Tabela 20 - Inclusão e omissão dos critérios nas convenções

258 <http://cgadb.org.br>. Acessado em 31/03/2024.

Em uma primeira vista, nota-se que quase em sua totalidade todas as convenções adotam em seus documentos, específicos na parte de ordenação pastoral, qualificações encontradas na perícopes de 1 Tm 3.1-7. Algumas convenções abordam todos os quesitos, tais como a COMADEP e CEADER, enquanto a CEADTAM foi a única que não apresentou nenhum destes.

Para uma melhor visualização dos critérios com maior abrangência, o gráfico em barras a seguir demonstra a relação do número de convenções e a inclusão dos critérios da perícopes nos documentos oficiais, baseando-se na tabela 19.

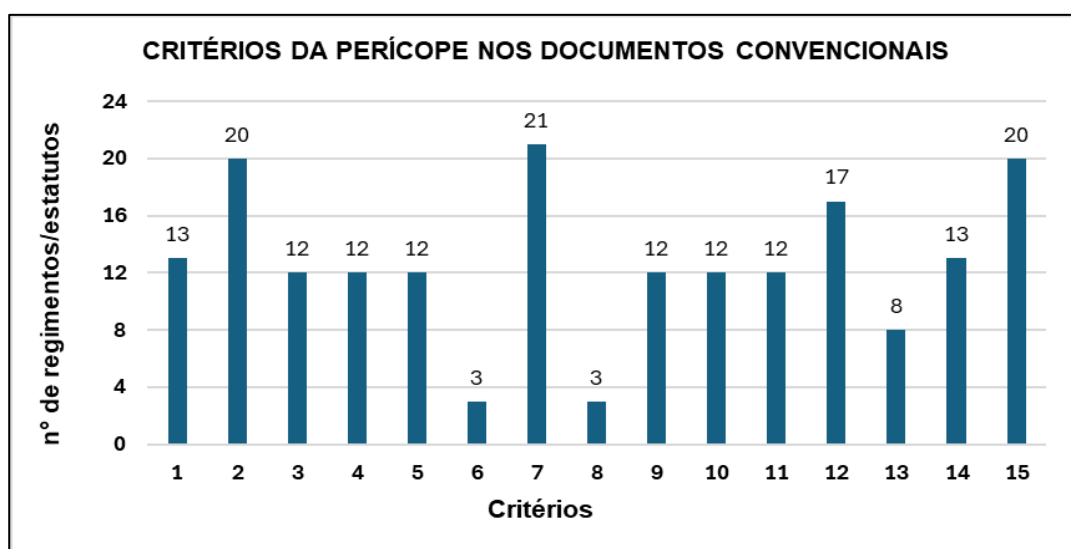


Figura 2 - Critérios da perícopes nos documentos oficiais

Os principais critérios mencionados nos documentos são os referentes a “esposo de uma só mulher”, “apto a ensinar” e “tenha bom testemunho dos que estão de fora”, com 20, 21 e 20 aparições respectivamente, de 24 convenções analisados no total. Em contrapartida, os critérios de “hospitaleiro” e “não dado ao vinho” são os com menos incidência, 3 para ambas as qualificações.

Os gráficos a seguir demonstram duas análises importantes por região do país. Em cada gráfico, o lado esquerdo mostra a relação entre as convenções que possuem os estatutos/regimentos disponíveis em seus sites oficiais e os que não o possuem. Se somar as duas, tem-se a quantidade total por região. O lado direito mostra o resultado da inclusão e omissão dos critérios da perícopes nestes documentos.

Análise convenções Região Norte

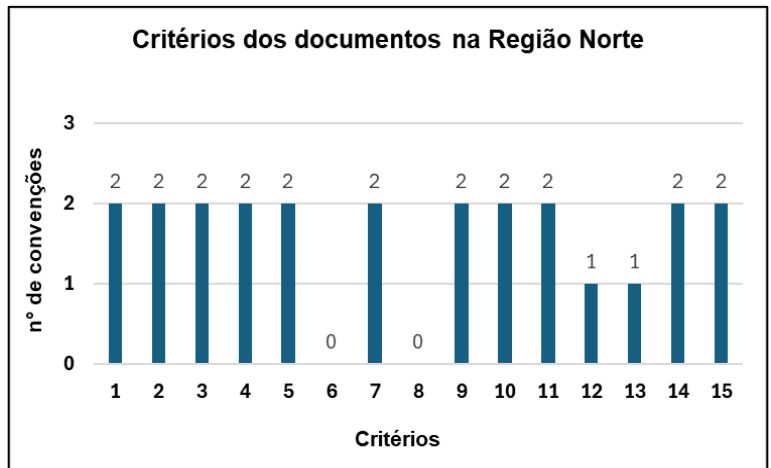
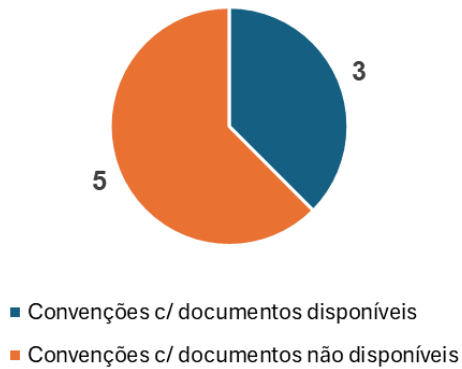


Figura 3- Análise dos critérios de ordenação na Região Norte

Análise convenções Região Centro Oeste

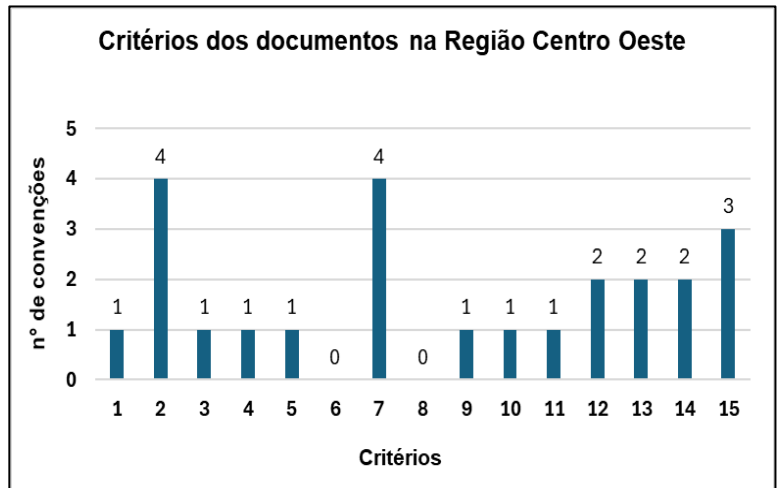
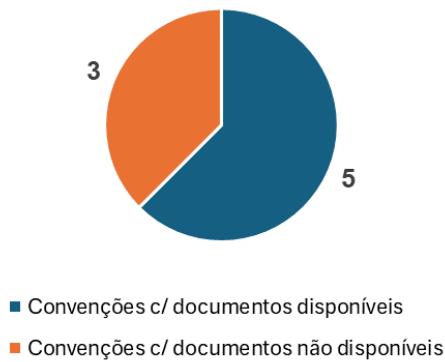


Figura 4 - Análise dos critérios de ordenação na Região Centro Oeste

Análise convenções Região Sul

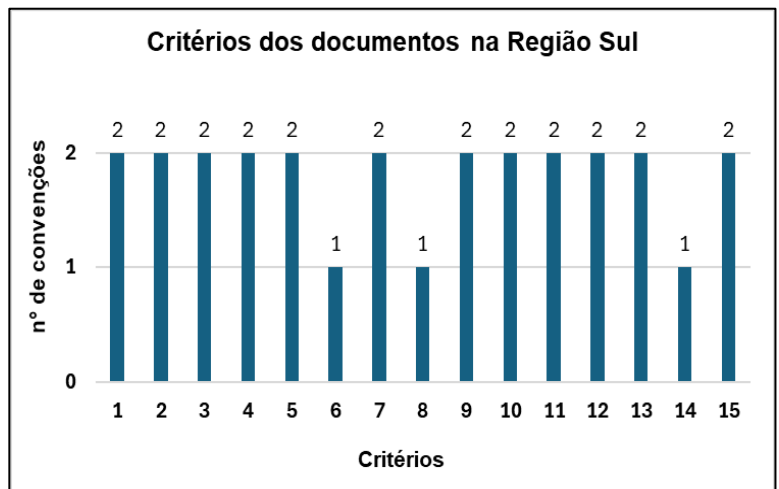


Figura 5- Análise dos critérios de ordenação na Região Sul

Análise convenções Região Nordeste

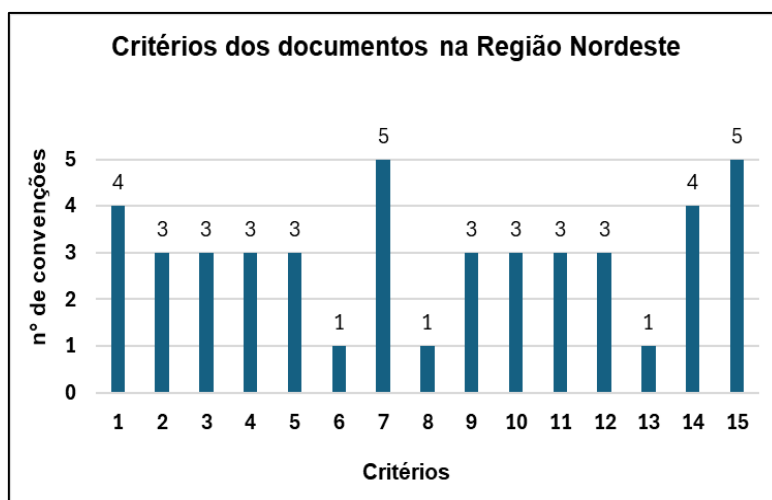
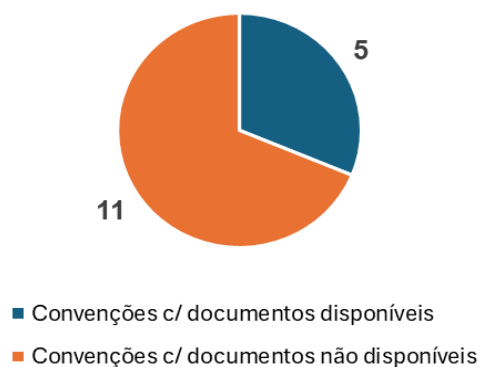


Figura 6 - Análise dos critérios de ordenação na Região Nordeste

Análise convenções Região Sudeste

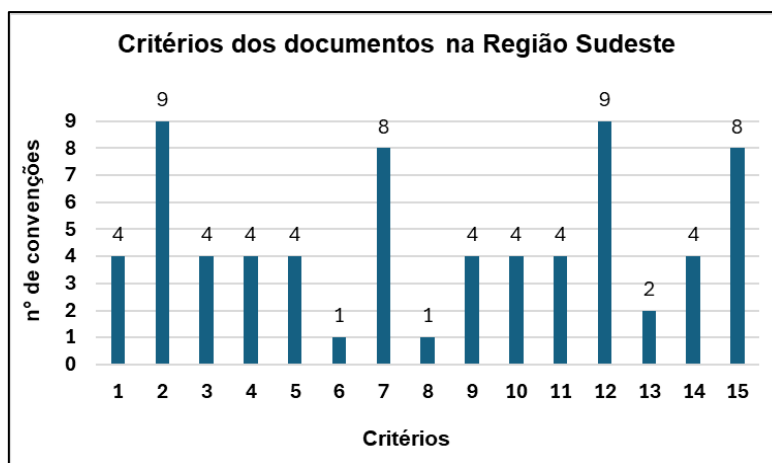


Figura 7 - Análise dos critérios de ordenação na Região Sudeste

A região Norte possui a menor % de convenções disponibilizando seus documentos em sites oficiais, 3 de um total de 11 (~28%), seguido do Nordeste, 5 de 16 (~32%). A maior quantidade de convenções filiadas à CGADB encontra-se no Sudeste e destes cerca de 41% disponibilizam seus documentos ao público.

No Centro Oeste, os critérios mais mencionados são relacionados ao casamento, ensino e bom testemunho para os que estão de fora. No Nordeste, além destes, cita-se também o de ser irrepreensível e não neófito. No Sudeste, destaca-se entre os demais o critério de aversão a avareza, bem como os relacionados a casamento, ensino e bom testemunho perante a sociedade.

Analisando-se mais profundamente os textos dos regimentos internos e estatutos sociais, notam-se pontos importantes para o seguimento deste trabalho. Um destes é a temática da relação entre o futuro pastor e o casamento. Algumas convenções, como a CEIMADAC, afirmam que o candidato não pode ser divorciado, salvo os casos em que a culpa seja exclusiva da outra parte, sendo necessárias provas documentais e testemunhas perante o conselho interno para validar este fato. Em outros casos, não há margem para o ingresso de um ministro que seja divorciado e casado uma segunda vez, como a CADEESO, representando inclusive uma transgressão grave perante seu regimento interno. Além disso, há convenções, como a COMADEESO, que além de não realizarem cerimônias de casamentos para membros divorciados tampouco cedem seus templos para isso.

Para atestar a vida familiar de seus candidatos e garantir que estejam em conformidade com os costumes e doutrinas das Assembleias de Deus, há também sabatinas e entrevistas seja com o postulante ao pastorado e sua esposa juntos, ou mesmo separados, como é o caso da COMFRADEMGO, COMADEBG e a COMADERJ. Na CEMADEROM é solicitada, junto com as demais documentações, que o candidato entregue uma declaração da esposa aprovando-o para o cargo.

E como analisado nos gráficos, a exigência de casamento é um dos principais critérios mencionados nos documentos oficiais, 20 de 24 (~84%). A CADEESO e CONFRADEESTO, por exemplo, citam explicitamente em suas descrições que o candidato deve ser casado, enquanto outras apenas mencionam a entrega de documentos atestando o casamento.

Muitas convenções chegam a abordar a temática de casamento de maneira mais detalhada, escrevendo artigos que tratam exclusivamente sobre o divórcio e a vida familiar dos aspirantes ao pastorado, sua esposa e seus filhos. Porém, as convenções estaduais, em geral, ainda abordam este tema de forma superficial, quando o fazem. Os dados do IBGE demonstram que o número de divórcios aumentou 8,6% em 2022 na comparação com o ano anterior. Foram 420 mil separações em 2022, quase o dobro do registrado em 2010²⁵⁹. Esta realidade também reflete nas

²⁵⁹<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil.html?edicao=39563&t=resultados>. Acessado em 01.04.2024

organizações eclesiais das Assembleias de Deus, mas ao que parece ainda não há a devida importância na abordagem com as suas lideranças.

Outro tema que se faz importante salientar que algumas convenções já abordam é referente à temática da homossexualidade e questões de gênero de seus membros. A COMADEESO menciona no art. 60 de seu regimento interno que nem realiza cerimônia de casamento/noivado e/ou similar, nem tampouco cede seus templos para pessoas do mesmo sexo, em prática homossexual, pois isso se enquadra em costumes contrários aos ensinados pela convenção. Em outras, já estão inclusos, aos pastores e membros, penalidades a serem administradas aos que adotarem ou revelarem praticar alguma ação considerada homossexual.

A CGADB tem tido alguns posicionamentos em relação a este tema, seja abertamente ou não. De forma aberta, em 1 de novembro de 2020 a presidência emitiu uma nota de posicionamento contrária a ADI 5668/2017. Naquela ocasião, descreveu-se como um dos argumentos que as Assembleias de Deus refutam a ideologia de gênero presente de forma subliminar na ADI 5668 por contradizer os conceitos bíblicos de sexualidade. Outro ponto é que em seu estatuto social, art. 5º, item I, a CGADB descreve como um dos requisitos aos seus membros: “ser do sexo masculino, conforme definido na Bíblia Sagrada, **o sexo genético**, devidamente consagrado ao ministério pastoral conforme prescrito na Bíblia Sagrada”²⁶⁰. Isso já demonstra que a convenção geral está abordando este tema com o que considera suas precauções.

É perceptível que algumas igrejas também estão adotando medidas práticas para casos semelhantes, pelo menos para com suas lideranças. Mas assim como no casamento, este ainda é um tema pouco abordado, principalmente considerando a realidade atual. Os dados divulgados pelo IBGE mostram que as uniões entre pessoas do mesmo sexo, em cartório, bateram recorde em 2022, com crescimento de 19,8% em relação a 2021. Foram mais de 11.000 casamentos homoafetivos em 2022, maior valor desde 2013. As maiores altas foram registradas no Norte (32,8%), seguido de Sudeste (23,9%) e Sul (19,5%)²⁶¹.

²⁶⁰ <https://cgadb.org.br/wp-content/uploads/2023/07/consolidacao-estatuto-2023.pdf>. Acessado em 01.04.2024

²⁶¹ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil.html?edicao=39563&t=resultados>. Acessado em 01.04.2024

Por mais que o assunto não seja adotado em estatutos e regimentos internos, seria interessante entender de que forma as Assembleias de Deus tem lidado com a qualificação de seus líderes mediante a nova realidade da sociedade para com este tema. Talvez os treinamentos internos abordem isso, mas caso contrário, seria um ponto de debate a nível nacional.

Nas exigências ao pastorado há uma abrangência de assuntos referentes ao comportamento do futuro ministro, mas não necessariamente um esclarecimento dos critérios para sua avaliação. Por exemplo, há: “deve evidenciar vocação à obra por meio de um trabalho movido pelo amor à causa divina” ou “comprovar idoneidade moral e espiritual”, entre outros. São critérios subjetivos que dependem mais que exclusivamente das comissões avaliativas do que propriamente de algum preparo anterior do aspirante ao pastorado.

Em termos de idade ou tempo mínimo de experiência para assumir o ofício pastoral não há um consenso entre as convenções. A CEIMADAC menciona que o candidato ao ministério tenha ao mínimo 8 anos de Assembleia de Deus e, no mínimo, 25 anos de idade. Já a COMADEMAT descreve que o pastor deve ter no mínimo 15 anos de fé e 30 anos de idade.

3.2 Conclusão Parcial

A análise das exigências para os aspirantes ao ministério pastoral, disponíveis nos estatutos e regimento internos, trouxe um importante esclarecimento sobre o momento vivenciado pela maior convenção das Assembleias de Deus do Brasil - CGADB. E por se tratar da maior convenção nacional, pode-se inferir que abordagens a ela relacionadas também possam refletir a realidade de outras igrejas pentecostais em todo o território brasileiro.

Faz-se evidente o avanço que algumas convenções têm realizado para adequar as demandas reais que seus pastores possuem no dia a dia com os requisitos esperados aos novos integrantes ministeriais. Entretanto, é também notório que um

grande avanço em conjunto precisa ser posto em prática para que a maior convenção das Assembleias de Deus do Brasil possa estar alinhada entre si em todos os estados.

Temas como casamento, divórcio e sexualidade não deveriam ser abordados de forma regional, mas de forma unificada, uma vez que são assuntos discutidos em toda a sociedade brasileira, independentemente de qualquer tipo de regionalização. Logo, a própria CGADB poderia realizar um trabalho de alinhamento em conjunto com as demais convenções, e estas estarem dispostas a discussão, mesmo que isso possa significar perda de poder nas suas tomadas de decisão.

Deve ser mencionado que o estudo exegético da perícopes demonstrou, na Análise das Formas, que ela se encaixa como tradução parenética, compreendendo textos com orientações sobre o comportamento ético. A principal intenção do autor da carta seria fornecer instruções para que a nova liderança possuísse critérios morais que contrastassem com as lideranças contrárias, os denominados falsos mestres. Essas qualificações são, em sua essência, de comportamentos externos, refletindo os valores que boas pessoas deveriam demonstrar.

Aplicando na realidade do resultado comparativo de inclusões e omissões, observou-se que os critérios mencionados com mais frequência nos documentos são relacionados a comportamentos eticamente aceitáveis pela sociedade tais como “esposo de uma só mulher”, “bom testemunho dos que estão de fora” e “não avarento”. O “apto a ensinar”, o de maior incidência, também tem relação com a perícopes, uma vez que seu autor tinha a intenção de escolher uma liderança capaz de defender sua comunidade contra as falsas doutrinas de seu tempo.

Entretanto, por mais que se tenha definido critérios para esta comparação, sabe-se que a grande parte destas qualificações é subjetiva e carece de uma melhor forma de avaliação para que seja de fato uma característica constatada aos novos candidatos ao pastorado nas ADs.

4 EXIGÊNCIAS EDUCACIONAIS NA ORDENAÇÃO PASTORAL NA AD

Como analisado no capítulo anterior, o principal critério da perícope de 1 Tm 3.1-7 mencionado nos documentos oficiais é “**apto a ensinar**”. Para este estudo considerou-se como incluso no documento quando estes exigem que os candidatos ao pastorado demonstrem algum conhecimento teológico seja pela apresentação de certificados, aprovação em provas ou mesmo através de entrevistas da convenção.

Considerando sua maior incidência e pelo fato deste critério ter a capacidade de ser menos abstrato em sua avaliação, neste capítulo buscar-se-á uma avaliação mais detalhada para entender como sua incidência tem sido abordada nas convenções estaduais das igrejas filiadas à CGADB. Além disso, será analisado se há um consenso nos critérios de ordenação pastoral bem como no entendimento das inclusões e omissões desta qualificação.

Entretanto, entende-se que antes de iniciar esta análise específica, faz-se necessário um melhor entendimento de como a CGADB tem abordado esta temática ao longo de sua história, bem como esclarecer seus posicionamentos atuais para com seus ministros. Desta forma, este capítulo também abordará uma síntese desta história, que foi repleta de debates e decisões importantes em cenário nacional.

4.1 Educação nas Assembleias de Deus

Na trajetória do cristianismo, o conflito entre razão e emoção apresentou-se com frequência nos diversos momentos da história, com destaque para os movimentos do período posterior à Reforma que reagiram ao escolasticismo protestante. Dentre eles, o pietismo, os *quackers*, os *shakers* e o metodismo. É possível perceber a influência de tais movimentos na experiência pentecostal no início

do século XX nos Estados Unidos, especialmente no que diz respeito à postura de aversão à erudição teológica²⁶².

O anti-intelectualismo, presente nas origens do pentecostalismo, remonta às ondas avivalistas norte-americanas, e teve amplo destaque na figura de reconhecidos pregadores como Peter Cartwright, Charles Finney e Dwight L. Moody. Esses avivalistas influenciaram os primeiros pentecostais, Charles Parham²⁶³ e William Seymour²⁶⁴, e, conseqüentemente, os modelos de pentecostalismo que surgiram a partir do fenômeno da *Azuza Street*, dentre os quais está o pentecostalismo brasileiro. Pode-se deduzir, portanto, que a aversão ao ensino teológico, por parte dos primeiros líderes da Assembleia de Deus no Brasil, tem raízes nas origens do pentecostalismo norte-americano²⁶⁵.

A postura anti-intelectualista no pentecostalismo assembleiano traz consigo também a influência sueca. Os missionários escandinavos, por várias décadas, lideraram a denominação e deixaram suas marcas indeléveis. Dentre elas, a visão de uma educação segundo o modelo de escolas bíblicas²⁶⁶, em contraponto aos seminários teológicos²⁶⁷.

Além das influências norte-americanas e suecas, obteve-se conclusões acerca da relação indissociável entre o anti-intelectualismo assembleiano e o ambiente em que a Assembleia de Deus foi implantada. O contexto brasileiro do início do século XX foi marcado por crises profundas do ponto de vista social, político e econômico, que, somadas às proximidades da guerra mundial, produziu um sentimento religioso de escapismo e indiferença à situação social ao redor. Os primeiros pentecostais, sensivelmente afetados por esta realidade, rejeitaram o envolvimento com educação em razão do fim iminente do mundo²⁶⁸.

²⁶² GOMES, José Ozean. **Educação Teológica no Pentecostalismo Brasileiro: política eclesiástica da Assembleia de Deus brasileira com respeito à educação teológica formal (1943-1983)**. Fonte Editorial, 2013, p.89.

²⁶³ ARAUJO, Isael. **Dicionário do Movimento Pentecostal**. Rio de Janeiro, CPAD, 2007, p.541.

²⁶⁴ ARAUJO, 2007, p.779.

²⁶⁵ GOMES, 2013, p.89.

²⁶⁶ ALENCAR, 2013, p.37.

²⁶⁷ GOMES, 2013, p.90.

²⁶⁸ GOMES, 2013, p.90.

Nas três primeiras décadas da AD brasileira, fundada no Pará em 1911²⁶⁹, não se discutiu oficialmente sobre a educação teológica formal, tendo os primeiros debates sobre este assunto ocorrido somente em 1943²⁷⁰. Na história do ensino da denominação, há um claro contraste entre os modelos suecos e norte-americanos. Os missionários suecos não se mostravam simpatizantes à implantação de instituições de ensino formal, e influenciados pelo modelo de ensino herdado do pentecostalismo na Suécia, consideravam os cursos de curta duração a forma apropriada de instrução aos líderes brasileiros. Com a chegada dos missionários norte-americanos ao Brasil, a partir de 1936, começou-se a defender uma educação formal e de longa duração²⁷¹.

Os primeiros debates sobre a educação teológica formal para com os líderes assembleianos ocorreu na 4ª Semana Bíblica das Assembleias de Deus. Daniel, em sua obra, aborda as principais discussões entre os participantes e explica que os rumos da discussão estavam no entendimento que embora fosse necessário afirmar a importância do aprimoramento bíblico-teológico para o exercício ministerial, alguns afirmavam que a busca demasiada por conhecimento comprometeria o desempenho do pastorado²⁷². Apesar disso, como resoluções finais, foi aprovada a criação de um curso por correspondência, a ser intermediado pelo jornal Mensageiro da Paz e liderado pelo pastor Samuel Nyström²⁷³. Estas resoluções indicam os primeiros passos da AD concernentes ao ensino formal.

Desde então, o tema de ensino formal para com a liderança da AD tornou-se pauta constante em convenções gerais nacionais ao longo dos anos, principalmente a partir da década de 50, quando praticamente ficava impossível ignorá-lo nas reuniões ministeriais²⁷⁴. A criação da Casa Publicadora das Assembleias de Deus, CPAD, em 1940²⁷⁵, trouxe desdobramentos importantes à educação teológica, uma vez que permitia o acesso de literaturas e estudos aos pastores²⁷⁶.

²⁶⁹ SOARES, Esequias. **O Pentecostalismo Brasileiro: Um Guia Histórico e Teológico para Compreender o Pentecostes No Brasil**. CPAD, 2021, p.197.

²⁷⁰ GOMES, 2013, p.93.

²⁷¹ GOMES, 2013, p.100.

²⁷² DANIEL, Silas. **História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil**. Rio de Janeiro, CPAD, 2004, p.195.

²⁷³ DANIEL, 2004, p.196.

²⁷⁴ GOMES, 2013, p.118.

²⁷⁵ ARAUJO, 2007, p.166.

²⁷⁶ GOMES, 2013, p.119.

As discussões tornaram-se cada vez mais acaloradas nas décadas seguintes, com lideranças apoiando a criação de seminários e uma melhor preparação para os líderes enquanto outros, contrários, alegavam não serem necessárias outras formas de capacitação. Este pensamento teve seu auge de conflito durante a Convenção Geral de Santo André, em 1966, que teve uma das plenárias nomeada: “Deve a Convenção Geral apoiar ou não os Institutos Bíblicos?”²⁷⁷. Embora nesta época já existisse dois institutos bíblicos das Assembleias de Deus em funcionamento, IBAD e IBP²⁷⁸, no fim, depois de diversas arguições, foi-se decidido não seguir mais com a discussão do tema, adiado para outros encontros.

Um dos marcos das primeiras iniciativas dos pastores assembleianos em favor da educação teológica ocorreu em 1971, com a criação da Comissão de Educação e Cultura Religiosa da CGADB²⁷⁹. Sua finalidade seria de elaborar o esquema de um currículo que, depois de lido, discutido e aprovado pelo plenário, seria adotado pelas escolas bíblicas permanentes e instituições congêneres²⁸⁰. Segundo Araújo, neste mesmo ano, a Comissão redigiu um documento com diretrizes aos líderes assembleianos que pretendiam fundar escolas teológicas e apresentou algumas preocupações tais como: a necessidade de jovens estudarem; a necessidade de mais “Escolas Bíblicas”; a preservação da doutrina do batismo do Espírito Santo etc.²⁸¹.

Desde então dezenas de escolas de teologia foram fundadas em todo o território brasileiro. Embora a CGADB não fizesse mais objeção a criação de Institutos Bíblicos, Gomes comenta que os pastores assembleianos não pareciam interessados em investir em projetos de educação fora de seus domínios, o que resultou na criação de diversos projetos diferentes entre si²⁸². A Assembleia de Deus não aproveitou para ter uma unificação entre as lideranças para a criação de um projeto comum.

Desde então a CGADB e seus órgãos oficializaram uma nova abordagem ao ensino teológico que culminou quando a Convenção Geral, em 1983, decidiu recomendar às convenções e ministérios regionais que os candidatos ao pastorado

²⁷⁷ DANIEL, 2004, p.380

²⁷⁸ GOMES, 2013, p.133.

²⁷⁹ ALENCAR, 2013, p.230.

²⁸⁰ DANIEL, 2004, p.409

²⁸¹ GOMES, 2013, p.133 apud ARAÚJO, 1988, p.16.

²⁸² GOMES, 2013, p.138.

fossem “qualificados teologicamente para o manejo da palavra”²⁸³. Esta nova abordagem fez surgir um novo crescimento de Institutos Bíblicos no Brasil. A convenção registra que este número saltou de 24 escolas, na década de 70, para 53 em 1988²⁸⁴.

4.2 Os desafios da CGADB na unificação do ensino

As Assembleias de Deus, apesar de terem órgãos agregadores, no âmbito estadual e nacional, mantiveram certa autonomia local. Não há um monopólio do poder da denominação, tampouco do próprio nome “Assembleia de Deus”²⁸⁵. Alencar ainda afirma que nenhuma igreja no Brasil, para existir, precisa ser filiada a um organismo específico, seja a CGADB ou uma convenção estadual, ministério ou outra igreja local²⁸⁶. Esta característica faz gerar inúmeras assembleias em todo o Brasil, sem qualquer vínculo com órgãos nacionais ou estaduais.

O estatuto da CGADB, atualizado em 2023, não abrange entre as suas competências alguma forma de exigência ou controle ao estatuto das igrejas associadas. No art. 5º, inciso III, menciona que somente poderá se inscrever como membro o ministro do evangelho que for credenciado por uma convenção afiliada. Portanto, como não há estatutariamente a prerrogativa de ingerência sobre a administração das igrejas locais, tem-se um obstáculo à implantação de um projeto de educação em todo o país²⁸⁷. Além do que, cabe a cada convenção estadual ou regional definir, de forma autônoma, os critérios para ordenação de seus pastores, conforme seus estatutos e regimentos internos.

Embora cada convenção estadual ou regional tenha a prerrogativa de mediar a relação entre os pastores e a CGADB, as decisões que de fato afetam a administração das comunidades locais passam pelas mãos do ministério, que é presidido por um

²⁸³ DANIEL, 2004, p.492

²⁸⁴ GOMES, 2013, p.154 apud ARAUJO, 1988, p.14.

²⁸⁵ GOMES, 2013, p.155.

²⁸⁶ ALENCAR, Gedeon F. **Assembleias de Deus: teorização, história e tipologia–1911-2011**. Tese de Doutorado. Tese de doutorado em Ciências da Religião, PUC/SP, São Paulo, 2012, p.76.

²⁸⁷ GOMES, 2013, p.156.

pastor-presidente²⁸⁸²⁸⁹. Este exerce sua autoridade e influência definindo as melhores formas de avaliar os critérios de ordenação aos seus ministros, sejam diáconos, evangelistas, missionários, presbíteros ou pastores.

Caso seja proposto um modelo institucional da Assembleia de Deus, vinculada à CGADB, a convenção geral estaria acima das demais a nível estadual ou regional. Porém, os estatutos e regimentos deverão ser muito bem debatidos e alinhados para se evitar conflitos desnecessários entre a figura da liderança da convenção geral e das lideranças locais, na figura do pastor-presidente, sendo que este possui muito mais influência nas decisões de sua igreja local. Em outras palavras, uma possível efetivação de um projeto educacional depende decisivamente das convenções estaduais e regionais. Compete à CGADB somente recomendar às convenções que exijam a qualificação teológica como requisito à ordenação pastoral²⁹⁰.

Algumas questões em relação à educação teológica podem ser percebidas em razão do poder de decisão concentrar-se na comunidade local. Gomes menciona dois: primeiro, as divergências ocorridas nas convenções nacionais sobre a implantação dos institutos bíblicos repercutiram na administração dos pastores locais, sendo que alguns decidiram que seria melhor ter projetos educacionais locais em detrimento de algo que não tenham tanto controle. E segundo, as divisões das convenções em cada estado fizeram com que pastores-presidentes preferissem não aderir ao treinamento ministerial oferecido por outro pastor-presidente, criando assim sua própria escola. Dessa forma, é cada vez mais difícil a efetivação de um projeto de educação a nível nacional, que envolva a participação das convenções²⁹¹.

4.3 As Convenções Estaduais e critérios de educação

No que diz respeito às exigências da qualificação educacional, especialmente a teológica, como requisito ao ministério pastoral, é perceptível que, atualmente, há uma clara divergência entre os regimentos internos e estatutos das convenções estaduais e regionais para o que a CGADB recomendou em 1983. Para um melhor

²⁸⁸ GOMES, 2013, p.156.

²⁸⁹ ARAUJO, 2007, p.543.

²⁹⁰ GOMES, 2013, p.157.

²⁹¹ GOMES, 2013, p.158.

acompanhamento, as tabelas abaixo contêm as informações relacionadas às convenções, divididas por região, bem como com as informações das exigências educacionais e a sua localização nos documentos oficiais.

NORTE			
ESTADOS	INSTITUIÇÃO	EXIGÊNCIAS EDUCACIONAIS PARA A ORDENAÇÃO DO MINISTRO	BASE LEGAL
ACRE	CEIMADAC	Deve haver entrevista ao candidato perante comissão de análise de candidatos ao ministério, mediante teste por escrito para avaliá-lo espiritual, moral, intelectual, cultural e emocionalmente. São requisitos indispensáveis ao candidato ao Ministério de Pastor possuir amplos conhecimentos de Teologia e Doutrinas Bíblicas e que possua grau desejável de conhecimento secular;	Estatuto social, Capítulo XX, artigo 47, inciso 1º e artigo 48, item I.
AMAZONAS	CEADTAM	O estatuto não menciona exigências educacionais formais para a ordenação ministerial.	Estatuto social, artigo 10, inciso 1º, itens A ao D.
RONDONIA	CEMADERON	O candidato ao ministério deverá possuir nível de educação secular fundamental para evangelista e médio para pastor, além de curso básico em teologia;	Regimento interno, artigo 65, incisos VI e VII.

Figura 8 - Exigências de escolaridade das Convenções - Região Norte

NORDESTE			
ESTADOS	INSTITUIÇÃO	EXIGÊNCIAS EDUCACIONAIS PARA A ORDENAÇÃO DO MINISTRO	BASE LEGAL
BAHIA	CEADEV	Possuir conhecimento das doutrinas bíblicas básicas e possuir escolaridade equivalente ao ensino médio e curso básico em Teologia. A participação em treinamento ministrado pelo CEECRE - Conselho Estadual de Educação e Cultura Religiosa é um componente eliminatório.	Estatuto social, artigo 7, itens IV e VI.
CEARÁ	CONADEC	Possuir capacidade bíblica e teológica das Doutrinas Cristãs Fundamentais, sendo exigido apresentar certificado de curso básico em Teologia e certificado de curso de ensino médio.	Estatuto social, artigo 30, incisos VI e VIII.
	CIMADEC	O candidato deve ter, pelo menos, curso médio em Teologia, através de Seminários reconhecidos pela CIMADEC ou CGADB.	Estatuto social, artigo 78, item I.
MARANHÃO	CEADEMA	O candidato deve ter concluído, no mínimo, o ensino médio e ter concluído, no mínimo, o curso avançado em teologia em instituição reconhecidamente ortodoxa quanto aos princípios doutrinários cridos e ensinados pelas Assembleias de Deus no Brasil. Ele deve participar e ser aprovado no treinamento de ingresso.	Estatuto social, artigo 14, item I, subitens I, J e L.
PARAÍBA	COMADEP	O estatuto não menciona exigências educacionais formais para a ordenação ministerial, porém menciona que deve enquadrar-se no capítulo 3 de 1 a 7 de I Timóteo;	Estatuto social, artigo 5, item I e II, parágrafo 1º.

Figura 9 - Exigências de escolaridade das Convenções - Região Nordeste

SUL			
ESTADOS	INSTITUIÇÃO	EXIGÊNCIAS EDUCACIONAIS PARA A ORDENAÇÃO DO MINISTRO	BASE LEGAL
RIO GRANDE DO SUL	CIEPADERGS	Fotocópia de certificado ou diploma de curso de ensino médio (antigo 2o. Grau) e certificado ou diploma de curso de formação básica em Teologia. Os candidatos deverão ser aprovados pela "Escola de preparação de candidatos a Pastores" promovida pela CIEPADERGS.	Regimento interno, artigo 18, artigo 20, itens I e II, e artigo 27, itens I, II e III.
SANTA CATARINA	CIADESP	Os candidatos deverão satisfazer os requisitos constantes de I Tm 3.1-4. Deve ter ou estar frequentando curso básico em teologia e possuir nível cultural satisfatório ao desempenho de suas funções; Do candidato ao ministério lhe é exigida a seguinte documentação: Fotocópia de Certificado e/ou diploma de cursos de formação secular de 1º grau (da classe de 1970, adiante). Fotocópia de Certificado e/ou diploma de cursos de formação teológica.	Regimento Interno, artigo 25, parágrafo 1º, item G, parágrafo 2º, item D, e parágrafo 3º, itens C e D.

Figura 10- Exigências de escolaridade das Convenções - Região Sul

SUDESTE			
ESTADOS	INSTITUIÇÃO	EXIGÊNCIAS EDUCACIONAIS PARA A ORDENAÇÃO DO MINISTRO	BASE LEGAL
ESPIRITO SANTO	CADEESO	Certificado de formação educacional ou o currículo devidamente expedido por respectiva instituição de ensino e comprovante de conclusão do curso de Teologia, ou declaração de matrícula no último ano de curso em instituição de ensino teológico.	Estatuto social, seção I, artigo 22, inciso 2º.
	CEMADES	Cópia autenticada do certificado do curso Básico ou superior em Teologia, válido somente de Instituto, escola reconhecido da CEMADES - CGADB, ou prova escrita do estabelecimento de ensino comprovando o curso teológico em andamento;	Estatuto social, artigo 6, inciso IV.
	COMADEESO	Certificado do curso fundamental, ou, na falta deste, declaração fornecida pelo Pastor Presidente da Igreja que apresentar o candidato, atestando que ele saiba ler e escrever; Apresentar comprovante de conclusão do curso Básico de Teologia, ou declaração da instituição de ensino teológico atestando que o candidato esteja cursando, e mesmo assim será submetido a teste bíblico pela CECOME;	Estatuto social e regimento interno, artigo 21, inciso 1º, item X e XI.
	CONFRADEESTO	Certificado de formação educacional ou o currículo devidamente expedido por respectiva instituição de ensino. Comprovante de conclusão de curso de teologia, ou declaração de matrícula no último ano de curso em instituição de ensino teológico.	Estatuto social, artigo 20.
MINAS GERAIS	COMADVARDO	O Regimento e Estatuto não mencionam exigências educacionais formais para a ordenação ministerial.	Estatuto social, artigo 7, inciso 2º.
	CIMADEMIGO	Deve possuir ou estar cursando curso de Teologia.	Estatuto social, artigo 40, item VII.
	CONFRADEMGO	Diploma ou certificado de Curso Teológico, histórico escolar e certificado ou diplomas de outros cursos.	Regimento interno, artigo 46, item V, inciso 3º.
RIO DE JANEIRO	CEADER	Os candidatos serão analisados através de provas de conhecimento teológico e documentos. Porém, entre os documentos exigidos não consta certificado teológico.	Estatuto social, artigo 55, item I Regimento interno, capítulo III, artigo 5, inciso 1º.
	COMADERJ	Comprovante de conclusão de curso teológico, ou de matrícula cursando o último ano ou período em curso reconhecido pela COMADERJ, além de ser submetido às provas de conhecimento bíblico, escrita e oral, devendo ser aprovado com nota igual ou superior a 5 (cinco)	Estatuto social e regimento interno, artigo 7º B, item III, incisos H ao L.

Figura 11- Exigências de escolaridade das Convenções - Região Sudeste

CENTRO OESTE			
ESTADOS	INSTITUIÇÃO	EXIGÊNCIAS EDUCACIONAIS PARA A ORDENAÇÃO DO MINISTRO	BASE LEGAL
DISTRITO FEDERAL	CEADDIF	Diploma ou certificado de Curso Teológico e certificado ou diplomas de outros cursos se houver; O candidato à ordenação ou a ingresso precisará ser aprovado em curso de avaliação em conhecimento bíblico-teológico oferecido pela CEADDIF (presencial ou on-line), 60 (sessenta) dias antes da AGO.	Regimento interno, artigo 58, incisos 1º e 3º, e artigo 61, itens I e II.
	COMADEBG	O candidato ao ministério será avaliado pela Comissão de Exame e Ingresso por meio de documentos, questionário e entrevista, que analisarão os aspectos da vida familiar, profissional, social, financeira, saúde, civil, e religiosa do candidato, bem como sua formação secular e teológica. Deve apresentar fotocópias do diploma ou certificado de Curso Teológico, certificado de conclusão do CCE (Curso de Capacitação Eclesiástica) da COMADEBG e certificado ou diplomas de outros cursos.	Regimento Interno, artigo 50, incisos 1º e 3º.
MATO GROSSO	COMADEMAT	Estatuto somente menciona que o reconhecimento de ministros, que já são ordenados por outro ministério, deve ocorrer mediante demonstração de experiência e conhecimento bíblico doutrinário e obediência aos usos e costumes doutrinários defendidos pela convenção, equivalente aos outros candidatos oriundos da própria convenção.	Estatuto social, artigo 75, parágrafos I e II.
MATO GROSSO SUL	COMADEMS	A ordenação dos ministros será precedida de uma entrevista ao candidato e teste de capacitação eclesial e teológica, onde ele precisa demonstrar possuir comprovado grau de conhecimento bíblico.	Estatuto social, artigos 100 e 101.
GOIÁS	CIMADSETA	Deve ser aprovado em um curso básico oferecido pela CONEC (Conselho de Educação e Cultura) e deverá ser aprovado pela sabatina da comissão de ingresso.	Estatuto social, artigos 5, 6 e 78, inciso 3.

Figura 12 - Exigências de escolaridade das Convenções - Região Centro Oeste

Antes de seguir com uma análise mais crítica, é importante mencionar alguns pontos observados durante a pesquisa, referentes aos regimentos internos e estatutos. Nota-se que alguns estados possuem mais de uma convenção filiada à convenção geral, e cada uma com seus critérios próprios para ordenação. Algumas

exigem somente um certificado teológico, enquanto outras além disso, também requerem testes aplicados aos candidatos ao ministério pastoral. Esta observação confirma o que fora dito anteriormente sobre as crescentes divisões nas convenções estaduais e a independência na liderança dos pastores-presidentes.

Há instituições que, mesmo exigindo cursos de teologia, permitem exceções, tais como as convenções CEMADERON, CEADÉB e CONADEC. A primeira ordena o candidato a pastor, sem a necessidade de curso de teologia, se ele possuir mais de 65 anos e comprovar ter pelo menos 20 anos de vida ministerial. A CEADÉB compartilha deste mesmo princípio, removendo a obrigatoriedade de curso teológico dos obreiros que possuem mais de 70 anos de idade e que ocupam a função de presbítero a 20 anos ou mais. A CONADEC, por sua vez, ordena o pastor sem curso de teologia, se este já estiver exercendo função pastoral por, no mínimo, dois anos antes da promulgação do parágrafo de exigência.

Faz-se menção ao requerimento da convenção COMADEESO que, em seu regimento interno, indica que o ministro deve apresentar o certificado de ensino fundamental, entretanto, caso não o possua, o pastor presidente deve fornecer uma declaração atestando que o candidato sabe ler e escrever. Também como requerimentos são exigidos um comprovante de curso de teologia e um teste bíblico pela convenção.

Há convenções que no decorrer de seus regimentos internos e estatutos, para a ordenação ministerial, fazem menção ao texto de 1 Timóteo 3. A CIADESCP, de Santa Catarina, reforça que os candidatos devem satisfazer os requisitos constantes de 1 Tm 3.1-4, e inclusive descreve os versículos em seu regimento. A COMADÉP, da Paraíba, frisa em seu estatuto social que o ministro deve “enquadrar-se no capítulo 3 de 1 a 7 de I Timóteo”. A CONFRADEMGO menciona especificamente 1 Timóteo 3.2 na sua abordagem quanto ao ministro ser casado, inclusive trazendo uma explicação para o uso da palavra “convém”.

É comum que convenções descrevam os seus próprios critérios para a avaliação educacional de um candidato ao pastorado, bem como os conhecimentos que ele deve possuir. Isso faz com que surjam discrepâncias, onde algumas convenções abordam esta necessidade de conhecimento de forma superficial

enquanto outras se utilizam de uma série de conteúdos como critérios de aceitação. A CEADDIF, por exemplo, aborda em seu regimento que o candidato receberá um material de ingresso e prestará uma prova, em que deverá ser aprovado com 50% de acerto. Esta avaliação abordará:

I - Conhecimento bíblico;

II - Práticas ministeriais de Evangelistas e Pastor;

III - Noções de Direito Eclesiástico;

IV - Noções de Direito Constitucional Brasileiro (Dos Princípios Fundamentais – arts. 1º a 4º; Dos Direitos e Garantias Individuais e Coletivos – art. 5º; Dos Direitos Sociais – arts. 6º a 11; Da Nacionalidade, art. 12; Da Organização Político-Administrativa, arts. 18 e 19);

V - Doutrinas defendidas pelas Assembleias de Deus no Brasil;

VI - Vida cristã;

VII - Ética Ministerial.

Esta, com certeza, não é a realidade de todas as convenções, porém traz uma perspectiva interessante, uma vez que se trata de uma convenção localizada em uma das regiões mais ricas do país, Distrito Federal, e que abriga o prédio das instituições democráticas da nação.

Além dos critérios únicos de avaliação, as convenções também se restringem a aceitar somente instituições de ensino validadas pela sua própria convenção. Portanto, não basta somente ter um curso teológico, mas é necessário que ele seja reconhecido pela convenção, ou mesmo pela CGADB. Este fator pode estar relacionado com palavras como “obediência aos usos e costumes doutrinários defendidos pela convenção” ou “instituição reconhecidamente ortodoxa quanto aos princípios doutrinários cridos e ensinados pelas Assembleias de Deus no Brasil”, que permeiam o regimento interno de algumas convenções.

É importante frisar que é recorrente a prática de sabatinas aos candidatos. Como visto no capítulo anterior, algumas convenções, inclusive, atrelam como exigência a presença da esposa junto ao candidato. Mas quanto aos requerimentos de educação exigidas, nota-se uma certa superficialidade entre os assuntos

abordados. A CIMADSETA, de Goiás, considera como sabatina, em seu estatuto social, a arguição sobre conhecimento teológico e sobre as questões fisiológicas, psicológicas, sociais e espirituais. A COMADEMS, de Mato Grosso do Sul, indica que o candidato deve, durante a entrevista, demonstrar comprovado grau de conhecimento bíblico.

Importante ressaltar que há convenções que funcionam como uma agregação de outras convenções. Dentre estas cita-se a CIADESPEL, em São Paulo, que destaca em seu estatuto que a igreja que deseja se afiliar deve, entre outros pontos, ter como denominação o título “Assembleia de Deus”, seguido de um complemento ou ministério que mencione sua localização. Além do fato de que a convenção respeita a autonomia de cada novo membro, intervindo somente quando solicitado²⁹².

Como mencionado anteriormente, 24 convenções dispõem seus estatutos e/ou regimentos internos em sites oficiais, de um total de 60 convenções filiadas. O gráfico de barras abaixo traz uma leitura sobre os níveis de exigência destes documentos:

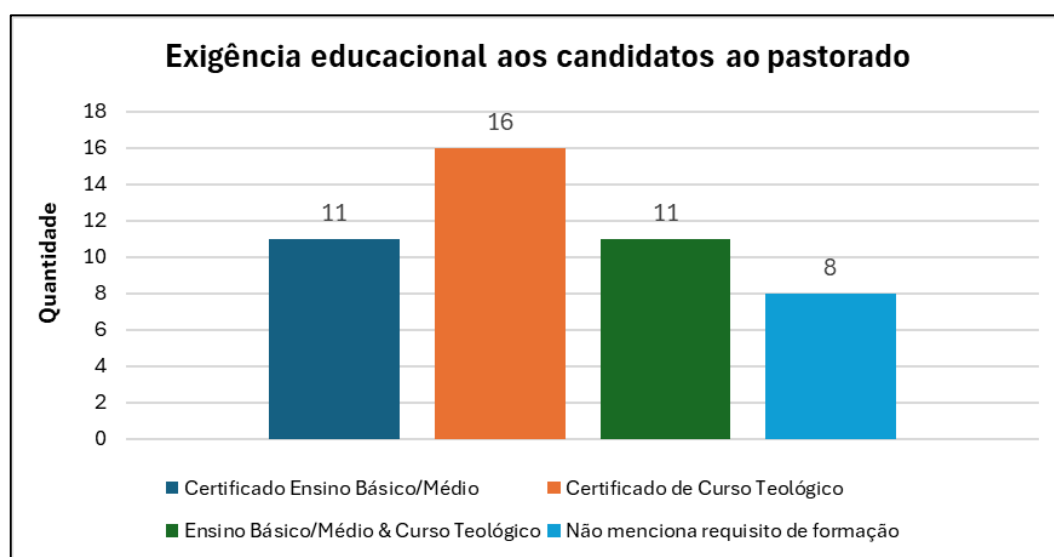


Figura 13- Exigência educacional aos candidatos ao pastorado

Deste espaço amostral de 24 convenções, 11 (~46%) requerem algum certificado de ensino básico ou médio por parte dos candidatos ao ministério. Cerca de 16 (~67%), o certificado de curso teológico. Foi também analisado que 11 (~46%)

²⁹² <https://cieadespel.com.br/estatuto/>. Acessado em 31/03/2024.

instituições requerem tanto certificados de ensino básico/médio quanto de teologia. E por último, ~33% não exigem nenhum tipo de critério educacional formal.

Algumas observações podem ser deduzidas das informações acima. Considerando que somente 40% das convenções filiadas à CGADB divulgaram em seus órgãos oficiais os estatutos ou regimentos internos, este número pode permitir uma boa noção de como as Assembleias de Deus têm lidado com a questão da educação aos ingressos ao ministério pastoral, mesmo que não possa se afirmar com total acurácia, algo que não poderia ser inferido nem mesmo com 100% dos documentos disponíveis.

É nítido que a máxima exigência nos critérios de escolaridade é a formação teológica, por meio de um certificado, e neste ponto tem-se uma questão problemática. Se a única preocupação é apenas apresentar uma certificação de curso básico em teologia, como é a realidade de grande parte das convenções, sem a necessidade qualquer prova escrita ou oral, a qualificação em si pode estar em um segundo plano. Nada impede que o aluno ou a instituição, na qual estuda, acordem entre si a única coisa que lhes interessa: o diploma.

Além disso, como visto no gráfico, nem todas as convenções que exigem algum tipo de certificado em teologia também exigem o de ensino médio em conjunto. Este tipo de detalhe, por mais simples que pareça, pode representar a entrada ao ministério de um candidato que somente tenha cursado o básico em teologia, para a obtenção de um certificado, mas que não tenha domínio básico da fala ou escrita.

Talvez por este motivo, funcionando como um filtro, há sabatinas e entrevistas exigidas nas convenções. Algumas, inclusive exigem aprovação em cursos internos, por meio de seus Conselhos Internos. Entretanto, é difícil ter ciência se há algum tipo de reprovação em qualquer um destes casos, uma vez que os resultados são restritos às reuniões convencionais.

Quanto ao retrato por região, tem-se o seguinte gráfico:

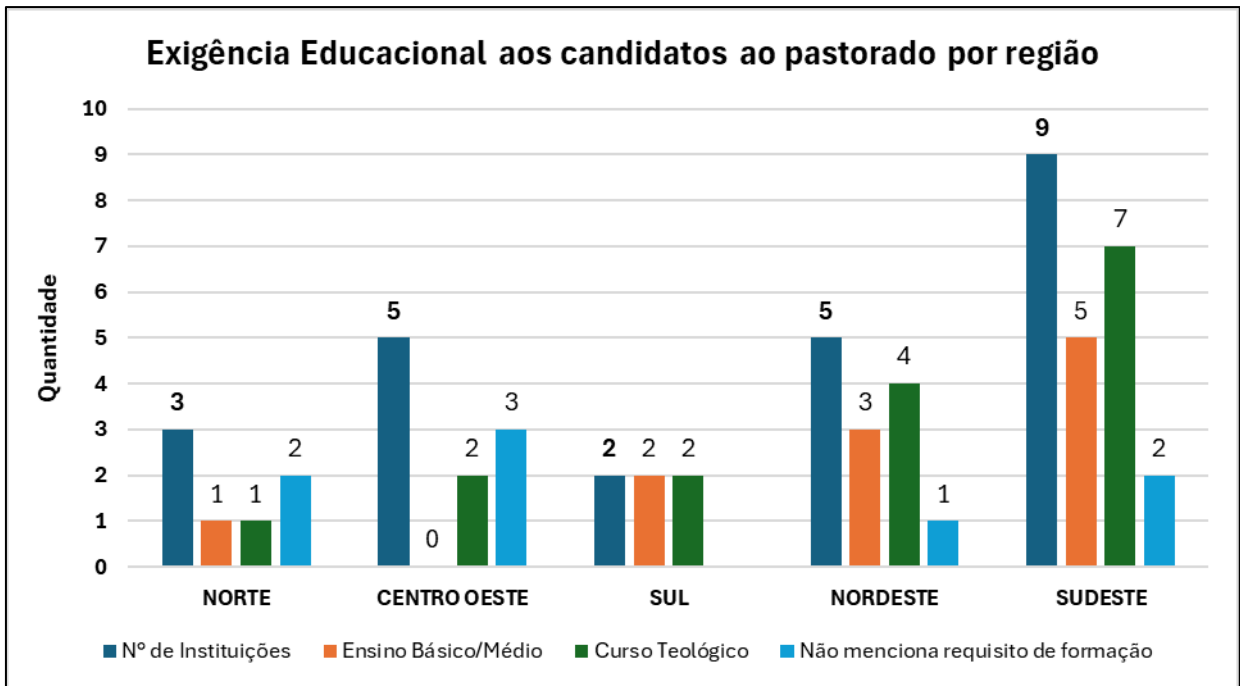


Figura 14- Exigência educacional aos candidatos ao pastorado por região

As regiões Norte e Centro Oeste são as que menos possuem exigências educacionais aos seus candidatos ao pastorado, com um total de 66% e 60%, respectivamente, para a não exigência de qualquer tipo de certificação.

Ressalta-se que no Centro Oeste, das 5 instituições consultadas, nenhuma faz exigência de apresentar qualquer certificado de escolaridade no ingresso ao ministério pastoral. Entretanto, algumas destas convenções possuem critérios de avaliação prática que abordam desde os conhecimentos bíblicos até mesmo o direito constitucional brasileiro, além de questionários e entrevistas perante os conselhos internos. Talvez a entrega do certificado teológico coloque como implícito também a entrega dos demais certificados de formação do candidato, ou mesmo se faça esse afunilamento durante as etapas práticas, reprovando os que não possuem. Esse nivelamento pode ser realizado também por meio dos cursos de formação interna aos ingressos da convenção, como disposto pela CEADDIF, COMADEBG e CIMADSETA. O fato é que não há uma clareza nos estatutos e regimentos dispostos.

As regiões Sul, Sudeste e Nordeste apresentam, em uma quase totalidade, exigências de certificados para seus possíveis futuros novos membros. Um destaque importante para o Sudeste, onde 78% das convenções requerem algum tipo de

certificado em teologia, porém somente 56% também fazem esta exigência para algum certificado de escolaridade.

No Nordeste, 80% das convenções fazem exigências de certificados teológicos, porém somente 60% para outros certificados. Na região Sul, além de haver somente uma convenção por estado filiada à CGADB, diferente das demais regiões onde pelo menos um estado tem duas ou mais, todas possuem tanto exigências de ensino básico/médio quanto de formação teológica.

Em nenhum dos estatutos e regimentos internos analisados viu-se a exigência de bacharelado em teologia ou mesmo em algum outro curso de nível superior aos candidatos ao pastorado. Esta exigência, ou recomendação, consta em poucos regimentos e está restrito especificamente aos membros de comissões internas da própria convenção, seja relacionado ao jurídico, educação ou doutrina.

4.4 Conclusão Parcial

É inegável que alguns pastores atuam em contextos em que o acesso a um nível mais elevado de educação é limitado e talvez por isso seus requisitos de acesso ao pastorado, pela convenção, possuem menos exigências. Cada situação deve ser tratada com cuidado. Porém, dadas as devidas exceções, observa-se um progresso lento das Assembleias de Deus no Brasil quanto a qualificação de seus pastores. Muitos, por falta de iniciativa eclesial, buscam uma qualificação própria, mesmo que isso não necessariamente signifique algum ônus financeiro ao seu salário mensal.

Algumas convenções, inclusive, dispõem como obrigatoriedade aos candidatos o reconhecimento de que eles não possuem nenhum vínculo empregatício com a igreja e com a sua convenção. Essa falta de segurança e amparo quanto ao seu sustento pode ser uma das causas do baixo estímulo que os aspirantes ao pastorado, ou mesmo aos que já exercem essa função, tem para não investirem em qualquer qualificação relacionada ao seu exercício ministerial.

Durante a análise dos documentos também se notou que, em geral, os requisitos educacionais ao ministério são abrangentes e superficiais, não se elucidando em como as etapas serão realizadas ou mesmo em como o candidato deve necessariamente se preparar. Por exemplo, em uma convenção cita-se que o candidato será avaliado espiritual, moral, intelectual, cultural e emocionalmente, porém não se estabelecem os critérios em que essa avaliação será feita. O que se considera como apto espiritualmente? Ou apto intelectualmente? Algumas convenções disponibilizam apostilas e manuais com estes assuntos, porém não está claro, pelos documentos disponíveis, se esta é uma realidade de todas.

O resultado de 66% das 24 convenções analisadas e que exigem algum certificado em teologia parece esconder uma realidade paralela. Como abordado, estes certificados não são uma garantia que o candidato tenha um aprofundamento teológico necessário para ensinar adequadamente sua comunidade eclesial. Há diversas formas de obtenção de um certificado no mercado e muitos deles requerem somente uma aprovação em prova escrita, para cada um dos módulos de aula.

Na Assembleia de Deus há atualmente convenções, grandes ministérios, que angariam significativas quantias monetárias. Sua editora, CPAD, por exemplo, possuiu faturamento na casa dos 120 milhões de reais em 2009²⁹³. Sem mencionar os canais de TV, rádio e outros meios de comunicação à nível nacional. A falta de iniciativas voltadas para promover a educação teológica parece refletir mais uma questão de priorização do que uma impossibilidade real.

O avanço na educação do ministério pastoral das Assembleias de Deus do Brasil necessita de um esforço em conjunto tanto por parte dos pastores quanto, e principalmente, por parte das convenções estaduais e regionais, com a liderança por influência da CGADB. Para a realidade do Brasil de hoje, certificados de ensino médio e de teologia seriam a mínima qualificação educacional exigida. Junto a eles, as convenções devem formalizar uma forma em que os candidatos possam demonstrar que, de fato, possuem o aprofundamento necessário para a formação teológica, seja por meio de testes práticos ou por arguição perante conselhos internos.

²⁹³ ALENCAR, 2013, p.18.

Além disso, as convenções estaduais devem trabalhar para garantir que os pastores se sintam motivados a investir em sua qualificação ao longo do seu ofício. Talvez atrelando ao seu ônus mensal uma % de aumento para uma graduação ou especialização na área. A verdade é que uma das maiores barreiras se encontra na formalização profissional dos pastores perante suas igrejas e convenções, uma vez que poucas são as igrejas que reconhecem algum vínculo empregatício.

Dessa forma não se espera que futuramente somente mestres e doutores em teologia possam ser pastores nas Assembleias de Deus, algo muito improvável em um curto e médio prazo, mas sim que os próximos candidatos tenham a mínima qualificação possível para lidar com os membros que também estão se aperfeiçoando ao longo dos anos. Além de possibilitar que os pastores possam se sentir motivados a progredir e se desenvolver para um melhor exercício do seu trabalho.

5 CONCLUSÃO

O estudo exegético da perícopes de 1 Tm 3.1-7 foi de grande relevância para o entendimento do tema proposto. A sua análise proporcionou uma melhor compreensão da semântica dos critérios para a exigência dos aspirantes ao presbitério e a comparação de versões a sua variedade de possíveis usos no texto.

As etapas da exegese, descritas como análises, ressaltam o rico significado que esta passagem possui. Particularmente, a Análise da Redação foi a mais desafiadora, uma vez que exigiu um estudo mais crítico e investigativo nas obras de referência acadêmica. A conclusão quanto a provável não autoria paulina desta epístola, bem como das Epístolas Pastorais como um todo, foi algo não esperado da minha parte. Entretanto, isso não diminuiu minhas crenças ou esperanças quanto a veracidade bíblica, mas apenas demonstram que através deste método de análise, histórico-crítico, chega-se a esta conclusão.

Observou-se que o autor se preocupou em escrever para sua comunidade que estava enfrentando embates com outros ensinamentos. Sua preocupação, entretanto, não era somente em garantir que os líderes fossem instruídos para defender sua membresia contra estes falsos ensinamentos, mas principalmente direcionada na escolha de uma liderança ética e com virtudes morais aceitas pela sociedade.

A exegese do texto evidenciou que seus princípios podem ser aplicados aos nossos dias, principalmente em consideração a necessidade de uma liderança eclesial com princípios éticos exemplares, portanto as perguntas propostas no início deste trabalho foram respondidas.

Foi constatado que há influência da perícopes de 1 Tm 3.1-7 nos documentos oficiais das convenções filiadas à CGADB, havendo inclusive casos em que este texto é expressamente citado ou mesmo utilizado para embasamento em algumas exigências. Apesar da recomendação da CGADB para haver uma exigência de ensino teológico formal aos pastores, poucas são as convenções que estabelecem esses critérios em seus regimentos ou estatutos, apesar de reconhecer sua importância.

Quanto às exigências de escolaridade, observa-se que não são homogêneos e apresentam variações de critérios mesmo entre as convenções da mesma região ou inclusive do mesmo estado. As convenções da região Sul, Sudeste e Nordeste apresentam as maiores exigências de escolaridades aos aspirantes ao pastorado em seus documentos oficiais. O Norte e Centro Oeste não aparentam ser tão criteriosos, com um total de 66% e 60%, respectivamente, para a não exigência de qualquer tipo de certificação.

Ao examinar a postura das convenções em relação aos requisitos exigidos aos candidatos ao pastorado, há a percepção de que o desenvolvimento dos líderes ainda não é considerado uma prioridade. Isso não significa que não houve avanços ao longo dos anos, porém, espera-se que a Assembleia de Deus, uma instituição centenária, estivesse atuando em outro nível, acompanhando o desenvolvimento da sociedade.

Há grandes desafios para uma possível unificação de ensino nas Assembleias de Deus. A CGADB não tem como sua competência o controle dos estatutos ou regimentos das suas igrejas associadas, mas cabe a cada convenção estadual ou regional definir, de forma autônoma, os critérios para ordenação de seus pastores.

Além de um trabalho em conjunto entre a CGADB e suas convenções filiadas, estas devem estar dispostas ao diálogo, uma vez que qualquer acordo poderia significar uma possível perda de poder por parte dos pastores-presidentes. Desta forma, vê-se ser esta uma das principais barreiras para qualquer sugestão unificada de exigências de ensino formal. Pessoalmente, eu não acredito que a curto-médio prazo esta unificação irá ocorrer, porém, caso houver um risco ainda mais acentuado de fragmentação desta instituição, isto faça com que haja união entre as convenções e o projeto unificado tenha início.

Diante disso, esta pesquisa revela um amplo espectro de novos temas de trabalho, uma vez que a influência da passagem de 1 Timóteo 3:1-7 nos estatutos e regulamentos internos transcende o critério de ensino. Questões de moralidade e ética provocam debates potenciais na seleção das lideranças eclesiais, abrangendo temas como casamento, sexualidade, criação de filhos e o comportamento do pastor diante da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Gedeon F. **Assembleias de Deus: teorização, história e tipologia–1911-2011**. Tese de Doutorado. Tese de doutorado em Ciências da Religião, PUC/SP, São Paulo, 2012.
- ALENCAR, Gedeon Freire de. **Matriz pentecostal brasileira: Assembleias de Deus 1911-2011**. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2013.
- ARAUJO, Isael. **Pequena história da educação teológica nas Assembleias de Deus no Brasil**. Rio de Janeiro, 1988. Apostila.
- ARAUJO, Isael. **Dicionário do Movimento Pentecostal**. Rio de Janeiro, CPAD, 2007.
- ARICHEA, Daniel C.; HATTON, Howard A. ***A Handbook on Paul's Letters to Timothy and to Titus***. United Bible Societies, 1995.
- BERGER, Klaus. **As formas literárias do Novo Testamento**. São Paulo: Loyola, 1998.
- BERKHOF, Louis. **Teologia sistemática**. Editora Cultura Cristã, 2019.
- BORING, M. Eugene. **Introdução ao Novo Testamento. História, literatura e teologia. Vol. 1. Questões introdutórias do Novo Testamento e escritos paulinos**. São Paulo: Academia Cristã, 2016.
- BRANNAN, Rick. ***Léxico Lexham do Novo Testamento Grego***. Bellingham: Lexham, 2020.
- BROWN, Raymond E. ***An introduction to the New Testament***. Yale University Press, 2015.
- BÜRKI, HANS. **Comentário Esperança, Primeira Carta a Timóteo** (Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2007).

CADEESO. *Estatuto CADEESO*. Disponível em:

<https://cadeeso.com.br/institucional/estatuto/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CALVINO, João. 1509-1564. **Série Comentários Bíblicos: Pastorais**. 2009.

CARSON, Donald A. et al. **Introdução ao Novo Testamento**. Vida Nova, 1997.

CEADEB. *Estatuto CEADEB*. Disponível em: <https://ceadeb.org.br/ceadeb/estatuto-e-regimento/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

CEADEMA. *Estatuto CEADEMA*. Disponível em: <https://www.ceadema.com/pg-download/estatuto/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

CEADDIF. *Regimento interno CEADDIF*. Disponível em:

https://www.ceaddif.com.br/files/ugd/0b4d05_2019d1c4ae074142a79ba5088460cd49.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.

CEIMADAC. *Estatuto social da CEIMADAC*. Disponível em:

<https://ceimadac.wixsite.com/ceimadac/advogados>. Acesso em: 11 mar. 2024.

CEMADES. *Estatuto CEMADES*. Disponível em:

<https://www.cemades.org.br/p/cemades-estatuto.html>. Acesso em: 15 mar. 2024.

CEMADERON. *Estatuto e regimento interno CEMADERON*. Disponível em:

<https://cemaderon.com.br/2019/estatuto-e-regimento-interno-cemaderon/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

CGADB. *Consolidação do Estatuto 2023*. Disponível em: <https://cgadb.org.br/wp-content/uploads/2023/07/consolidacao-estatuto-2023.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2024.

CGADB. Disponível em: <https://cgadb.org.br>. Acesso em: 31 mar. 2024.

CIADESCP. *Regimento interno CIADESCP*. Disponível em:

<https://site.adbc.com.br/institucional/regimento-interno/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

CIEADESPEL. *Estatuto*. Disponível em: <https://cieadespel.com.br/estatuto>. Acesso em: 31 mar. 2024.

CIEPADERGS. *Regimento interno CIEPADERGS.* Disponível em: <https://ivonildoandrade.wordpress.com/regimento-interno/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

CIMADEC. *Estatuto e regimento interno CIMADEC.* Disponível em: <https://cimadec.org/estatuto/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

CIMADEMIGO. *Estatuto CIMADEMIGO.* Disponível em: <https://www.cimademigo.com/estatuto>. Acesso em: 11 mar. 2024.

CIMADSETA. *Regimento interno CIMADSETA.* Disponível em: <https://cimadseta.com/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

COLLINS, Raymond F. *I & II Timothy and Titus (2002): A Commentary.* Westminster John Knox Press, 2013.

COMADEBG. *Regimento interno COMADEBG.* Disponível em: <https://comadebg.com.br/regimento>. Acesso em: 11 mar. 2024.

COMADEESO. *Estatuto COMADEESO.* Disponível em: <https://comadeesoofc.wixsite.com/meusite/estatuto-da-comadeeso>. Acesso em: 13 mar. 2024.

COMADEMAT. *Regimento interno COMADEMAT.* Disponível em: <https://www.comademmat.com.br/#documentos>. Acesso em: 11 mar. 2024.

COMADEMS. *Estatuto COMADEMS.* Disponível em: <https://comadems.com.br/administracao/estatuto/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

COMADERJ. *Estatuto e regimento interno COMADERJ.* Disponível em: <https://www.comaderj.com.br/secretaria>. Acesso em: 11 mar. 2024.

COMADVARD. *Estatuto e regimento interno COMADVARD.* Disponível em: <https://www.comadvardo.com.br/>. Acesso em: 21 mar. 2024.

COMADEP. *Estatuto COMADEP.* Disponível em: <https://comadep.com/estatuto/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

CONADEC. *Regimento interno CONADEC.* Disponível em: <https://escola-ebd.com.br/estatuto-da-assembleia-de-deus-ceara-ce/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

CONFRADEESTO. *Estatuto e regimento interno CONFRADEESTO.* Disponível em: <https://www.confraदेशto.com.br/estatuto.html>. Acesso em: 13 mar. 2024.

CONFRADEMGO. *Regimento interno CONFRADEMGO.* Disponível em: <https://confrademgo.com.br/documentos-2/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

CONFRADESP. *Estatuto CONFRADESP.* Disponível em: <https://confradesp.com.br/estatuto/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

CORREA, Marina. **Assembleia de Deus: ministérios, carisma e exercício de poder.** Fonte Editorial, 2013.

CEADER. *Estatuto CEADER.* Disponível em: <https://convencaoceader.com/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

DANIEL, Silas. **História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil.** Rio de Janeiro, CPAD, 2004.

DE ALMEIDA BAPTISTA, Douglas Roberto. **História das Assembleias de Deus: o grande movimento pentecostal do Brasil.** Editora Intersaberes, 2017.

DESILVA, David A. **An introduction to the New Testament: Contexts, methods & ministry formation.** InterVarsity Press, 2018.

DIBELIUS, Martin. et al. ***The Pastoral Epistles: A Commentary on the Pastoral Epistles.*** Fortress Press, 1972.

EGGER, Wilhelm. **Metodologia do Novo Testamento: introdução aos métodos linguísticos e histórico-críticos.** Edições Loyola, 1993

EHRMAN, Bart D. **Quem escreveu a Bíblia? por que os autores da Bíblia não são quem pensamos que são.** Agir Editora, 2014.

FEE, Gordon. **Novo comentário bíblico contemporâneo: 1 e 2 Timóteo, Tito.** Deerfield: Vida, 1994.

GOMES, José Ozean. **Educação Teológica no Pentecostalismo Brasileiro: política eclesiástica da Assembleia de Deus brasileira com respeito à educação teológica formal (1943-1983)**. Fonte Editorial, 2013.

GUTHRIE, Donald. ***The pastoral epistles: An introduction and commentary***. Wm. B. Eerdmans Publishing, 1990.

GRUDEM, Wayne. **Teologia sistemática ao alcance de todos**. Thomas Nelson Brasil, 2019.

HAGNER, Donald A. ***The New Testament: A historical and theological introduction***. Baker Books, 2012.

HARRISON, Percy Neale. ***The problem of the Pastoral Epistles***. Oxford University Press, 1921.

IBGE. *Estatísticas do Registro Civil*. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil.html?edicao=39563&t=resultados>. Acesso em: 01 abr. 2024.

IBGE. *Estatísticas do Registro Civil*. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil.html?edicao=39563&t=resultados>. Acesso em: 01 abr. 2024.

KITTEL, Gerhard; FRIEDRICH, Gerhard; BROMILEY, Geoffrey W. **Dicionário Teológico do Novo Testamento**. Tradução de Afonso Teixeira Filho et al. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.

KELLY, Jonh ND. I e II Timóteo e Tito. **Introdução e comentário**. São Paulo: Mundo Cristão, 1983.

KNIGHT, George W. ***The pastoral epistles***. Wm. B. Eerdmans Publishing, 2013.

KOESTER, Helmut. ***Introduction to the New Testament***. Walter de Gruyter, 1995.

KÜMMEL, Werner Georg. ***Introduction to the New Testament***, trans. Howard C. Kee, 17th rev. ed. (Nashville: Abingdon Press, 1975), 1975.

LOUW, Johannes; NIDA, Eugene. **Léxico grego-português do Novo Testamento: baseado em domínios semânticos**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013.

MARSHALL, I. Howard; TOWNER, Philip H. *The pastoral epistles*. A&C Black, 2004.

MARTÍNEZ, José María. *Hermenéutica bíblica*, CLIE. 1984.

MOUNCE, William D. *Pastoral epistles*. Nelson, 2009.

METZGER, Wolfgang. *Die letzte Reise des Apostels Paulus: Beobachtungen und Erwägungen zu seinem Itinerar nach den Pastoralbriefen*. Calwer Verlag, 1976.

NORTH, J. Lionel. " *Human Speech*" in *Paul and the Paulines: The Investigation and Meaning of ἀνθρώπινος ὁ λόγος (1 Tim. 3: 1)*. *Novum Testamentum*, 1995.

PAROSCHI, W. **Crítica Textual Do Novo Testamento**. 1ª. ed. São Paulo: Vida Nova, 2002.

PAROSCHI, W. **Origem e Transmissão do Texto do Novo Testamento: Edição Acadêmica**. 1ª. ed. Barueri: SBB, 2012.

SILVA, Cássio Murilo Dias da. **Metodologia de Exegese Bíblica**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2009.

SOARES, Esequias. **O Pentecostalismo Brasileiro: Um Guia Histórico e Teológico para Compreender o Pentecostes No Brasil**. CPAD, 2021.

STRONG, Augustus Hopkins. **Teologia sistemática: a doutrina de Deus**. Hagnos, 2003.

SWANSON, James. *Dictionary of Biblical Languages with Semantic Domains: Greek (New Testament)* (electronic ed.). Oak Harbor: Logos Research Systems. 1997.

TAYLOR, William Carey. **Dicionário do novo testamento grego**. JUERP, 2011.

WEGNER, Uwe. **Exegese do Novo Testamento**. 7ª. Ed. Editora Sinodal, 2012.

